

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CAMPUS SOROCABA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

LOURDES DO NASCIMENTO DUARTE

**CONFERÊNCIAS NACIONAIS DOS DIREITOS DA
PESSOA COM DEFICIÊNCIA 2006, 2008 e 2012:
EDUCAÇÃO EM DEBATE**

SOROCABA – SP

AGOSTO/2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CAMPUS SOROCABA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

LOURDES DO NASCIMENTO DUARTE

**CONFERÊNCIAS NACIONAIS DOS DIREITOS DA
PESSOA COM DEFICIÊNCIA 2006, 2008 e 2012:
EDUCAÇÃO EM DEBATE**

Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Humanas e Educação da Universidade Federal de São Carlos – *Campus Sorocaba* – como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Prof^ª. Dr^ª. Kátia Regina Moreno Caiado

SOROCABA – SP

AGOSTO/2017

Duarte, Lourdes do Nascimento

Conferências Nacionais dos Direitos da Pessoa com Deficiência 2006,
2008 e 2012: Educação em Debate / Lourdes do Nascimento Duarte – 2017.
137 f. : 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, campus
Sorocaba, Sorocaba

Orientador: Profª Drª Kátia Regina Moreno Caiado

Banca examinadora: Profª. Drª. Adriana Liz Frizman de Laplane Profª.
Drª. Izabella Mendes Sant'Ana

Bibliografia

1. Direitos das pessoas com deficiências. 2. Conferências. 3. Educação
Inclusiva. I. Orientador. II. Universidade Federal de São Carlos. III. Título.

LOURDES DO NASCIMENTO DUARTE

**CONFERÊNCIAS NACIONAIS DOS DIREITOS DA
PESSOA COM DEFICIÊNCIA 2006, 2008 e 2012:
EDUCAÇÃO EM DEBATE**

Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Humanas e Educação da Universidade Federal de São Carlos – *Campus* Sorocaba – como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Sorocaba, 29 de agosto de 2017.

Orientador (a)

Prof^a. Dr^a. Kátia Regina Moreno Caiado
Universidade Federal de São Carlos, *Campus* Sorocaba.

Examinador (a)

Prof^a. Dr^a. Adriana Liz Frizman de Laplane
Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP

Examidador (a)

Prof^a. Dr^a. Izabella Mendes de Sant'Anna
Universidade Federal de São Carlos, *Campus* Sorocaba

AGRADECIMENTOS

A Deus, meu único Senhor e Salvador misericordioso, que me protegeu por todos estes anos e me aproximou de muitas pessoas boas que contribuíram para a realização desta pesquisa. Foram vários anos vividos nesta universidade, talvez os mais intensos de minha vida que me proporcionaram experiências decisivas na minha construção pessoal, espiritual, profissional e política.

Tudo isso só foi possível pelo dom da vida, dado por meus pais: o senhor Florindo Custódio Duarte, nascido em 1933, paulista, combatente da força militar na fronteira Brasil-Paraguai, de família abastada, comerciante, taxista e caminhoneiro, e a Dona Maria José Duarte, a “comadre Batata”, nascida em 1947, alagoana, que entre os 9-10 anos viajou por uma semana num pau-de-arara, chegando a São Paulo juntamente com toda sua família, trazida por meus avós Sebastião Rosa do Nascimento e Maria da Conceição do Nascimento (in memoriam), com fome e praticamente sem vestimentas, todos analfabetos, que contavam apenas com a força dos braços e das pernas para muita lida e poucas lamentações. Muito Obrigada pelo amor incondicional que têm me proporcionado!

Aos meus irmãos Cristina, Fábio, Paulo, Antônio (in memoriam) e ao meu filho Gabriel, por me ensinarem o valor de Deus e da família nos momentos de desgaste deste processo e firmarem em meu coração os valores da cooperação, fé, coragem e esperança.

Aos amigos com deficiência que conheci neste percurso de luta nos movimentos sociais, nas comunidades, nas universidades, nas organizações, associações, federações e nos conselhos, minha admiração pelo esforço de manter-se em pé e com a cabeça erguida. Parabéns pelo exemplo de ousadia e coragem em combater o encarceramento em si próprio.

À escola, ao professor, ao gestor, à comunidade escolar, bem como aos profissionais da saúde, assistência social, tecnologias, transporte, esportes e trabalho, cujos esforços e dedicação têm como bandeira de luta o direito ao conhecimento e a dignidade humana, que estão espalhados e unidos pelo mundo.

À Profª Kátia Regina Moreno Caiado, que me ensinou pelo exemplo o amor pela escrita, e a trabalhar pela educação da pessoa com deficiência com rigorosidade, respeito e vislumbrando uma sociedade justa.

À amizade fraternal dos amigos Marily, Ademir e Jurany, companheiros de discussão, reflexão e aprendizagem nas disciplinas cursadas pelo programa, nos encontros de pesquisa, nos seminários, corredores, biblioteca e cantina da universidade.

Especialmente aos admirados amigos Joyce e Sérgio, pelas interrogações, explicações, questionamentos e posicionamentos vividos, por nós, na dureza da realidade deste mundo histórico e contemporâneo, onde a Educação é uma dentre diversas mercadorias e que o homem usa como objeto de poder, para opressão de seus próprios irmãos.

De todo meu coração e afeto fraternal, agradeço a companhia e a confiança durante o duro processo de escrita e elaboração dos trabalhos coletivos; explicações para as provas nos corredores, escadas e biblioteca do campus; enfim à convivência na diversidade da turma da Pedagogia 010 da Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, (UFSCar) e principalmente pela cumplicidade e ajuda nos momentos difíceis que passamos na graduação e na vida pessoal.

Hoje compreendo verdadeiramente o valor do pedagogo nas relações humanas, e isto só foi possível graças a você, amiga Joyce, pelo exemplo de determinação, e ao Sérgio, por seu cuidado amoroso em lembrar-me, constantemente, sobre os perigos da vaidade e da ilusão. A amizade de vocês é bálsamo para minha alma!

A todos os integrantes do Núcleo de Educação e Pesquisa Direito à Educação-Educação Especial - NEPEDEE'ES, pelas críticas, ajudas, entusiasmo, sensibilidade e paciência ao colaborarem com esta pesquisa.

E, finalmente, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento desta pesquisa por 10 meses.

RESUMO

DUARTE, Lourdes do Nascimento. *Conferências Nacionais dos Direitos da Pessoa com Deficiência 2006, 2008 e 2012: Educação em Debate*. 2017. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR, Sorocaba, 2017.

A presente pesquisa analisa as propostas sobre Educação nas deliberações das Conferências Nacionais da Pessoa com Deficiência - 2006, 2008 e 2012. Primeiramente discute os movimentos sociais da pessoa com deficiência, a temática participação social, a composição do conselho nacional dos direitos da pessoa com deficiência - CONADE que propõe as conferências nos âmbitos municipais, estaduais, regionais e por último a nacional, as quais têm grande impacto para elaboração de políticas públicas para pessoa com deficiência. A partir, daí vai indagar como é pensada a Educação Especial para pessoa com deficiência. O fundamento teórico metodológico adotado para este trabalho é o materialismo histórico dialético. Entendemos que este paradigma teórico metodológico é um conjunto de ideias, valores e ações na busca de se compreender as contradições entre o homem, sociedade e política, considerados como partes da totalidade de realidade. A metodologia utilizada foi a análise documental em fontes primárias: atas das conferências nacionais realizadas pelo CONADE dos anos 2006, 2008 e 2012, disponíveis no site do conselho nacional, em forma de anais. A análise das deliberações em educação foi feita em dois eixos: Educação e Formação de Professores; Educação e Acessibilidade. Os resultados que as deliberações contemplaram foram a demanda por componentes curriculares e temáticas alusivas às pessoas com deficiências desde a educação básica, tecnológica e profissionalizante até o ensino superior, dentre estes, o desenho universal, as tecnologias assistivas, recursos lingüísticos e o destaque é para o movimento social dos surdos com a proposição da escola bilíngüe. Ainda que a educação, na perspectiva inclusiva, constitua-se como referência significativa no total das deliberações, dentre os eixos escolhidos, as dificuldades que surgem pela implantação de políticas públicas num país da dimensão do Brasil são um enorme desafio.

Palavras-chave: Direitos das pessoas com Deficiências, Conferências, Educação Inclusiva

ABSTRACT

DUARTE, Lourdes do Nascimento. National Conferences on the Rights of Persons with Disabilities 2006, 2008 and 2012: Debate Education. 2017. 141 f. Dissertation (Master in Education) - Federal University of São Carlos - UFSCAR, Sorocaba, 2017.

The present research analyzes the proposals on Education in the deliberations of the National Conferences of the Person with Disabilities - 2006, 2008 and 2012. First it discusses the social movements of the person with disability, the social participation theme, the composition of the national council of the rights of the person with disability - CONADE proposes the conferences at the municipal, state, regional and last national level, which have a great impact in the elaboration of public policies for people with disabilities. From there, you will ask how special education is designed for people with disabilities. The theoretical methodological foundation adopted for this work is dialectical historical materialism. We understand that this theoretical methodological paradigm is a set of ideas, values and actions in the search to understand the contradictions between man, society and politics, considered as parts of the totality of reality. The methodology used was documentary analysis in primary sources: minutes of the national conferences held by CONADE for the years 2006, 2008 and 2012, available on the website of the national council, in the form of annals. The analysis of the deliberations in education was made in two axes: Education and Teacher Training; Education and Accessibility. The results that the deliberations contemplated were the demand for curricular and thematic components alluding to people with disabilities from basic, technological and vocational education to higher education, among them, universal design, assistive technologies, linguistic resources and the highlight is for the social movement of the deaf with the proposition of the bilingual school. Even if education in an inclusive perspective is a significant reference in the total of deliberations, among the chosen axes; the difficulties that arise from the implementation of public policies in a country with the size of Brazil are a huge challenge.

Keywords: Rights of Persons with Disabilities, Conferences, Inclusive Education

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Geolocalização dos Conselhos de Direitos da PCD no Brasil.....	55
Figura 2 - Conselhos estaduais e municipais da PCD	57
Figura 3 - Secretarias por região brasileira.....	58

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Distribuição de conselhos nas esferas estaduais e municipais	55
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dados bibliográficos das dissertações por título, autor, orientador (a), instituição, natureza jurídica e ano	28
Quadro 2 - Dados bibliográficos das teses por título, autor, orientador (a), instituição, natureza jurídica e ano	31
Quadro 3 - Composição do Poder Público	67
Quadro 4 - Sociedade Civil na composição do CONADE.....	70
Quadro 5 - Mesas técnicas - I Conferência Nacional da pessoa com deficiência de 2006	83
Quadro 6 - Quadro de termos	119

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABRA – Associação Brasileira de Autismo
ABRASO – Associação Brasileira de Ostomizados
AIPD – Ano Internacional da Pessoa do Deficiente
AMPID – Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e com Deficiência
ANC – Assembléia Nacional Constituinte
APABB – Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade
BDTD – Banco Digital de Dissertações e Teses
BID – Banco Interamericano para o Desenvolvimento
CBDDV – Confederação Brasileira de Desporto de Deficientes Visuais
CDPD – Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiências
CENESP – Centro Nacional de Educação Especial
CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CF – Constituição Federal
CIF – Classificação Internacional de Funcionalidade Incapacidade e Saúde
CNC – Confederação Nacional do Comércio
CNE – Conselho Nacional de Educação
CONADE – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência
CONFEA – Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
CORDE – Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência
CUT – Central Única dos Trabalhadores
ENEM – Exame Nacional dos Estudantes
EUA – Estados Unidos da América
FARBRA – Federação das Associações de Renais e Transplantados do Brasil
FCD – Fraternidade Cristã do Brasil
FEBEC – Federação Brasileira dos Cegos
FEBIEX – Federação Brasileira das Instituições de Excepcionais
FEBRAPEM – Federação Brasileira de Associações Cívicas de Portadores de Esclerose Múltipla
FENAPAE – Federação Nacional das APAES
FENASP – Federação Nacional das Associações Pestalozzi
FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FOGOPS – Fórum Governamental de Participação Social
FUNDEB – Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICIT – Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia
INEP – Instituto Nacional de Educação e Pesquisa Anísio Teixeira
INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases para Educação Nacional
LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MORHAN – Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase

OAB – Ordem dos Advogados
OEA – Organização dos Estados Americanos
OEI – Organização dos Estados Ibero- Americanos para Educação, à Ciência e a Cultura
OIT – Organização Interamericana
OMS – Organização Mundial de Saúde
ONCB – Organização Nacional de Cegos do Brasil
ONEDEF – Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos
ONGs – Organizações Não Governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
OSPB – Organização Social e Política Brasileira
PAED – Programa de Complementação ao Atendimento Educacional às Pessoas Portadora de Deficiência
PCD – Pessoa com Deficiência
PNEEPEI – Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva
PNPS – Política Nacional de Participação Social
PPCD – País de Pessoa com Deficiência
PROESP – Programa de Pesquisa na área de Educação Especial
PSD – Pessoas Sem Deficiência
PT – Partido dos Trabalhadores
SBO – Sociedade Brasileira dos Ostromizados
SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SEDAP – Secretaria de Administração Pública da Presidência da República
SEDH - Secretaria Especial dos Direitos Humanos
SEPLAN – Secretaria de Planejamento e Administração Pública da Presidência da República
SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial
SESI – Serviço Social da Indústria
SNDPD – Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência
SP – São Paulo
SPM – Secretaria Especial de Políticas para Mulheres
SUS – Sistema Único de Saúde
UAB – Universidade Aberta
UBC – União Brasileira de Cegos
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo
UFG – Universidade Federal de Goiás
UFP – Universidade Federal da Paraíba
UFPB – Universidade Federal de Pernambuco
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar – Universidade Federal de São Carlos
UNB – Universidade de Brasília
UNESCO – Organização para as Nações Unidas para a Educação Ciência e a Cultura
UNE – União Nacional dos Estudantes
UNISO – Universidade de Sorocaba
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
INTRODUÇÃO	21
DADOS DO IBGE E POLÍTICAS PÚBLICAS	21
A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NA ÁREA	26
Movimentos sociais, cidadania e autoadvocacia.....	34
Políticas Públicas, deficiências e conselhos.....	36
Diferença e inclusão	37
A PESQUISA	39
CAPÍTULO 1 - PARTICIPAÇÃO SOCIAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS	43
1.1 - Decreto 8243/2014 cria a Política Nacional de Participação Social - PNPS	43
1.2 - Movimentos Sociais das Pessoas com Deficiências.....	46
1.3 - A Constituição Federal de 1988 - Conselhos de Gestores de Políticas Públicas	48
1.4 - Potencialidades dos Conselhos Gestores de Políticas Públicas.....	52
1.5 - Panoramas dos Conselhos de direitos da pessoa com deficiência no Brasil	54
CAPÍTULO 2- CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - CONADE E AS CONFERÊNCIAS NACIONAIS 2006, 2008 e 2012	60
2.1 - O Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência - CONADE.....	60
2.2 - A Composição do CONADE.....	65
2.3 As Conferências Nacionais dos Direitos das Pessoas com Deficiências (2006, 2008 e 2012)	75
CAPÍTULO 3 - ANÁLISE E DISCUSSÃO SOBRE AS DELIBERAÇÕES EM EDUCAÇÃO	119
3.1- Deliberações sobre Educação	119
Educação e Acessibilidade	120
3.2 - Educação e Formação de Professores.....	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	128
REFERÊNCIAS	130

APRESENTAÇÃO

As lutas sociais fazem parte da minha vida como condição de existência. Já na adolescência, vivida na década de 1980, eu participava de manifestações políticas no duro período da ditadura civil militar; muito influenciada, no ensino fundamental, pela disciplina escolar Organização Social e Política Brasileira - OSPB.

No ano de 1986, toda minha família, composta por meus pais e cinco filhos, mudou-se de uma pequena cidade do interior de São Paulo, Regente Feijó, para Sorocaba, em busca de melhores condições trabalho e educação. Vivemos duramente a década de 1980, enfrentando a recessão, o desemprego, a escassez, a fome e o desaparecimento de um irmão por obra da ditadura militar. Neste mesmo ano, tive meu primeiro contato com a deficiência. Eu cursava a primeira série do ensino médio na Escola Estadual Antônio Padilha, localizada no centro da cidade de Sorocaba, e tinha um colega de turma cego - o Carlos. Ao final das aulas, eu ditava as matérias para que ela as passasse para o Braille. Atualmente, ele é o conhecido Carlão do Doce; foi candidato a vereador da cidade é assíduo frequentador da biblioteca municipal.

No ano de 1991, ingressei no curso de Letras - Inglês e Vernáculos na Universidade Estadual de Londrina (UEL). Entretanto, o sonho perdeu para a falta de condições materiais, de permanência na universidade e a distância da família. Mas, em minha turma, conheci uma colega cega, muito ágil no Braille. Lembro-me de que as suas avaliações eram feitas com um auxiliar e eu gostava muito de acompanhá-la até o ponto de ônibus e vê-la consultar as horas em seu relógio invisível. No mesmo ano, retornei a Sorocaba e decidi optar por um curso superior que estivesse profundamente ligado à emancipação das pessoas: a docência. Em 1993, iniciei o curso de Educação Física, minha primeira graduação.

Neste primeiro curso, me engajei no movimento estudantil e fui vice-presidente do centro acadêmico da faculdade, atuei como delegada e participei de diversas reuniões e mobilizações em Sorocaba, nas escolas públicas estaduais da periferia da cidade. Estive presente em diversas reuniões e mobilizações representando o Partido dos Trabalhadores -

PT, e com isso participei de dois congressos estaduais em São Paulo e tive uma participação como delegada no 44º Congresso da União Brasileira dos Estudantes - UNE - em Brasília. Eram meados da década de 1990 e vivíamos tempos de intensa privatização do ensino superior: poucas vagas, sucateamento das universidades estaduais de todo o Brasil. Quanto às universidades federais, nada sabíamos sobre elas, portanto, o acesso, a permanência e políticas de assistência estudantil, para nós, eram sonhos, utopias. Ainda assim, participei das mobilizações e pressões nas faculdades privadas, juntamente com o Diretório Central de Estudantes da Universidade de Sorocaba - UNISO.

Mesmo com essa bagagem, minha primeira graduação e minhas primeiras atividades profissionais me aproximaram de um público elitizado. Trabalhei num clube de esportes, ginásticas e recreação. Posteriormente, dei início à docência em escolas públicas e privadas nas cidades Barueri, Itapevi, Votorantim e Sorocaba. Atualmente, trabalho como diretora de escola municipal de educação infantil e professora de educação física, numa escola do campo, da rede estadual na cidade de Salto de Pirapora.

Em 2009, entretanto, me sentia um verdadeiro fracasso na profissão, sem entender o porquê de tantas desigualdades sociais nas escolas que percorri desde Itapevi - SP até Sorocaba - SP. Fui tomada por um imenso vazio e tive a certeza de que o único caminho era estudar para tentar compreender a realidade dura e cheia de desigualdades com que me deparei na docência. Isso me motivou a enfrentar as 180 questões e uma redação do disputado ENEM; como resultado, no ano de 2010 ingressei no curso de graduação em Pedagogia da Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, numa das primeiras turmas.

Este curso é fruto de luta do movimento social dos estudantes da cidade de Sorocaba. O então presidente Luis Inácio Lula da Silva, ao assumir a presidência da república (2002,06 e 2007,10) instituiu um projeto de educação superior elaborado com a participação social nas bases do Partido dos Trabalhadores (PT); destinadas aos filhos dos trabalhadores, democratizando primeiramente as licenciaturas e os cursos no período noturno, por meio do plano de expansão do ensino superior. Assim, o curso de Pedagogia foi criado pelo Decreto 6096/2007, parte integrante da Reestruturação e Expansão das

Universidades Federais (REUNI).¹ Este campus, inclusive, é fruto desta expansão, conquista de um sonho e que ainda tem muito a crescer.

Paralelamente, além da graduação em Pedagogia, no decorrer do curso, assumi o cargo efetivo de professora, na disciplina de educação física, pela Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo - SEESP, com jornada de trabalho de 40 horas semanais distribuídas em três escolas. A vivência no espaço escolar permitia trabalhar e estudar, com olhar atento, na tentativa de compreender as teorias, os fundamentos e a didática empreendida no processo ensino-aprendizagem das crianças e adolescentes com e sem deficiência.

Ao adentrar estes espaços como docente, deparei-me com a realidade: em todas as escolas haviam alunos com deficiências matriculados, nas áreas: visual, intelectual/mental, física e auditiva, com um quantitativo expressivo. Na primeira escola, havia duas meninas da mesma idade, matriculadas no 6º ano do ensino fundamental em turmas diferentes, sendo uma cega - deficiência visual e a outra com nanismo, deficiência física. A primeira ficou pouquíssimo tempo na escola regular transferindo-se para uma instituição da cidade. A família justificou a transferência pelas dificuldades, representadas pelos escassos recursos físicos e de comunicação, além do professores despreparados. Embora fosse a aluna fosse acompanhada por uma auxiliar de sala, em minhas aulas, prevalecia o medo de quedas e fraturas limitando a sua participação nas atividades.

Já na segunda escola, havia uma menina surda que chegou à turma no decorrer do ano letivo, com 11 anos e matriculada no 6º ano do ensino fundamental. Nas primeiras semanas de aula, tentávamos nos comunicar fazendo gestos, mas com pouco sucesso. Mas, com a chegada de uma intérprete de Libras, revelou-se que, com o recurso da comunicação, a deficiência deixava de ser um problema da criança.

Por último, na terceira escola, localizada em área rural, havia uma aluna com suspeita de deficiência intelectual desde a educação infantil. Nesta escola, realizei meu

¹ O REUNI ampliou o número de municípios atendidos pelas universidades federais, as quais de 114 em 2003 passaram à 237 até o final de 2011. Desde o início da expansão foram criadas 14 novas universidades e mais de 100 novos campi que possibilitaram a ampliação de vagas e a criação de novos cursos de graduação. Este movimento representa a democratização do ensino superior público, gratuito, laico e de qualidade.

trabalho de conclusão de curso da graduação em Pedagogia, cujo título era: “Alunos com necessidades educativas especiais no contexto de escola localizada na zona rural”, cujo foco era esta aluna; a qual cursava o 4º ano do ensino fundamental e fora retida por dois anos, estando cadastrada como aluna com deficiência no sistema de matrículas. A escola havia convocado várias vezes a família na tentativa de buscar atendimento e ajuda, mas a aluna permaneceu sem diagnóstico nem apoio de equipe multidisciplinar e familiar. Nas aulas de minha disciplina parecia alheia aos comandos, não era alfabetizada e sequer sabia escrever o próprio nome. Embora fosse aceita pelos colegas, isso nunca acontecia de forma espontânea. Mesmo assim, os professores e profissionais da comunidade escolar diziam ter tido êxito no ensino dos cuidados básicos da vida diária e na socialização; entretanto, no aspecto pedagógico não se conseguiu avançar, pois não havia apoio da família ou de profissionais.

Tudo isto me aproximou da área da deficiência. A iniciação científica e a escrita de artigos me trouxeram a vontade de aprender a pesquisar este tema, de tentar compreender a realidade, a história, a vida e o contexto da educação da pessoa com deficiência. Ainda em 2013, tive contato na universidade com a publicação “História do Movimento Político das Pessoas com Deficiências no Brasil”, que se compunha de um livro e um documentário, elaborados em conjunto pela Secretaria Nacional da Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência - SNDPD, Secretaria Nacional dos Direitos Humanos - SNDH, e a Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura - OEI. Trata-se de um documento, cujo objetivo principal é o registro histórico do fortalecimento da organização do movimento social da pessoa com deficiência no Brasil e a divulgação de suas conquistas. Esta publicação descreve como se organizou essa luta, a partir das décadas de 1970 e 1980, em um vídeo-documentário que faz o resgate da trajetória histórica de 25 sujeitos que participaram deste grupo. O documentário mostra a militância e/ou a atuação profissional desses sujeitos em prol dos direitos da pessoa com deficiência, dentre os quais havia 17 pessoas com deficiências (PCD), sendo 4 cegos, 2 surdos, 1 surdocego, 2 com paralisia cerebral, 2 com síndrome de Down, 6 deficientes físicos, 2 pais de pessoas com deficiências (PPCD) e 6 pessoas sem deficiências (PSD) envolvidas com a temática.

No ano de 2015, no início desta pesquisa, conheci um grupo muito especial de pessoas com deficiências, com muitos sonhos e um enorme objetivo: mobilizar-se por demandas de direitos sociais na cidade de Sorocaba - o Movimento Livre Independente (MLI). Havia duas lideranças: Magno e Mauricio Almeida, pessoas com deficiência física adquirida. Magno adquiriu a deficiência física num acidente de trabalho: a queda de um elevador feriu suas vértebras e o deixou paraplégico aos 30 anos. Mauricio foi atingido por um disparo de arma de fogo em um assalto ao retornar do trabalho, em frente a sua casa, aos 20 anos. Numa de nossas reuniões do grupo de pesquisa Núcleo de Pesquisa pelo Direito à Educação-Educação Especial (Nepedee'es) dirigido pela Prof^ª Dr^ª. Kátia Regina Moreno Caiado, vinculado à Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, recebemos a visita destas pessoas, com objetivo de divulgar uma passeata; a qual me impactou bastante. Decidi seguir firme na direção da compreensão dos direitos à educação para este segmento, com duas perguntas: qual educação as pessoas com deficiência querem e como chegar até ela?

Desta forma, com apenas duas questões, sentia que já tinha muita coisa para trabalhar e conhecer por meio desta pesquisa. Assim, o primeiro passo foi investigar se havia algum instrumento de participação social na cidade e como vinha se constituindo historicamente. À medida que me inseria na pesquisa com as leituras e tarefas cheguei ao Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiências (CMDPD) do município de Sorocaba, onde Magno era o presidente, representando a sociedade civil pelo mandato de 2015-2017. Paralelamente, aconteciam as primeiras elaborações para a discussão do Plano Municipal de Educação na cidade de Sorocaba e a Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

A minha participação foi mais intensa no processo de elaboração do Plano Municipal de Educação na cidade de Sorocaba, especificamente na meta 4 - a qual tem por objetivo garantir a educação da pessoa com deficiência. Ou seja, qual educação está sendo vivenciada nas escolas ou instituições especializadas para o público alvo da educação especial, determinada por três documentos nacionais e um internacional, a saber: a Constituição Federal de 1988, Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN LEI nº 9394/96, Política Nacional de Educação na Perspectiva da Educação Especial

(PNEEPEI-2008) e pela Convenção Internacional da Pessoa com Deficiência, legislação com status de emenda constitucional assinado pelo protocolo facultativo nº 186 em nosso país no ano de 2008.

A pergunta que delinearía esta pesquisa, e que me inquietou em toda minha participação na elaboração do PME da cidade de Sorocaba, foi: qual educação as pessoas com deficiência desejam ver contemplada em políticas públicas? Ela teve seu ponto de partida em estudar, conhecer, identificar, descrever, analisar e compreender a elaboração destas legislações, cujo conteúdo expressava os objetivos, princípios e anseios deste grupo, pois contava, desde sua elaboração e promulgação, com a participação de pessoas, familiares, pais de pessoas com deficiências, profissionais de equipe multidisciplinar, a universidade e principalmente o movimento social das pessoas com deficiências, mobilizadas e organizadas politicamente no início da década de 1970 até os dias atuais e, por isso, tinha tanta relevância teórica expressando o desejo por uma educação que libertasse um grupo de pessoas dos estigmas da incapacidade e de ser objeto de benevolência.

De posse do cronograma para o início dos trabalhos, poder público e sociedade civil do município de Sorocaba se reuniram em quatro encontros aos sábados e domingos, do mês de junho de 2015, pelo extenso período das 8h às 17h, com 1 hora de almoço. Na semana em que antecedeu o debate, juntamente com o grupo de pesquisa e dirigidos por nossa orientadora, estudamos e analisamos coletivamente a meta 4 e suas estratégias definidas nacionalmente. Direcionamos os objetivos da meta em si e detalhamos as estratégias ponto por ponto, pois a partir de nosso debate estaríamos no encontro com a sociedade civil, inclusive pessoas, pais e familiares de pessoas com deficiências. Assim, movida pela ciência e da compreensão teórica e a prática adquirida na universidade e no cotidiano da escola pública, com as crianças com e sem deficiências, familiares, professores, comunidade e profissionais da educação, busquei participar na elaboração da Meta 4 do Plano Municipal de Educação da cidade de Sorocaba, refletindo, relendo e refletindo novamente sobre o movimento de uma práxis libertadora, em que os aspectos históricos, políticos, sociais e os interesses econômicos por de trás de cada termo, vírgulas e palavras pudessem estar presentes neste plano.

Por fim, após o debate entre sociedade civil e poder público, originou-se um Plano Municipal de Educação para a cidade de Sorocaba; sendo este o meu primeiro passo em vivenciar a participação social qualificada. Mas, o contato com Movimento Livre Independente (MLI), principalmente pela pessoa de Magno, me propiciou a participação como observadora na IV Conferência Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiências de 2015, que aconteceu no dia 01 de dezembro de 2015, no Memorial da Pessoa com Deficiência - Memorial da América Latina, na cidade de São Paulo.

Assim, a questão dos movimentos sociais da pessoa com deficiência chamou minha atenção e indicou o caminho que eu viria a seguir para a realização desta pesquisa. Passei primeiramente a olhar, em escala nacional, o movimento social e político e a luta histórica por políticas sociais na área das deficiências; busquei entender as formas de participação social qualificadas pela sociedade civil e órgãos do governo, a composição do Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência - CONADE e analisar as propostas sobre educação, pois estas representam campo de disputa de poder e ideologia de classes dos sujeitos que elaboram, avaliam e implementam políticas públicas direcionadas à pessoa com deficiência na atualidade. Neste sentido, o CONADE é o instrumento legal para o cumprimento de dispositivos constitucionais, em que a sociedade civil e o poder público debatem as propostas nos diversos setores sociais que resultam em deliberações, as quais podem vir a se transformar em planos, agendas e políticas públicas sociais.

A disputa do campo político de representação nacional, distribuída por áreas das deficiências, refletida nos textos das deliberações das conferências nacionais, em diversas áreas sociais como educação, saúde, trabalho, acessibilidade, assistência social, esportes, etc. aparece pelo debate de atores sociais, dentre estes os movimentos sociais, os quais exercem pressão para diminuir a distância entre acesso e desigualdades sociais. Acredito que o desenvolvimento do potencial humano, indispensável para se viver em sociedade de forma digna e ampla, só é possível através das oportunidades materiais e concretas; e que, sem isto, o homem pode vir a ser explorado nas formas conscientes e inconscientes de sua vida, impossibilitando-o de aprender, ensinar, criar e usufruir de todo conhecimento nas suas formas mais elevadas, construídas historicamente.

O reconhecimento dos movimentos sociais da pessoa com deficiência, da diversidade, da humanização do homem pelo homem e da importância da pesquisa científica são as motivações desse trabalho, humilde tentativa de, talvez, contribuir com a educação da pessoa com deficiência.

INTRODUÇÃO

DADOS DO IBGE E POLÍTICAS PÚBLICAS

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) mostra que Brasil é uma república federativa, cujo território possui 8,5 milhões de quilômetros quadrados, o que representa 47% da América do Sul; cuja população estimada de 190.732.694 é o quinto país mais populoso do planeta. No Brasil, há um total de 15.750.969 indivíduos com deficiência permanente², representando 8,3% da população brasileira. No mundo, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), cerca de 10% da população mundial tem algum tipo de deficiência (BRASIL, 2011). A deficiência faz parte da condição humana, pois qualquer pessoa, em algum momento da vida, poderá conviver com algum tipo de deficiência; que poderá ser temporária ou permanente quer na família, no grupo de amigos, quer na escola, no transporte coletivo, no trabalho. O indivíduo cuja condição de deficiência seja temporária vive uma situação de caráter transitório, passível de mudança, já a deficiência permanente significa que um novo homem precisará construir-se no mundo.

A condição de deficiência³ pode atingir pessoas em qualquer idade, distribuindo-se por todos os grupos raciais, sexos e em todas as regiões, tendo forte relação com a pobreza e desigualdades sociais (CENSO, 2010). Ela pode ser congênita, quando está presente desde o nascimento do indivíduo, ou adquirida, quando surge no decorrer da vida. É importante destacar que, com o envelhecimento da população, aumenta a incidência de deficiências, pois as pessoas passam por modificações funcionais, orgânicas e físicas, sofrendo dificuldades e necessitando muitas vezes de cuidador. Trata-se de um assunto que precisa ser amplamente discutido nos aspectos ambientais, da diversidade e prevenção, tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento, no que diz respeito às condições de saúde, a demografia, a pobreza, os tipos de serviços, assistência e os custos financeiros (BRASIL, 2011).

²Fonte IBGE 2010, ao tratar das pessoas com deficiência permanente (visual, auditiva, motora, mental/intelectual).

³O conceito de deficiência que adotamos neste trabalho é como uma condição da pessoa com barreiras comportamentais e ambientais que impedem à participação em vida social.

No Brasil, o Governo Federal cria programas e ações em políticas públicas sociais, a partir da demanda pelo quantitativo da gravidade da deficiência. Assim, garantir primeiramente os direitos sociais da pessoa com deficiência severa é foco para elaboração de políticas públicas. Quanto à deficiência severa, esta é definida pelo tipo da condição do agravamento que acomete à pessoa, quanto ao grau de impedimento para partilhar socialmente a cidadania; outro fator relevante são as condições geradas por doenças crônicas, dentre estas, diabetes, doenças cardiovasculares e distúrbios mentais.

Portanto, quanto a isso, as populações estão expostas a riscos constantes, como afirma o Relatório Mundial sobre a Deficiência (2011), “[...] os padrões de deficiência são influenciados por tendências nas condições de saúde, e fatores ambientais e outros - como acidentes automobilísticos, desastres naturais, conflitos, dietas, e abuso de drogas” (BRASIL, 2011, p.268). É evidente que as sociedades deveriam avançar em políticas públicas de atendimento, ou seja: mudanças são necessárias.

O Relatório Mundial da Deficiência (2011), documento de cunho internacional, foi escrito por especialistas e colaboradores da área de diversos países, inclusive por pessoas com deficiências que fazem parte de movimentos sociais. É de grande relevância por ter, como seus gestores, organismos multilaterais⁴, como a Organização Mundial de Saúde (OMS) e o Banco Mundial, e por trazer recomendações que serão válidas até 2021 (BRASIL, 2011). O Relatório ressalta que é necessário compreender e situar o desenvolvimento econômico, social e político da humanidade atual. Nele, mostra-se que, historicamente, as deficiências são marcadas por soluções segregacionistas: as pessoas com deficiências, em sua grande maioria, eram colocadas em lugares próprios, tais como instituições de abrigo e escolas especiais, sempre longe do convívio social.

Diante disso, propostas de mudança foram concebidas pelos organismos multilaterais, mas com foco nos investimentos financeiros. Tendo em vista principalmente o aspecto econômico para diminuir o impacto da deficiência, orientam e recomendam que “estabelecer e manter escolas para educar todas as crianças juntas é mais barato do que criar um sistema complexo de diferentes tipos de escolas especializadas para diferentes

⁴ Organismos multilaterais são organizações internacionais com a finalidade de promover um objetivo em comum por meio de consenso aos países membros.

grupos de crianças” (BRASIL, p.218, 2011). Daí o interesse em se elaborar políticas públicas que visem aliar o impacto financeiro ao desenvolvimento das pessoas com deficiências na sociedade; no entanto, os governos focam mais em minimizar os gastos e, com isto, as soluções oferecidas para o atendimento da pessoa com deficiência, muitas vezes, aprofundam as desigualdades.

Quanto a estas, conforme Saviani (1990), as desigualdades sociais são a marca do caráter anti-social do sistema capitalista, que impede a cidadania e atinge a ordem e desenvolvimento do sistema. Afirma o autor que o Capitalismo é um sistema de meios de produção, que permite a uma classe privada apropriar-se das riquezas produzidas coletivamente, porque esta detém os meios de produção, em detrimento da maioria, que tem, apenas, a força de trabalho assalariado.

Desta forma, são geradas desigualdades sociais como marca de seu caráter anti-social, embora, para seu desenvolvimento e consolidação, o Estado atue como elemento regulador, mas em favor de uma *política econômica* que busca manter a ordem de interesses inalterados. Saviani afirma que, “Para contrabalançar esses efeitos é que se produz no âmbito do Estado a *política social*, abrangendo ações nas áreas da saúde, previdência e assistência social, cultura, comunicação e educação” (Saviani, p.123, 1990).

Neste sentido, Shiroma, Moraes e Evangelista (2009) e Saviani (1990), definem políticas públicas sociais como estratégias para minimizar e equalizar as desigualdades sociais nas áreas da saúde, educação, cultura, previdência social, seguridade, informação, habitação e defesa do consumidor.

Mas isto, no sistema capitalista, não acontece com o objetivo de promover os cidadãos: muito embora a propaganda afirme que sim, procura-se, apenas, proteger os interesses dos capitalistas privados e manter inalteradas as forças produtivas (a força de trabalho, o capital variável) de superexploração. Isto pode ser observado no Brasil, em que, na década de 1990, o capitalismo assumiu a orientação Neoliberal, transformando a estrutura de classes e sua forma de atuar para o acesso aos direitos sociais, conseqüentemente, o modo de elaboração de políticas sociais também. De acordo com Azevedo (2004), as políticas sociais gestadas no neoliberalismo puseram em xeque e

questionaram o próprio modo de organização social e política com a máxima: “Menos Estado e mais Mercado”. Note-se que a palavra “neoliberalismo” significa novo liberalismo, orientação fundamentada no princípio de igualdade do Liberalismo Clássico, cuja premissa desconsidera a heterogeneidade de condições econômicas e sociais dos indivíduos. Daí o economicamente chamado *laissez-faire*, termo francês para “deixar fazer”, ou seja: nada de interferência estatal no mundo econômico, o que pressupõe o equilíbrio das forças de mercado, o que, por sua inexistência, só incrementa e potencializa o chamado “capitalismo selvagem”.

Portanto, o discurso oficial, no que se refere a políticas sociais, se volta para a ordem de livre mercado; daí que os programas de assistência social ao desemprego, habitação, seguros, aposentadorias, ainda no discurso oficial, criam, no indivíduo, a dependência e indolência quanto a poupar e se preparar para a vida livre, na concorrência fundamentada na competição. Mas, quando o Estado intervém fortemente em políticas sociais, aumenta a carência financeira para mantê-las, o que gera aumento da carga de tributos e encargos sociais. Essa abordagem teórica se pauta na visão de que as políticas sociais não são lucrativas, o que leva o Estado a expandir os programas; mas, visando seus interesses e sua manutenção, a máquina estatal vive em hipertrofia, gerando desequilíbrio orçamentário e aumento do déficit público, o que aumenta a emissão da moeda e os tributos, contribuindo para a elevação dos preços e dos salários. No limite, as atividades produtivas são comprometidas, o que gera inflação e desemprego (AZEVEDO, 2004).

Por outro lado, dentre as políticas sociais, as políticas educacionais são vistas como prioritárias e responsáveis pelo desenvolvimento humano. Porém, estão profundamente ligadas à organização do trabalho e aos modos de produção na sociedade Capitalista Neoliberal. Assim, o interesse, para as economias mundiais, na educação e na preparação do futuro trabalhador, é exigência histórica, com apoio de financiamentos e investimentos de organismos multilaterais, como o Banco Internacional para o Desenvolvimento (BID), conhecido como Banco Mundial; a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Organização dos Estados Ibero- Americanos para Educação, a Ciência e a Cultura (OIE) (SHIROMA, MORAES, EVANGELISTA, 2006).

No Brasil, a educação está no âmbito das medidas que se situam na chamada área das políticas públicas sociais. Isto posto, em 2008 instituiu-se a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - PNEEPEI, cujos princípios afirmam que a pessoa com deficiência deve participar da sociedade em igualdade de condições como as demais pessoas de sua comunidade; também veta exclusão, preconceito e a discriminação com base na deficiência (BRASIL, 2008).

Severino (1994) afirma que “do ponto de vista histórico-antropológico, o homem é um ser de relações: ele se relaciona com a natureza, com os outros homens e consigo mesmo” (SEVERINO, 1994, p.46), ou seja: um sujeito que interfere no mundo das coisas, que convive, transforma e interage, para assim transformá-lo e sobreviver coletivamente. A educação é processo essencial para o indivíduo compreender a vida em sociedade, quer seja ela formal ou não-formal, desta forma, ela não pode ser compreendida como instância isolada da sociedade e neutra. Consequentemente há uma relação entre homem, sociedade e educação, pois toda sociedade cria para si um ideal de homem de acordo com seu tipo de vida social e vai edificá-lo através do processo educativo.

Assim, temos a importante discussão de Kassar (2011), segundo a qual a Educação Especial se insere no contexto de políticas públicas para a educação inclusiva, como direito garantido pela Constituição Federal de 1988. Ressalte-se que o preâmbulo da Constituição Federal de 1988 instituiu o estado democrático de direito, no qual se assegura o exercício dos direitos sociais e individuais para todos os brasileiros, como forma de acesso à cidadania. Porém, historicamente a educação especial era vista como área que cuidava de pessoas fora do padrão de normalidade aceito pela sociedade, portanto, sem garantias de acesso à escolarização. Desta forma, pessoa com deficiência e sem deficiência, se marginalizadas socialmente, faziam parte de um mesmo grupo (KASSAR, 2011).

Avançando pelo processo de luta, a educação especial foi se inserindo nos contextos das leis nacionais e internacionais. Por exemplo, a Constituição Federal de 1988, a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990), a Declaração de Salamanca (1994), a Convenção de Guatemala (1999) e a Lei de Diretrizes e Bases para Educação Nacional, LDBEN 9394/96, juntamente com a pressão dos movimentos sociais no país, afirmam que uma educação para a pessoa com deficiência é luta de todos para que todos sejam incluídos

na diversidade, visto que compreender e apropriar-se da educação especial é território de disputas e passa por transformações sociais, políticas e históricas.

Assim, afirmamos que a educação é um direito constitucional de todos os cidadãos e reivindicação histórica dos movimentos sociais, organizados na luta pelos direitos das pessoas com deficiências (LANNA, 2010). Mesmo reconhecendo que, no atual sistema econômico, a exclusão compõe a sua raiz.

A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NA ÁREA

O movimento social da pessoa com deficiência teve suas primeiras mobilizações a partir de 1950, no entanto de forma isolada. A partir da década de 1970, organizou-se socialmente e politicamente, mobilizando-se por direitos legais, dentre estes, a Educação. Considerando a relevância social da área da Educação Especial, em vista da temática do movimento social da pessoa com deficiência, este trabalho buscou identificar o panorama das produções acadêmicas divulgadas na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) no Instituto Brasileiro de Informação a Ciência e Tecnologia (IBICT⁵). A escolha das dissertações e teses analisadas ocorreu de acordo com o foco central da pesquisa, a área dos movimentos sociais das pessoas com deficiências. Os descritores foram:

- ✓ movimentos sociais e pessoas com deficiências (74 títulos em português e 01 título em francês),
- ✓ movimentos sociais das pessoas com deficiências e Conselhos gestores (01 título),
- ✓ movimentos sociais e educação do deficiente (38 títulos) e
- ✓ CONADE e políticas públicas (01 título)
- ✓ Conferências e políticas públicas

O período de busca escolhido foi de 1999-2015, porque, a partir, do Decreto 3298 de 20 de dezembro de 1999, foi instituída uma Política Nacional para Pessoa Portadora de

⁵ Site www.ibict.br.

Deficiência e criado o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - (CONADE), fruto de luta histórica do movimento social da pessoa com deficiência desde a ditadura civil militar. O CONADE é um órgão autônomo, de composição paritária entre Sociedade Civil e Poder Público, vinculado à Secretaria Nacional dos Direitos Humanos - SNDH, da Presidência da República de nosso país. Esse status lhe confere um alto grau decisório e de responsabilidades nacionais pela implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas sociais, ou seja, o movimento social atual e contemporâneo está representado neste Conselho. O ano de 2015 foi escolhido como limite porque foi o ano em que iniciei esta pesquisa.

O levantamento da produção do conhecimento na área é importante como estudo epistemológico, pois permite ao pesquisador situar-se sobre o que está sendo produzido na área. Para isto, o referencial teórico metodológico utilizado para essa discussão tem como base o materialismo cultural de Raymond Williams (apud Bueno 2008), cujo objetivo é analisar, sob diferentes ângulos, as relações existentes nas produções acadêmicas. Cabe ressaltar que “as narrativas na abordagem de Williams vão para além da técnica e centram em detectar o que elas narram e com que lidam” (BUENO, p.15, 2008). Para o autor, as narrativas são produtos e objetos da cultura. Se assim o é, a maneira de olhar é essencial nesta abordagem, e com isto em mente, focamos as quantidades de documentos e eixo-orientador, a partir de duas perguntas estruturais: de onde e quando foram narrados, e sobre o que, e de que forma foram narrados.

Primeiramente, li os 115 resumos, títulos, palavras-chave e os dados bibliográficos, para posteriormente buscar a relação de aprofundamento entre as produções científicas sobre os movimentos sociais das pessoas com deficiências e Conselhos gestores. Em seguida, eliminaram-se as produções que não tinham nenhuma relação com a temática, restando 16 produções acadêmicas, das quais 15 títulos são em português e 01 em francês, que versavam sobre os movimentos sociais das pessoas com deficiências e Conselhos gestores. A análise das narrativas desdobrou-se em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos e interpretação. As produções acadêmicas são apresentadas em dois quadros, juntamente com os seus dados bibliográficos (título, autor,

orientador, instituição, natureza jurídica e ano). Os trabalhos estão organizados em dissertações (quadro 1) e teses (quadro 2), na ordem crescente do ano de defesa..

Quadro 1 - Dados bibliográficos das dissertações por título, autor, orientador (a), instituição, natureza jurídica e ano

TÍTULO	Autor (a)	Instituição	ANO
	Orientador (a)	Natureza Jurídica	
“Construindo a cidadania: uma análise introdutória sobre o direito à diferença”	Idari Alves da Silva	UFU	2002
	Hermetes Reis de Araujo	Pública	
“A organização dos ostomizados e sua constituição como sujeito coletivo”	Maria Inês Santos	UFP	2003
	Rosa Lúcia Predes Trindade	Pública	
“Deficiente versus pessoa portadora de deficiência: uma análise discursiva dos jornais Zero Hora e Correio do Povo”	Ruvania de Carli	UFRGS	2003
	Marcia Benetti	Pública	
“É possível a inclusão? Um estudo sobre as dificuldades da relação sujeito com a diferença”	Márcia de C. O. G. Solera	USP	2008
	Maria Lucia de A. Andrade	Pública	
“O controle Social e Público da Gestão Financeira da Educação Através dos Conselhos Municipais Em Triunfo”	Jorge Miguel Bonatto Umann	UFRGS	2008
	Nalú Farenzena	Pública	

“Cidadania das pessoas com deficiência visual no Estado de Goiás ADVEG: trajetória, organização e discurso.”	Rejane Cleide M. Almeida	UFG	2009
	Dulce Barros de Almeida	Pública	
“Nada sobre nós sem nós: estudo sobre a formação de jovens com deficiência para o exercício da autoadvocacia em uma ação de extensão universitária”	Alessandra M. M. Soares	UFPB	2010
	Wendyz Brazão Ferreira	Pública	
“Teorias da ação coletiva para além dos movimentos sociais; Conselhos gestores de Limeira, São Paulo	Nielle Diniz Ribas	UNB	2010
	Rebecca Neera Abers	Pública	
“Políticas públicas para pessoas com deficiência no Brasil”	Marina Codo Andrade Teixeira	FGV	2010
	Mario Aquino Alves	Privado	
Jovens com deficiência como sujeitos de direitos: O exercício da autoadvocacia como caminho para o empoderamento e participação social	Tais Caldas Dantas	UFP	2011
	Windys Brasão Ferreira	Pública	
“Atuação política de grupos de pais de autistas no Rio de Janeiro: perspectivas para o campo da saúde”	Fernanda Cristina F.Nunes	UERJ-	2014
	Octávio Andres R. Bonet	Pública	

Fonte: Banco de Teses e Dissertações, 2002-2015

No Quadro 1, aparece um total de 11 dissertações defendidas entre os anos de 2002 a 2014; distribuídas em 1 trabalho em 2002, 2 trabalhos em 2003, 2 trabalho em 2008, 1 trabalho em 2009, 3 trabalhos em 2010 e 1 trabalhos entre os anos de 2011-2013 e 1 em

2014. Houve um crescimento de 72,72% das pesquisas, a partir de 2008 até 2015, cuja quantidade totalizou 8 trabalhos num período de 7 anos sobre a temática. Acreditamos que isso se deve, provavelmente, à promulgação da Convenção Internacional da Pessoa com Deficiência de 2008, com força de Emenda Constitucional em nosso país. O importante texto da referida Convenção foi decretado pelo Decreto 6949 de 25 de agosto de 2009 e assinado pelo então presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva. A referida legislação constitui-se com estrutura de uma carta constitucional de direitos das pessoas com deficiências, com preâmbulo, propósitos, definições, princípios e obrigações totalizando 50 artigos no corpo principal.

O Brasil assinou, juntamente com o texto da Convenção, o Protocolo Facultativo em 30 de março de 2007; com a participação de lideranças dos movimentos sociais da pessoa com deficiência, dentre estas, a Sra. Maria Izabel Loureiro Maior⁶, pessoa com deficiência física. Os países signatários do Protocolo Facultativo serão monitorados por um Comitê dos direitos das pessoas com deficiências, e os Estados Partes serão submetidos à Secretaria Geral das Nações Unidas, cujo compromisso lhes confere responsabilidades jurídicas. Assim, negligenciar direitos às pessoas com deficiências é violação de direitos humanos, passível de punição aos países signatários.

No que diz respeito às instâncias jurídica, pública e privada, observou-se que 90% das pesquisas foram realizadas em instituições públicas e 10% em instituições privadas, prevalecendo a instância pública. As universidades federais foram a maioria, representando os estados de Santa Catarina, Pernambuco, Goiás, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba; em seguida, as universidades públicas estaduais, do Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal, e uma única universidade particular de São Paulo: Fundação Getúlio Vargas- FGV/Escola de Administração de Empresas de São Paulo.

O destaque desta única pesquisa revelou o alargamento e distanciamento de discussões sobre os direitos sociais das pessoas com deficiências pelas universidades de

⁶ Maria Izabel Loureiro Maior, pessoa com deficiência física e professora aposentada da área de fisioterapia em Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. É considerada umas das lideranças históricas mais atuantes pela luta social da pessoa com deficiência desde a ditadura civil militar em nosso país. Esteve presente nas reuniões e conferências internacionais que aprovaram a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiências (2008).

instância privada. Esta pesquisa explorou a temática do Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência - CONADE, e teve como foco a Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência. A pesquisadora tinha um familiar, cuja condição era vivida pela deficiência e buscou entender quais tipos de políticas sociais são elaboradas para o combate das desigualdades sociais para este público. Para isso, foram realizadas entrevistas com pessoas adultas com deficiência, inseridas no mercado de trabalho pela lei de cotas, em empresas privadas, públicas e ONGs. Pessoas que exercem cargos políticos também foram entrevistadas, como a deputada estadual Célia Leão.

O quadro 2 contém as produções acadêmicas do tipo tese, organizados por ordem crescente do ano de defesa, juntamente com os seus dados bibliográficos.

Quadro 2 - Dados bibliográficos das teses por título, autor, orientador (a), instituição, natureza jurídica e ano

TÍTULO	Autor (a)	Instituição	ANO
	Orientador (a)	Natureza Jurídica	
“Da invisibilidade à construção da própria cidadania: os obstáculos, as estratégias e as conquistas do movimento social das pessoas com deficiência no Brasil, através das histórias de vida de seus líderes”	Ana Maria Morales Crespo	USP	2010
	Zilda Maria Gricoli Iokoi	Pública	
“O movimento social surdo e a campanha pela oficialização da língua brasileira de sinais”.	Fábio Bezerra de Brito	USP	2011
	Rosângela Gavioli Prieto	Pública	
“Movimentos Sociais e Instituições Participativas: Efeitos Organizacionais, Relacionais e Discursivos”	Euzeneia Carlos Nascimento	USP	2012
	Adrian Gurza Lavalle	Pública	

“L’internationalisation imparfaite d’une modernité nord-atlantique: essai d’histoire cróisee des politiques... publiques Du handicapes em Argentina, o Brasil e na Espanha(1956-1982)”	Gildas Bregain	UFSC	2014
	Luc Capdevila	Pública	
“Estudo da autoadvocacia e do empoderamento de pessoas com deficiência no Brasil e no Canadá”	Tais Caldas Dantas	UFP	2014
	Windyz Brasão Ferreira	Pública	

Fonte: Banco de Teses e Dissertações.

Temos nesse quadro um quantitativo de 5 pesquisas a nível de doutoramento, uma por ano 2010, 2011 e 2012, e duas no ano de 2014. A razão do quantitativo de teses ser pequeno, diminuindo significativamente em comparação com as dissertações, pode ser explicada, talvez, pelo afunilamento do quantitativo de vagas dos programas de pós-graduação nas universidades públicas. Outros dois fatores que implicariam nesta queda são os recursos financeiros e o pesquisador. O primeiro se visibiliza pelo impacto dos investimentos financeiros das agências nacionais de pesquisa nas áreas das pesquisas sociais em nosso país, com as restritas quantidades de bolsas de estudo. O segundo diz respeito ao próprio sujeito-pesquisador, o qual vive a realidade de seu cotidiano de acordo com sua intersubjetividade e necessidades nos diversos aspectos fundamentais da vida familiar e do trabalho, limitando, às vezes, sua escolha pela pesquisa, devido às exigências e à enorme dedicação que o universo acadêmico impõe pelo estudo, escrita e divulgação de suas publicações.

Quanto ao que dizem as teses e às instâncias jurídicas, respectivamente, essas trataram do movimento social dos surdos e da história de vida de líderes nos movimentos sociais na década de 1970 e 1980, ambas de instância pública - Universidade de São Paulo (USP); do conceito de empoderamento e autoadvocacia entre Brasil e Canadá, instância pública - Universidade Federal da Paraíba (UFP), e uma pesquisa em língua francesa salienta os movimentos sociais e a repressão militar na ditadura com histórias cruzadas

entre Brasil, Argentina e Espanha de instância pública - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Finalmente, procedemos à análise dos dois quadros pelo nível de titulação, que revelou que, do total de 16 pesquisas, 10 eram em nível de mestrado e 6 pesquisas de doutorado. Dessas 16 narrativas, procederemos a descrever a quantidade e os anos de defesa por instituições.

Assim, destacaram-se a Universidade de São Paulo (USP), com 4 trabalhos distribuídos nos anos 2009, 2008, 2010 e 2014; a Universidade Federal de Pernambuco (UFP), com 3 trabalhos distribuídos nos anos 2003, 2011 e 2014 e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com 2 pesquisas distribuídas nos anos de 2003 e 2008. Com apenas um trabalho apareceram a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 2014, a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) em 2014, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) em 2010, a Universidade de Brasília (UNB) em 2010, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 2010, Universidade Federal de Goiás (UFG) em 2009 e a Universidade Estadual do Rio Janeiro (UERJ) em 2014. Os trabalhos foram defendidos em programas de serviço social, educação, história social, saúde coletiva, psicologia clínica, comunicação e informação, ciência política, ética sustentabilidade e saúde, e estudos culturais.

Desta forma, concluímos que, as teses e dissertações são parte de produções de narrativas de cunho científico - e, portanto, parte da cultura. Nas análises do local de origem das narrativas, encontramos tanto instituições públicas quanto instituições privadas. Cabe destacar a Universidade de São Paulo – USP, que apareceu com maior quantidade de produções acadêmicas: 4 no total, provavelmente devido ao grande número de coletivos engajados em movimentos sociais presentes na instituição, tanto de alunos quanto professores. Historicamente, muitos destes são ativistas, e vêm a se tornar representantes e lideranças políticas no futuro.

Para apresentar as pesquisas, quanto ao que dizem, as agrupamos de acordo com Bueno (2008), em 3 eixos temáticos: Movimentos sociais, cidadania e autoadvocacia; Políticas Públicas, Deficiências e Conselhos e Diferença e Inclusão.

Movimentos sociais, cidadania e autoadvocacia

Silva (2002) pesquisou a organização política e social da pessoa com deficiência, por meio do movimento social, ao final da década de 1970. Registra a luta por direitos e a importância desta mobilização na Constituinte em 1987, a qual pautou propostas de lutas para legalização de direitos frente à falta de serviços fundamentais para eliminar as barreiras arquitetônicas, ambientais e sociais. O acesso da pessoa com deficiência a direitos sociais como saúde e educação passa por situações de desrespeito, como, por exemplo, a educação especial e inclusiva e os programas de órteses e próteses, que revelam que a cidadania no Brasil é disputada e cedida a conta gotas.

Santos (2003) pesquisou o associativismo da pessoa com deficiência física, a partir dos movimentos sociais no contexto neoliberal. A pesquisa explorou a inserção nas políticas públicas sociais da pessoa que se submeteu a uma cirurgia para o desvio do trânsito intestinal ou urinário e passou a utilizar bolsas coletoras no abdome (ostomizados). Unidos por meio da luta social, iniciaram uma mobilização política e social, cujo objetivo era constituir-se como sujeito de direitos, e conquistaram, assim, o fornecimento de bolsas coletoras pelo sistema de saúde pública do Sistema Único de Saúde, (SUS). No entanto, o direito não se limitou a conquistas imediatas. A organização coletiva e a ajuda-mútua foram ações significativas, as quais expressaram a luta por espaço e inserção na área da deficiência física, isto sendo essencial para a constituição de sujeito político de direitos no âmbito das políticas públicas para este segmento.

Almeida (2009) pesquisou o movimento social e a organização da pessoa com deficiência visual numa associação na cidade de Goiás. A inserção social limitada da pessoa com deficiência visual demanda ações, que partem do estado e da classe dominante e não se efetivam na prática sem conquistas legais. O autor retratou a luta pelo direito ao trabalho, na perspectiva de conquistas, e por uma legislação como condição jurídica e política, indispensáveis para construção social da cidadania, no atual modelo econômico vigente.

Crespo (2009) pesquisou a luta histórica das lideranças dos movimentos sociais na década de 1975 e 1985, composta por pessoas com e sem deficiência, destacando as

conquistas, as trajetórias e visando registrar historicamente a participação e a organização das ações feitas por este grupo para orientar ações futuras. Discute os aspectos históricos e sociais que invisibilizam e negam a existência da pessoa com deficiência, mediados pela condição de opressão. Acredita que dar voz é empoderar, e reconhecer a pessoa com deficiência como agente ativo para a construção de uma cidadania orientada por direitos, inclusive o de existir. A sociedade precisa adotar ações que olhem para a história, e se orientem pelas lutas para o reconhecimento de grupos excluídos, inclusive a pessoa com deficiência, a qual, por sua vez, orienta o futuro e a construção de uma sociedade inclusiva.

Brito (2011) pesquisou a luta do movimento social da pessoa surda pela oficialização da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, por meio de dois pólos inter-relacionados: latência e visibilidade. O primeiro diz respeito a uma identidade cultural que confere sentidos, a uma nova ideologia, que a língua produz ao ser veiculada nos espaços sociais, e o segundo, às manifestações populares em luta, através de passeatas e petições entregues às autoridades políticas.

Nascimento (2011) pesquisou os movimentos sociais no contexto democrático posterior à década de 1990. Fez a análise dos efeitos da inserção dos movimentos sociais em instituições participativas no Espírito Santo, resultado do fim da ditadura civil militar, que profissionalizou e criou as redes de organização com órgãos governamentais, a relação com os partidos políticos e o engajamento com a política institucional com o estado.

Dantas (2011 e 2014), e Soares (2010), pesquisaram os movimentos dos jovens com deficiências, pela ótica dos direitos humanos. Os autores trazem dois conceitos, empoderamento e autoadvocacia, como fundamentais no campo do Direito, tanto em contexto nacional quanto internacional (Brasil e Canadá). São conceitos que aparecem como um movimento mundial e emergem na década de 60, para lutar contra a opressão histórica vivenciada pela pessoa com deficiência. São compreendidos como a ação ou expressão pela voz da pessoa ou segmento de pessoas com deficiências em seu próprio nome, sem a intervenção de terceiros ou tutela, na luta por seus direitos e comunicação de seus desejos, resumidos pelo lema: “Nada sobre nós, sem nós”.

Nunes (2014) retratou a lei federal 12.764 de 27 de dezembro de 2012, como marco na história da pessoa com autismo. A deficiência, quando instituída e protegida por dispositivos legais, se torna instrumento político-identitário e cria subsídios e força na luta por direitos. O campo dos novos movimentos sociais é a busca dos pais e familiares de autistas por reivindicações e demandas em audiências públicas, palestras e celebrações de datas comemorativas como o Dia Mundial da Conscientização do Autismo, para reconhecimento nacional da peculiaridade da pessoa com autismo.

Neste eixo, os autores: Brito (2011), Almeida (2009), Crespo (2009), Santos (2003), Dantas (2011 e 2014), Soares (2010), Nascimento (2011), Nunes (2014) e Silva (2002) pesquisaram os movimentos sociais na luta da pessoa com deficiência e seus familiares nas áreas: surdez, deficiência visual, deficiência física (ostomizados) e autismo, todos mobilizados para se inserir no campo das políticas públicas reivindicando direitos sociais. É importante destacar que, nas pesquisas supracitadas, a palavra *cidadania* apareceu nos títulos por 3 vezes, evidenciando a relação entre direitos e luta, bem como a importância do debate, da rebeldia, dos consensos, das resistências e da pressão social como território de disputa acirrada entre a classe política dominante, que detém o Estado e o poder econômico, e os movimentos sociais. Confrontam-se projetos de sociedade distintos nesta relação entre Poder Público e Sociedade Civil, ambos legitimados pela Constituição Federal de 1988, mediados por instrumentos de participação social qualificada, e, desta forma, a palavra *cidadania* representa utopia a ser conquistada.

Políticas Públicas, deficiências e conselhos

Umann (2008) pesquisou a formação dos conselhos como instrumentos legais para a instituição de políticas públicas educacionais. Os conceitos de capital social, empoderamento e controle social fundamentaram a observação da atuação que acompanhou programas destacados na educação, dentre eles o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional às Pessoas Portadora de Deficiência - PAED.

Ribas (2010) pesquisou as teorias da ação coletiva, as quais podem oferecer grandes avanços na análise das limitações dos Conselhos Municipais de Direitos da Pessoa

com Deficiência e do Idoso. A contribuição com o problema da mobilização, participação social qualificada e o conhecimento dos conselheiros acerca de seu papel, atribuições e funções é fator primordial para construção e formação de sua identidade, através da mobilização de forma contínua e estruturada com recursos para que a ação coletiva não se perca em si. É necessária uma variedade de recursos para que uma ação não se renda à descontinuidade e esgote-se em si, bem como compreender que a participação social de forma qualificada exige pessoas ativas e propositivas.

Teixeira (2010) pesquisou a necessidade de os governos se preocuparem em estabelecer políticas sociais que visem a inclusão da pessoa com deficiência na sociedade brasileira. Destacou a importância da criação de conselhos e programas, como, por exemplo, o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE) e a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência de 2008, ambos direcionando as ações governamentais com foco numa política inclusiva.

Brigam (2014), pesquisou as implementações de políticas públicas para a pessoa com deficiência em três países: Brasil, Argentina e Espanha, através de histórias cruzadas. Houve pressão dos organismos internacionais sobre estes países, para que olhassem para as pessoas com deficiências e construíssem políticas públicas para garantir seus direitos.

Este eixo evidenciou que estas pesquisas se debruçaram sobre políticas públicas para a pessoa com deficiência, cujas elaborações emanam de instâncias democráticas como os conselhos, instrumentos legalizados pela Constituição Federal de 1988. Por outro lado, são arenas de disputas, porque toda política pública precisa de financiamento e isto, no sistema capitalista, é gasto e onera os cofres públicos. Desta forma, a construção de uma sociedade inclusiva precisa avançar em políticas públicas, e os investimentos são imprescindíveis na promoção de acesso e igualdade de direitos sociais à pessoa com deficiência.

Diferença e inclusão

De Carli (2003) pesquisou os discursos da mídia, com o objetivo de desnaturalizar o processo de produção do discurso jornalístico em relação à forma como retrata a pessoa com deficiência. Existem duas linhas discursivas dominantes circulando na mídia, nos

campos político e social: uma versa sobre a cidadania, que é o discurso da pessoa com deficiência que luta por autonomia e igualdade de condições; a outra é o assistencialismo, discurso que vê a pessoa com deficiência pautado na falta, como alguém que precisa de apoio e tutela.

Solera (2008) pesquisou a deficiência intelectual numa turma de educação profissional de jovens e adultos numa associação Pestalozzi. Mesmo com as mudanças em nosso país, visando garantir alguns direitos básicos como educação e trabalho, os quais impulsionam a participação social da pessoa com deficiência nas instâncias sociais, ainda há um mal-estar que se reflete na relação com a deficiência. O sujeito dito normal, ou seja, a pessoa sem deficiência, na prática estranha-se com a deficiência intelectual, gerando um antagonismo na opinião pública sobre o local social destes e sujeitos dificultando laços sociais.

Neste eixo, os pesquisadores De Carli (2003) e Solera (2008) investigaram a diferença intrínseca à deficiência. A sociedade, que se diz inclusiva, ainda permanece no modelo assistencialista, meritocrático e que se espanta frente à resistência ao enquadramento em papéis e padrões ditos normais para a sociedade capitalista. Com isso, este eixo temático discutiu a organização social, política, histórica e econômica da figura da pessoa com deficiência, guiado pelo paradigma da diferença.

Finalmente, o total de 16 pesquisas selecionadas revelou este ser um tema pouco discutido, ainda que os principais resultados evidenciassem a importância da luta organizada para conquista de direitos por meio dos movimentos sociais. O levantamento desta produção acadêmica apontou para um avanço significativo quanto às necessidades da atual sociedade de refletir e organizar-se frente às mudanças e transformações para tornar-se inclusiva, compreendendo os direitos como necessidades peculiares à condição humana da deficiência. Assim, a reivindicação das pessoas com deficiências e seus familiares por políticas públicas sociais acontece através da mobilização via movimentos sociais.

A PESQUISA

Em 2002, após três tentativas de candidatura para o cargo de presidente da república, Luis Inácio Lula da Silva é eleito pelo Partido dos Trabalhadores (PT), assumindo em 2003. Seu governo tinha como compromisso recuperar o diálogo entre o Estado e a Sociedade Civil, organizado na elaboração, formulação e monitoração das políticas públicas no país, afirmando que estaria viabilizando a pauta de projetos participativos e deliberativos. O governo petista elevou a participação social, instituindo diversos espaços cuja finalidade era abranger e congregar a participação das organizações da sociedade civil pelo debate para formulação das diretrizes de políticas públicas, juntamente com o poder público. Dentre estes espaços, destacam-se a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI, a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres - SPM e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial - SEPPIR, as quais realizaram conferências para deliberações sobre Políticas e Planos Nacionais Políticos para diversos segmentos; além do apoio e criação de conselhos de direitos (MAGRINI, 2012).

Dentre o quantitativo de 115 conferências realizadas desde 1941 no país, 74 aconteceram no período de 2003 e 2010 em 40 áreas de políticas setoriais nos municípios, estados e a nível nacional, com mais de 5 milhões de participantes. “Pode-se afirmar que a realização das conferências neste sentido tem cumprido o papel de mecanismo de grande relevância adotado no programa do governo petista” (Magrini, 2012, p.16).

Neste sentido, grupos mobilizados, representantes do governo e os representantes de diversos segmentos da sociedade civil buscaram criar, juntos, uma agenda nacional em importantes áreas de políticas públicas, como, por exemplo, a Educação. Dentro deste campo, procuraremos compor o escopo desta pesquisa: o primeiro critério foi o de que estas conferências fossem as suas primeiras edições, para explorar as temáticas, conhecer as deliberações em Educação, os segmentos e áreas que passaram a ter presença marcante e serem sujeitos políticos nas arenas de políticas públicas educacionais para pessoas com deficiência.

Portanto, escolhemos analisar esta temática com a seguinte pergunta de pesquisa: O que as deliberações das Conferências de 2006, 2008 e 2012, afirmam sobre a educação? O objetivo geral será fazer análises das deliberações sobre Educação da pessoa com deficiência. Os objetivos específicos serão compreender a temática da participação social e os instrumentos de participação qualificada, estudar o Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência - CONADE, analisar a organização das Conferências Nacionais dos Direitos da Pessoa com Deficiência - 2006, 2008 e 2012; identificar a composição das entidades da Sociedade Civil e Poder Público presentes nas Conferências Nacionais dos Direitos da Pessoa com Deficiência - 2006, 2008 e 2012; e analisar as deliberações em educação, nas respectivas Conferências, em dois eixos temáticos: Educação e Acessibilidade e Educação e Formação de Professores.

O fundamento teórico metodológico adotado para este trabalho é o materialismo histórico dialético. Entendemos que este paradigma teórico metodológico é um conjunto de ideias, valores e ações na busca de se compreender as contradições entre o homem, sociedade e política, considerados como partes da totalidade da realidade. Frigotto (2000) explicita que o método

[...] permite uma apreensão radical (que vai da raiz) da realidade enquanto práxis, isto é, unidade de teoria e prática na busca de transformação de teoria e de novas sínteses no plano do conhecimento e da realidade histórica (FRIGOTTO, 2000, p. 69).

As formulações da abordagem conceitual geram interesses e interpretações dos dados, e a própria realidade sob estudo exige certo tempo para demonstrar suas facetas, que são geradas a partir da mesma. A sistematização, portanto, é necessariamente um movimento constante, em todas as direções, de acordo com as questões dessa realidade, da abordagem conceitual e das atas publicadas das três conferências, relacionando os dados e os interligando, num movimento dialético. A própria dialética rompe com as análises quantitativas, à medida que é encarada como “metrologia” Frigotto (2000), mas também as utiliza, acrescentando-lhes o aspecto qualitativo, porque pesquisador e objeto fazem parte de uma mesma realidade e são afetados pela visão de mundo dominante, que pode ser esclarecida pela pesquisa.

O procedimento deste trabalho foi análise documental em fontes primárias: atas das conferências nacionais realizadas pelo CONADE dos anos 2006, 2008 e 2012, disponíveis no site do conselho nacional, em forma de anais, e as fontes secundárias, entre as quais livros, artigos e revistas científicas on-line, legislação, teses e dissertações. De acordo com Shiroma, Campos e Garcia (2004) analisar documentos primários, neste caso os anais, permite a contextualização destes documentos, os quais são “traduzidos, interpretados, adaptados de acordo com as vicissitudes e os jogos políticos [...]” (SHIROMA, CAMPOS, GARCIA, 2005, p. 428).

Os anais das três conferências apresentam estrutura específica para cada conferência, mas convergem em: sumário, abertura, painéis, mesas redondas, regimento interno, regulamento, deliberações e moções. Têm por meta retratar um importante espaço institucionalizado de participação social e política, com a representação da sociedade civil e do poder público, oriundo das três esferas de governo, que consolidou o modelo de gestão participativa das políticas sociais direcionadas às pessoas com deficiências. É um documento produzido pelo CONADE, com o objetivo de descrever a realidade da participação social qualificada e enquadrar as demandas de políticas públicas sociais para garantia de direitos comum aos cidadãos, inclusive a pessoa com deficiência.

Assim, analisar os documentos produzidos pelos anais das conferências nacionais permitiu a compreensão da história, percebendo a dinâmica das permanências e o surgimento das representações nacionais da sociedade civil e do poder público, bem como o que se deseja conhecer: “[...] exploração das contradições internas às formulações, posto que os textos evidenciaram vozes discordantes, em disputa” (SHIROMA, CAMPOS, GARCIA, 2005, p.438). Portanto, a análise documental neste estudo permitiu a identificação das entidades que formam a sociedade civil e que compõem o CONADE.

O texto está composto por 3 capítulos, organizado da seguinte forma: o primeiro capítulo, intitulado “A Participação social das pessoas com deficiências”, teve por objetivo traçar a realidade concreta a partir do decreto 8243 / 2014 de 23 de maio de 2014, sobre a participação social qualificada nos dias atuais. A partir disto, traço um breve olhar histórico sobre as manifestações populares como heranças históricas que estruturam os movimentos sociais. Realizo a discussão dos Conselhos gestores de políticas públicas, em

suas trajetórias e características gerais, a partir a Constituição Federal de 1988, que legalizou os Conselhos como espaços de gestão democrática e controle social, partilhados entre sociedade civil e poder público.

O segundo capítulo, intitulado “Conselho Nacional de direitos da Pessoa com Deficiência e as Conferências Nacionais”, baseia-se no movimento de luta social das pessoas com deficiências, por um conselho nacional - o CONADE, sua origem e história, as finalidades e a composição. As Conferências Nacionais de 2006, 2008 e 2012, buscarei situá-las no espaço de interlocução entre sociedade civil e poder público. Descrevo as cartas bases que subsidiaram os debates, as mesas temáticas com seus respectivos debates e palestras.

Por último, no terceiro capítulo, “As deliberações em Educação”, busquei analisar, por meio das fontes primárias dos textos dos anais das Conferências Nacionais de 2006, 2008 e 2012, as deliberações em educação. Ao explorar os documentos, escolhi dois eixos temáticos: Educação e Acessibilidade e Educação e Formação de Professores, porque respondem muitas das reivindicações que se tornaram deliberações para orientar a elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas educacionais à pessoa com deficiência. Ao final da pesquisa, apresento uma práxis reflexiva apontando, dentre as deliberações, quais se tornaram políticas públicas educacionais materializadas por decretos e leis.

CAPÍTULO 1 - PARTICIPAÇÃO SOCIAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS

O presente capítulo tem por objetivo compreender a temática da participação social, a partir do Decreto 8243 de 23 de maio de 2014, que criou e atualizou a Política Nacional de Participação Social - PNPS, cujo objetivo é qualificar o tema, instituindo instrumentos que visam dividir responsabilidades entre sociedade civil e poder público para o controle social. A mobilização da pessoa com deficiência é apresentada numa breve síntese, a partir da década de 1950 e das ações organizadas pelo movimento social e político nas décadas de 1970 e 1980. A Constituição Federal de 1988, importante marco no regime democrático de direito no país, instituiu a gestão democrática, possibilitando o diálogo entre estado e sociedade na elaboração de políticas públicas sociais. Neste cenário, apresento um panorama dos conselhos de direitos da pessoa com deficiência, nos âmbitos municipal, estadual e nacional.

1.1 - Decreto 8243/2014 cria a Política Nacional de Participação Social - PNPS

A Política Nacional de Participação Social (PNPS), firmada pelo decreto 8243 de 23 de maio de 2014, definiu e atualizou participação social como partilha na gestão democrática das políticas públicas entre sociedade civil e poder público, diversificando os canais de participação: Conselhos, comissões, conferências nacionais, ouvidoria pública federal, mesa de diálogo, fórum interconselhos, audiências, consultas e ambientes virtuais de participação social. Com isso, pretende melhorar a participação social nas etapas do ciclo de planejamento e orçamento nas ações do governo. O documento explicita que qualificar a participação social visa ampliar o controle social e a cidadania ativa, com a possibilidade do uso de tecnologias para participação remota, a criação de ambientes virtuais e acessíveis para as pessoas com deficiências (BRASIL, 2014).

O documento traz avanços para uma cultura participativa qualificada e acessível, cuja premissa é ser democrática e universal. Por outro lado, a temática poderá passar por constantes transformações, mediadas por conflitos entre classes sociais, econômicas e políticas. A construção de uma política nacional de participação social emana do reconhecimento do direito para tal, previsto na Constituição Federal de 1988, que

organizou mecanismos de participação, como forma de aprimoramento da gestão democrática.

Entretanto, como surgiu e quais sujeitos históricos a pensaram? Entre os anos de 2011 e 2013 foi criado um local denominado Sala de Situação do Fórum de Direitos e Cidadania, reunindo gestores e servidores públicos de diversos órgãos federais com o objetivo de dialogar sobre transparência e gestão democrática. Posteriormente, foi realizado o Fórum Governamental de Participação Social (FOGOPS) e, como resultado deste, a minuta do decreto que foi submetida a um processo de consulta pública na internet, em meados de 2013, cujas contribuições foram sistematizadas e incorporadas ao texto (BRASIL, 2016). Participação social é manifestação cultural, política e social do povo que, às margens das decisões do Estado, engendrou lutas e pressões sociais concebendo culturas participativas.

O Brasil foi uma colônia de Portugal desde 1500, e embora tenha conquistado o status de país politicamente independente em 1822, só se tornou república em 1889. A escravidão foi abolida em 1888. No século XX, o Brasil passou por um intenso período de industrialização, paralelamente à instabilidade política, golpes militares e governos autoritários, resultando em poucas e pontuais experiências democráticas (Paim et al, 2011).

No que se refere à organização social e política, bem como à participação nas decisões de prioridades e pautas de lutas, foram mediados pelo tratamento dado à população, das quais algumas parcelas foram, talvez, julgadas menores e insignificantes devido ao pertencimento étnico-racial, particularmente as de origens africanas e indígenas. Direitos sociais das classes populares foram territórios de transformações e disputas dos governos/estado, decididos principalmente pela elite brasileira branca (ROCHA, 2003).

No Brasil, a partir do século XX as manifestações do povo foram influenciadas pela diversidade de culturas populares, tais como rituais religiosos e festas étnicas. Mais que isso, as culturas populares, ao longo do tempo, foram influenciando as diversas formas de ações dos movimentos sociais. Por exemplo, Rocha (2003) afirma que os estudantes fazem passeatas, trabalhadores aprenderam a fazer greves, os camponeses a invadir terras, assim, as heranças históricas forneceram repertórios nos modos de ações dos movimentos

populares. As culturas populares parecem estar revestidas de valores e elementos pedagógicos, ou seja: por meio delas, os homens podem aprender a transformar os territórios que ocupam e a disputar os espaços geográficos, políticos e sociais, enquanto totalidades históricas (SAVIANI, 1998).

O cenário político, social e econômico do Brasil, em meados da década 1960, multiplicou as lutas populares pela reforma agrária, casa própria, tarifas de transporte urbano, entre outras (ROCHA, 2003). Saviani (1998) afirma ainda que:

As medidas de política social a partir de 1964 na vigência do regime militar passaram a integrar o campo psicossocial do chamado “Poder Nacional”, cognome do aparelho governamental colocado a serviço da Segurança Nacional, isto é, acionado para prevenir/evitar; reprimir/impedir e neutralizar/eliminar a subversão interna (SAVIANI, 1998, p. 6).

A partir de 1964, com a ditadura civil militar, instalou-se intenso autoritarismo e a questão social se converteu em discurso sobre a segurança interna. Caberia ao Estado coibir toda e qualquer manifestação do povo, com a justificativa de se manter a ordem nacional (SAVIANI, 1994). Conforme Rocha (2003) e Gohn (2006), a repressão do governo civil militar incitou, no período histórico entre 1964 a 1986, intensas lutas e resistências políticas mediadas por embates sociais.

Gohn (2006) e Dagnino (2002) afirmam que, nas décadas de 1970 e 1980, os movimentos sociais na luta pela redemocratização do país e por mecanismos de participação qualificada uniram novos segmentos sociais, como, por exemplo, os jovens, as mulheres, os negros etc. Chamados de Novos Movimentos Sociais (GOHN, 2006), visavam um novo projeto de sociedade. Dagnino (2002) afirma que esse movimento de ruptura com a ditadura civil militar entre as décadas de 1980 e 1990, dados os ajustes estruturais, constitutivos na implementação de políticas neoliberais, veio determinar dificuldades significativas no ritmo da democratização, talvez pelo aprofundamento das desigualdades sociais e econômicas como efeito destas políticas. Dado o cenário econômico, resvalou em consequências nas mobilizações e organizações da sociedade civil, especialmente nos setores populares e das classes médias.

1.2 - Movimentos Sociais das Pessoas com Deficiências

O movimento social das pessoas com deficiências iniciou-se com os cegos, na década de 1950. Segundo Gohn (2008), a mobilização social das pessoas com deficiências pode ser definida como “[...] movimentos identitários que lutam por direitos sociais, econômicos, políticos, e, mais recentemente culturais” (GOHN, 2008, p. 440).

De acordo com Belarmino (2001), no Brasil, a partir da década de 1950, surgiu um novo modelo de organização das pessoas com deficiências, denominado modelo associativista, composto por pequenos grupos de cegos, que se organizavam em prol de se auxiliarem economicamente, produzindo objetos tais como vassouras, trabalhos manuais, entre outros, iniciando o associativismo “moderno” dos cegos no Brasil, que se delineou como

[...] um modo de agrupamento que descendia do modelo institucional advindo das escolas residenciais, distinguindo-se fundamentalmente deste, na medida em que não mais se instituía pela via da força de lei ou de norma governamental, mas nascia unicamente a partir da ação e da vontade dos próprios indivíduos cegos (BELARMINO, 2001, p. 34).

Entre as décadas de 1960 e 1970, este modelo ganhou força e novas organizações associativistas começaram a surgir nas áreas dos surdos, deficientes físicos e deficientes mentais, ou seja: as pessoas com deficiência, que antes recebiam atendimentos nas instituições especializadas criadas para elas, organizaram associações com administração própria.

Portanto, estabelecem-se dois modelos de organização das instituições destinadas ao atendimento da pessoa com deficiência: o primeiro, de entidades *de* deficientes, e o segundo, de entidades *para* deficientes. O modelo de entidades de deficientes contribuiu para a gênese da organização do movimento das pessoas com deficiência; entretanto, esta forma de organização era isolada politicamente.

Em meados da década de 1980, o declínio da ditadura civil militar viabilizou a abertura política e a sociedade civil se organizou com o intuito de reivindicar seus direitos sociais, econômicos e políticos. Segundo Gohn (2012), neste momento ocorreu um “[...] acúmulo de forças sociais que estavam represadas até então e que passaram a se

manifestar” (GOHN, 2012, p. 64). Esta conjuntura foi propícia para fomentar a efervescência de alguns grupos sociais que se organizaram, como, por exemplo, as mulheres, os negros, os jovens etc.

As pessoas com deficiência também se organizaram por meio de movimentos políticos, entretanto, o desenvolvimento de suas reivindicações, de fato, se deu a partir do final da década de 1970 e início dos anos 1980. O ápice foi a definição da Organização das Nações Unidas - ONU, de que o ano de 1981 seria o Ano Internacional do Deficiente, o AIPD, como foi chamado. Ele favoreceu a organização política dos movimentos sociais das pessoas com deficiências, visando estabelecer diversas pautas de lutas por seus direitos em diferentes áreas, e incentivou o lema: “Nada sobre nós, sem nós!”.

Neste momento, os movimentos sociais, que se encontravam isolados por área de deficiência, se articularam com o objetivo de participar das comemorações e falando por si próprios. Assim, também passaram a se articular entre as diferentes entidades de pessoas com deficiências, no sentido de se mobilizarem para organizar, no país, ações significativas relacionadas ao Ano Internacional (CRESPO 2009). Essa mobilização se iniciou com a formação da Coalizão Nacional Pró-Federação de Entidades de Pessoas Deficientes (1979), para realização do Ano Internacional do Deficiente (1981), organizado pela Organização das Nações Unidas - ONU e sua consolidação por meio do I, II e III Encontros Nacionais de Entidades de Pessoas Deficientes (1980, 1981, 1983) RAFANTE, AMORIM, DUARTE (2015).

Na luta pela visibilidade, o movimento mobilizou-se em passeatas, reuniões, encontros municipais, estaduais e nacionais, fóruns, seminários, participação ativa na Constituinte, publicação de artigos e livros e inserção na mídia, na forma de entrevistas e debates, que tinham, entre seus objetivos, atuar buscando garantias constitucionais / legais e discutir os valores e a percepção da sociedade quanto à deficiência e à pessoa com deficiência. Assim, reivindicando direitos sociais - como saúde, educação, trabalho, lazer -, o movimento social da pessoa com deficiência trouxe as demandas deste público quanto às suas especificidades, para o acesso pleno à cidadania, como as demais pessoas, naquele momento histórico (LANNA JÚNIOR, 2011).

Entre as principais ações deste movimento social está a participação na Assembleia Nacional Constituinte, quando o Congresso Nacional, em Brasília, em 01 de fevereiro de 1987, determinou a organização do movimento constituinte. Foi um momento repleto de história e de anseios dos movimentos sociais, com o objetivo firme de elaborar uma constituição democrática para o Brasil, após 21 anos sob regime militar.

A participação social da pessoa com deficiência na elaboração da nova constituição visava contemplar e inserir a pessoa com deficiência no dispositivo legal, garantindo o acesso a direitos. A organização social e política das pessoas com deficiência contou com participação ativa nas audiências públicas da ANC, assim, foi elaborado um documento com reivindicações por tipo de deficiência, através de reuniões que ocorriam em vários estados do país. Conforme Vilela (2009), o regimento interno da Assembleia Nacional Constituinte permitia, **na sua elaboração**, que os cidadãos pudessem apresentar reivindicações aos constituintes, além de terem livre acesso às audiências públicas com os representantes do Estado. A ANC contou com a participação do movimento de luta social e política das pessoas com deficiências, buscando garantir acesso a direitos sociais individuais e coletivos.

Para Jannuzzi (2012), os diversos artigos constitucionais estabelecidos em relação às pessoas com deficiência foram o resultado desta luta, entre estes: “ensino, cargos, atendimento especializado, locomoção, trabalho, proteção e integração” (JANNUZZI, 2012, p.143). Os direitos sociais garantidos de forma constitucional foram fruto de debates, tensões e consensos nas audiências públicas, com ampla participação das pessoas com deficiências, organizadas na luta para tanto, em todas as áreas e distribuídos em todos os capítulos da Carta Magna.

1.3 - A Constituição Federal de 1988 - Conselhos de Gestores de Políticas Públicas

Em 05 de outubro de 1988 foi promulgada a sétima⁷ Constituição brasileira, durante o governo do então presidente da república José Sarney, fruto de lutas pela

⁷As sete Constituições brasileiras ao longo da história são as de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967 e 1988; sendo 5 promulgadas, ou seja, originaram de assembleias constituintes e duas foram outorgadas. Disponível em<<http://www.senado.gov.br/noticias/especiais/constituicao25anos/historia-das-constituicoes.html>>>. Acesso em 20 de jul. 2016.

abertura democrática, por direitos individuais e coletivos que haviam sido reduzidos durante o regime civil militar. Ela define o Brasil como uma república federalista, ou seja, um sistema federativo de governo - nosso país é formado pela união indissolúvel de Estados, Municípios e Distrito Federal, constituindo-se como Estado democrático de direito⁸. Tem como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais e do trabalho, a livre iniciativa e o pluralismo político.

A Constituição cidadã, como ficou conhecida, legalizou a gestão pública por meio da democracia representativa, ou seja: as deliberações são tomadas por representantes eleitos pela sociedade, não individualmente, mas também institucionaliza formas diretas de o cidadão participar, como, por exemplo, o artigo 14, que institui o referendo, o plebiscito e a iniciativa popular. Entre os dispositivos distribuídos, estão o acesso de todos às informações administrativas e os direitos de petição e certidão em repartições públicas.

A Constituição Federal de 1988 viabilizou o movimento participativo popular pela primazia do diálogo com a sociedade civil organizada (movimentos sociais, sindicatos, profissionais, organizações, associações e militantes políticos), abrindo, a esta, a possibilidade de interagir com o Estado na definição de prioridades para elaboração de políticas públicas sociais, constituindo, portanto, a forma democrática de controle social.

Consideramos que esta Constituição colaborou no processo de descentralização administrativa e ampliação da participação popular nas três esferas de governo, a federal, a estadual e a municipal. Objetivando a formação de instâncias participativas/canais, definiu instrumentos de participação social qualificada, dentre estes, os Conselhos.

No Brasil, os Conselhos são exigência da Constituição Federal de 1988. Estes são órgãos autônomos, de composição paritária entre sociedade civil e poder público, regulados por estatuto e regimento próprios, e instituídos por legislação específica nas instâncias municipal, estadual, distrital e nacional, podendo ser consultivos, deliberativos ou mistos. A composição do colegiado é eleita por meio de assembleia entre sociedade civil e poder público, em mandatos com duração de dois anos, permitindo apenas uma

⁸Estado democrático de direito significa que os brasileiros estão aptos a propor iniciativas legais para o seu bem estar tanto individualmente quanto coletivamente.

recondução. Conforme Gomes (2003), os Conselhos podem ser consultivos quando voltados à discussão, deliberativos quando têm caráter decisório e de definição de políticas públicas específicas.

Existem dois tipos de Conselhos, os gestores de programas governamentais e os de direitos, que atuam em políticas setoriais sociais. Os primeiros, gestores de programas governamentais, estão diretamente atrelados ao repasse de verba pública, destinada pela União, Estados e Municípios. Estas verbas, que permitem que tais Conselhos existam, são apuradas pelos impostos, taxas e outros tipos de arrecadação, instituídos por programas, como por exemplo, o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB, que tem valores fixados de repasses. Os segundos, denominados Conselhos de direitos, são responsáveis pela elaboração, avaliação e implementação de políticas setoriais e se tornaram exigências a partir da Constituição Federal de 1988.

Todos os Conselhos são instituídos por força da lei e visam viabilizar o acesso aos direitos individuais e coletivos, como saúde, educação, cultura. Além disso, há Conselhos envolvidos com temas transversais, ligados à proteção dos direitos e comportamentos dos indivíduos, como a questão da violência contra a mulher, proteção integral das crianças e dos adolescentes e Direitos Humanos. Assim sendo, pode-se considerar que é um marco a criação dos Conselhos Gestores como dispositivo legal. Conforme Gohn (2011), “trata-se de canais de participação que articulam representantes da população e membros do poder público estatal em práticas que dizem respeito à gestão pública” (GOHN, 2011, pag.7).

Vale ressaltar que os Conselhos são criados por meio de leis e têm regimentos ou regulamentos aprovados por meio de votação em plenária ou pelos conselheiros. Com isso, o indivíduo, ao participar deles, se vê frente a diversos projetos de sociedade por eles representados, que os tornam locais de negociação, “de disputa, de pactuação e de compartilhamento de responsabilidade da sociedade civil e do Estado na elaboração de políticas públicas” (GOMES, 2003, p.118). Mas também são locais de disputas de poder, por meio de propostas, projetos, embate político, confronto, negociação, articulação e construção de alianças, mediados pela correlação de forças. Embora a participação popular não possa ser restrita apenas ao espaço dos Conselhos, esta é uma das formas que o movimento social conseguiu conquistar para fazê-lo (ESPIRITO SANTO, 2012).

Alguns Conselhos têm abrangência nacional, como os da saúde, assistência social e educação e da pessoa com deficiência, tendo, inclusive, status de pré-requisitos para repasse de verbas feito pelo governo federal. No que diz respeito à institucionalização dos Conselhos, o pioneiro é o Conselho Nacional da Saúde, criado em 1990, responsável pela formulação de estratégias, controle, execução de políticas públicas em saúde e a participação da comunidade na gestão do Sistema Único da Saúde - SUS.

Gomes (2003), Ribas (2010) e Magrini (2012) ressaltam a importância dos conselhos enquanto espaço de interlocução⁹ entre Estado e Sociedade Civil. Embora não possam criar leis, pois essa é uma função do legislativo municipal, os Conselhos podem trazer para o debate temas de interesse popular, bem como promover a avaliação e adequação das leis existentes por meio de resoluções.

Cabe destacar que houve uma febre conselhistas no Brasil, ou seja, nos 5.570 municípios brasileiros os Conselhos se espalharam, firmados em dispositivos constitucionais, ora motivados pelo repasse de verbas, ora pela consciência da importância da participação da sociedade no controle social que perpassa a elaboração e proposição das políticas públicas. Concordamos que os Conselhos são dispositivos importantes que devem trazer para o debate, de forma legalizada, as políticas públicas sociais como instrumentos e expressão da democracia e cidadania, via controle social.

Segundo Teixeira e Serafim (2008),

O controle social pode ser realizado tanto no momento da definição das políticas a serem implementadas, quanto no momento da fiscalização, do acompanhamento e da avaliação das condições de gestão, execução das ações e aplicação dos recursos financeiros destinados à implementação de uma política pública (TEIXEIRA E SERAFIM, 2008, p.1).

Destacamos a importância do controle social como elemento fundamental para o diálogo e a gestão democrática por meio das conferências, Conselhos, orçamentos participativos etc. Entretanto, é preciso informar e formar conselheiros com autonomia e condição para mobilizar e debater democraticamente, deliberar, controlar e fazer cumprir

⁹ Os espaços de interlocução são os mecanismos que buscam promover a participação social principalmente nos debates das Políticas Sociais: Conselhos, Conferências, Fóruns, Orçamentos Participativos, Câmaras, Comissões e Ouvidorias.

suas decisões tanto com a sociedade civil quanto com o poder público. Embora seja exigência constitucional, a criação de instrumentos para exercer a gestão democrática pelas três instâncias de governo pode muitas vezes não propiciar debates amplos para conscientização da importância de partilha de poder pelas lideranças, resultando em espaços de interlocução tutelados por governos resistentes à gestão democrática e participação cidadã. Teixeira e Serafim (2008) afirmam que não haverá gestão democrática sem a mobilização das pessoas em associações, movimentos, fóruns, comissões, ONGs etc. São estes espaços onde diversos segmentos podem discutir coletivamente o que querem e esperam da sociedade em que vivem, aprendendo a dialogar e debater ampla e respeitosamente diversos pontos de vista sobre o que será apresentado e defendido, para posterior diálogo com o governo. Esse processo é primeiramente pedagógico, e implica numa tentativa de superar um enorme desafio, imposto pela cultura política autoritária herdada desde a ditadura militar nas relações de poder no país. Muitos governos, a princípio, concordam com a participação social, mas não levam adiante qualquer proposição para iniciar o debate. Assim, deslegitimam e desmobilizam os movimentos sociais que desejam participar e pensar juntos os rumos de suas vidas. Por outro lado, a cultura autoritária também permeia as subjetividades das pessoas que vivem e desejam participar, pois estas ficam esperando um líder para resolver suas demandas, sem se envolver com as questões em que desejam mudanças (TEIXEIRA E SERAFIM, 2008).

1.4 - Potencialidades dos Conselhos Gestores de Políticas Públicas

Os Conselhos buscam trazer para o debate os sujeitos envolvidos na luta pelos direitos da população. Como o Estado tem por função oficializar, a partir de políticas públicas, o bem-estar social e o combate às desigualdades sociais, são eles espaços institucionalizados que representam um marco, tanto quando com poder decisório quanto quando com poder deliberativo.

Conforme Gohn (2006), o resgate da forma dos Conselhos, tanto em gestão pública ou em coletivos organizados pela sociedade civil, não é algo novo; pode ter sido uma invenção tão antiga quanto a própria democracia participativa. Em Portugal, entre os séculos XII e XV, já se falava em Conselhos; no Brasil Colônia, as Câmaras Municipais e as Prefeituras eram organizadas segundo este sistema de gestão. Dentre os Conselhos

famosos na história estão a Comuna de Paris, os Conselhos soviéticos russos, os Conselhos operários de Turim (estudados por Gramsci) e alguns Conselhos da Alemanha nos anos 20 deste século, entre outros. Nos períodos históricos supracitados, mesmo distintos, cabe ressaltar que, esses conselhos eram predominantemente operários e populares, em geral, pois na busca de uma vida participativa e cidadã, outras formas de poder para além do dominante, o Capitalismo, eram necessárias.

Gohn (2006) afirma ainda que, ao final das décadas de 1970 e 1980, “os Conselhos populares foram propostas dos setores da esquerda ou de oposição ao regime militar e surgiram com papéis diversos” (GOHN, 2006, p.19); isto, primeiramente, por atuarem como representantes do movimento popular frente ao poder: junto ao Executivo podiam, caso necessário, decidir sobre algumas questões de governo, pois, legitimados em poder tanto pelo governo (estruturas institucionais) quanto pelo movimento popular, assumiam tarefas de aconselhamento, deliberação e ou execução. Isto é corroborado por (Ribas, 2010), que opina que essa trajetória dos Conselhos na década de 1970 se dá a partir da organização da sociedade civil pelos movimentos da periferia das médias e grandes cidades, como, por exemplo, a Pastoral do Menor da Igreja Católica, Sociedade de Amigos de Bairros e Associação de Moradores, que buscavam não só o controle social, mas também, a gestão destes grupos.

Inicia-se a disputa pelo controle social das ações governamentais e por participação na elaboração de políticas públicas, visto que o governo federal atravessava crise econômica e, como parte da solução, optou por transferir responsabilidades sobre as áreas sociais como saúde, educação, etc. A organização destas entidades em redes maiores, em federações estaduais e até nacionais, na década de 1980, acaba por impulsionar conquistas afirmadas pela Constituição Federal de 1988. A estratégia do governo federal perante este cenário redesenhou a estrutura organizacional e seu relacionamento com a sociedade civil, por influência de ideias neoliberais. Conforme afirma Ribas (2010), o governo “(...) opta pela adoção da descentralização política que surge na época como um novo paradigma de eficiência no setor público” (RIBAS, 2010, p.19).

Com esta postura e sob o discurso de partilha de responsabilidades das decisões, o governo alia ao enxugamento do tamanho do estado a transferência de poderes a esferas

mais locais de governo, incentivando a concorrência entre elas e transformando-as em mercadorias. Pela ótica de disputa de poder, isto não significa que sociedade civil e governo partilhavam de demandas políticas semelhantes: evidentemente, a sociedade civil pretendia maior controle sobre as decisões do estado, mas sem substituí-lo; entretanto, os governos, na perspectiva de enxugarem suas estruturas, delegam decisões mais locais, principalmente nas áreas sociais, via instituições participativas, ou seja: participação social qualificada.

Essas instituições participativas, na atualidade e de acordo com Gohn (2008), são as ONGs e entidades do terceiro setor, assim como novas formas associativistas. Ela afirma que “não são movimentos sociais, mas organizações sociais institucionalizadas (...)” (GOHN, p.142, 2008). Os movimentos sociais se viram obrigados a reformular e aumentar a qualificação dos setores organizados para desenhar uma nova relação com o Estado. Conforme Teixeira (2001) afirma:

Em alguns setores, como nos movimentos sociais consolidados, essa mudança trouxe tensões entre organizações mais formalizadas e movimentos mais informais, especialmente entre organizações populares e ONGs que antes eram conhecidas (e se reconheciam) apenas pelo nome de “centros de apoio e assessoria aos movimentos sociais” (Landim, 1993b) e que passaram a atuar como atores políticos com voz própria (TEIXEIRA, 2001, p.107)

A criação de espaços de interlocução, dentre estes os Conselhos, envolve a redefinição de papéis na relação entre Estado e Sociedade Civil, visto que para atuar nestes espaços é necessária qualificação técnica e política, principalmente quando se pretende influenciar a formulação de políticas públicas (TEIXEIRA, 2001).

1.5 - Panoramas dos Conselhos de direitos da pessoa com deficiência no Brasil

Os Conselhos da pessoa com deficiência vêm se expandindo pelo país, destinados a garantir a implantação da política para inclusão da pessoa com deficiência, nas esferas municipal, estadual e nacional. Conforme dados do Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência – CONADE, há 572 Conselhos municipais cadastrados no país, acredita-se que este número pode ser maior. Quanto aos Conselhos estaduais, de 1990 a 2009 foram criados 26 conselhos nacionais, fato diretamente relacionado à difusão da ideia de

participação nas políticas públicas pós-Constituição Federal de 1988. Como consequência, a quantidade de cidadãos que passaram a participar da construção das políticas públicas sociais, por meio desses espaços, é significativa, o que requer mudanças na forma do Estado de geri-las. Isto pressupõe, necessariamente, o conhecimento acerca de quem participa e como funcionam esses espaços (BRASÍLIA, 2012). Os Conselhos de direitos da pessoa com deficiência estão presentes nos 27 Estados, no Distrito Federal e em aproximadamente 580 municípios, conforme mostra a imagem de satélite abaixo (Google imagens):



Figura 1 - Geolocalização dos Conselhos de Direitos da PCD no Brasil

De acordo com o Instituto Brasileiro Geografia e Estatística (IBGE), o Censo de 2010 verificou que existem 5.570 municípios no Brasil, com isso, observa-se que os conselhos estão presentes em 10,41% deles. A tabela 1 mostra este avanço nas duas esferas: estaduais e municipais.

Tabela 1- Distribuição de conselhos nas esferas estaduais e municipais

Região	Conselhos Estaduais		Conselhos Municipais	
	2003	2014	2003	2014
Norte	0	7	0	21
Nordeste	4	9	6	143
Centro-Oeste	2	3	1	45
Sul	2	4	6	110
Sudeste	4	4	62	253
Total	12	27	75	572

Fonte: Cadernos temáticos nº 1.

Podemos observar, no período estudado (2003-2014), que a distribuição de Conselhos estaduais e municipais da pessoa com deficiência se dá nas regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste, exceto a região Norte. No que diz respeito à representatividade na instância estadual, esta correspondia a 42,85% do total de 27 estados mais o Distrito Federal. Em 2014, observamos um salto para cobertura de todo o território nacional, com isto, podemos afirmar o avanço positivo para esta instância, incentivando a criação de conselhos municipais. Os conselhos municipais, numa visão geral, cresceram significativamente junto com os estados das cinco regiões, com exceção da região Sudeste. Tanto em 2003 quanto em 2014, as regiões possuíam conselhos municipais nos seus respectivos estados, contudo, em 2003, contabilizavam-se apenas 62 conselhos municipais. Já em 2014 este número subiu para 253, representando um aumento de 245,05%. O gráfico abaixo nos ajuda a visualizar esta expansão:

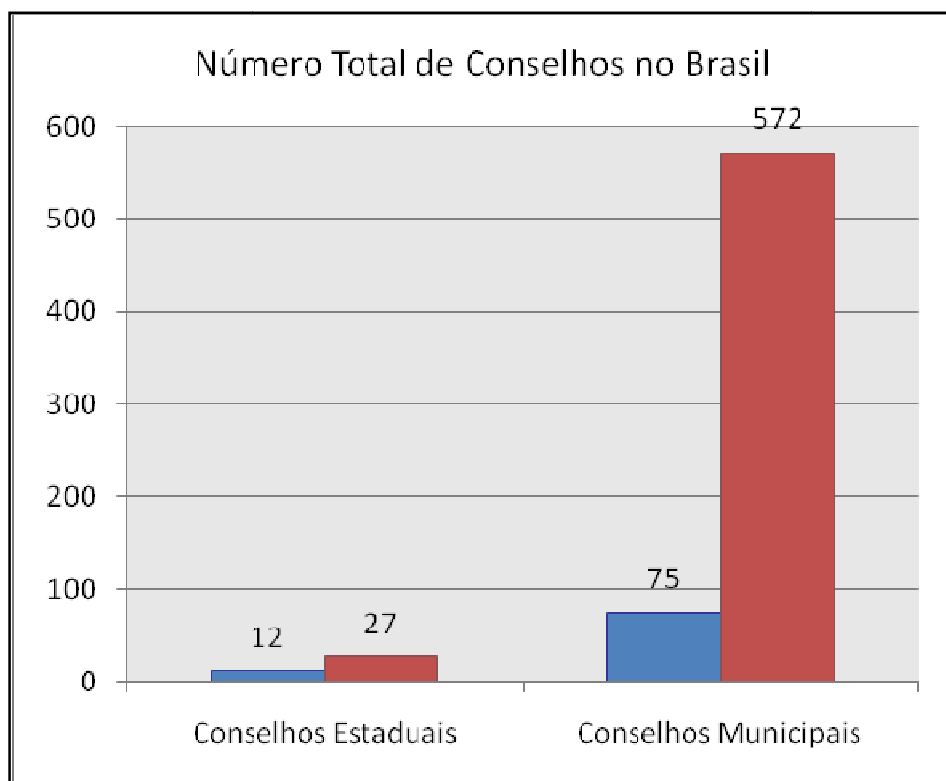


Figura 2 - Conselhos estaduais e municipais da PCD

Observamos, conforme este gráfico, a evolução de Conselhos no nível estadual no Brasil: em 2003 havia 12 conselhos estaduais, em 2014, são 27, aumento maior que 100%. Já os Conselhos municipais, em 2003, eram 75 no total e em 2014 são 572, cresceram 762,66%. Entendemos que é expressiva a expansão neste nível, mas precisa ser ainda maior, pois representa apenas 10% do total de municípios brasileiros. Com isso, podemos afirmar ainda que os órgãos gestores, por sua vez, buscam estar em consonância com a Constituição Federal de 1988, na descentralização do poder e expandindo instrumentos de participação qualificada nas instâncias municipais e estaduais.

A figura 3 a seguir corresponde aos órgãos gestores/secretarias às quais os Conselhos estaduais de direitos da pessoa com deficiência estão vinculadas:

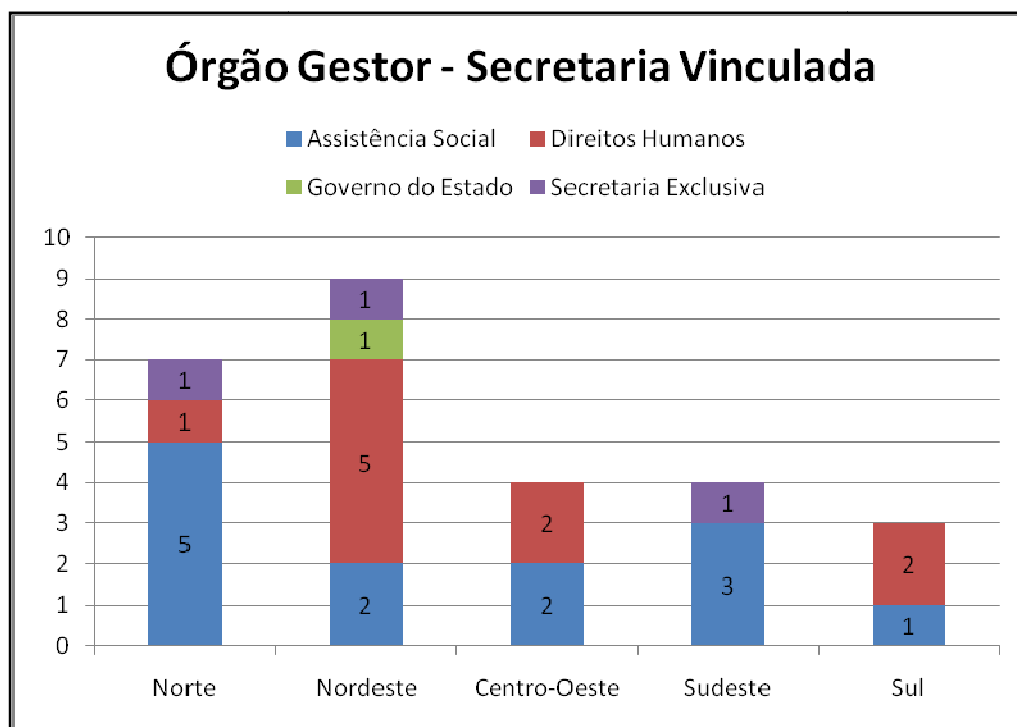


Figura 3 - Secretarias por região brasileira

Na figura 2, observamos que a secretaria da assistência social congrega 13 estados das cinco regiões brasileiras, deste total, aparecem 5 estados da região Norte, 3 estados da região Sudeste, 2 estados da região Nordeste e Centro-Oeste e 1 estado na região Sul, com 5 estados vinculados a esta. Em seguida estão as secretarias dos direitos humanos, as quais congregam 10 estados brasileiros, dentre estes 5 na região Nordeste, 2 na região Centro-Oeste, 2 na região Sul e 1 na região Norte. Por último estão duas secretarias: executivas do estado e a do governo do estado. Na primeira aparecem 3 estados, distribuídos em: 1 na região Sul, 1 na região Nordeste, 1 na região Norte e 1 pertencendo à secretaria do governo do estado na região Nordeste. Este cenário sobre a vinculação dos conselhos estaduais está em duas frentes teórico metodológicas: do assistencialismo e do direito. Neste trabalho, não iremos aprofundar esta discussão, apenas pontuá-la objetivamente para compreender o intenso debate que propõe no campo ideológico no conjunto das deliberações pelos movimentos sociais das pessoas com deficiências.

Assim, dentre os 27 estados estão 13 conselhos estaduais, distribuídos pelas 5 regiões brasileiras e vinculados à secretaria da assistência social. O predomínio da visão

assistencialista para este grupo historicamente identifica-se pelo pensamento de dois valores em nosso país: filantropia¹⁰ e benemerência¹¹. Podemos perceber que o viés assistencialista permanece no interior das relações. Conforme Mestriner, (2000),

A assistência social, além de delimitar a ação a um campo social, institucionaliza uma prática, imprime uma racionalidade, constrói um conhecimento. Assim ela compreende um conjunto de ações e atividades desenvolvidas nas áreas pública e privada, com o objetivo de suprir, sanar ou prevenir, por meio de métodos e técnicas próprias deficiências e necessidades de indivíduos ou grupos quanto à sobrevivência, convivência e autonomia social (MESTRINER, 2000, p.16).

Embora o assistencialismo ocupe uma posição histórica e estatística, como um campo social que tem importantes atribuições, o discurso dos direitos humanos vem disputando os conselhos estaduais. Do total de 27 estados, em 10 os conselhos estaduais são vinculados à secretaria dos direitos humanos, representando a luta dos movimentos sociais das pessoas com deficiências como sujeitos de direitos, que trabalham, atuam, constroem, estudam e lutam pela sua sobrevivência e precisam de oportunidades, bem como recursos e novos direitos.

Acreditamos que um documento importante, que contribuiu para a pauta dos direitos da pessoa com deficiência, é a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiências de 2011, da qual o Brasil é signatário, tornando-se emenda constitucional, porque abandona o campo da assistência social e abrange o campo dos direitos, mais precisamente, dos Direitos Humanos. Isto poderá refletir, no futuro, em mudanças de paradigmas no nível desses órgãos, pois, à medida que as prefeituras e governos de estados vão estruturando e priorizando a pauta da pessoa com deficiência vinculando ao campo do direito, os instrumentos qualificados vão aumentando e contemplando o debate no país. No próximo capítulo, apresentarei o Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência - CONADE, assim como a sua composição e as Conferências Nacionais de 2006, 2008 e 2012.

¹⁰ Segundo Mestriner (2000) filantropia (palavra originada do grego: philos significa amor e tropos, homem), significando assim, o amor pelo próximo e a humanidade; é especificamente uma compreensão do sentimento do amor (recursos materiais ou morais) manifestado a outro sem intenção de receber nada em troca; a igreja católica lhe atribui a laicização da caridade. Para autora, p.14 “A filantropia constitui-se, pois – no campo filosófico, moral, dos valores –, como o altruísmo e a comiserção, que levam a um voluntarismo que não se realiza no estatuto jurídico, mas no caráter da relação” Mestriner (2000).

¹¹ A benemerência pode ser entendida como ação de um dom e bondade que se concretiza na ajuda ao outro.

CAPÍTULO 2- CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - CONADE E AS CONFERÊNCIAS NACIONAIS 2006, 2008 e 2012

Nesse capítulo, elenco o Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência - CONADE, sua história e criação, atribuições, ações e as competências para promoção da Política Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiências, e sua composição. Objetivo fazer um panorama nas áreas da deficiência, de acordo com o decreto 3298/99 e a importância da representatividade nacional no cenário de luta para políticas públicas sociais.

2.1 - O Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência - CONADE

O espaço dos conselhos é resultado de uma maior abertura conferida à participação popular e uma das inovações da Constituição Federal de 1988. Discutimos no capítulo anterior a forma de criação, nas três esferas de Governo, dos diversos conselhos para elaboração, gestão e fiscalização de políticas públicas. Nas décadas de 1980 e 1990, as pessoas com deficiência organizaram-se na luta por meio dos movimentos sociais, e fruto dessa mobilização foi a conquista do Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência - CONADE. Historicamente, a ideia de se organizar em forma de Conselho surgiu em 1981, durante o 2º Encontro Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes, quando lideranças do movimento decidiram pela organização de Conselhos de atenção às pessoas com deficiências. Contudo, tal decisão não teve sucesso, “pois ainda vigorava a ditadura militar, mas foram os precursores de alguns dos atuais conselhos estaduais e municipais de defesa direitos desse grupo social” (LANNA JUNIOR, 2009, p.79).

Detalhemos este processo de luta, porque nele alargaram-se contradições, pontos e contrapontos. Foi no período de abertura política democrática que o então presidente da república, José Sarney, instituiu pelo decreto 91.872 de 04 de novembro de 1985 a formação de um comitê, contando com o diretor geral do Centro Nacional de Educação

Especial - CENESP¹², instituições e órgãos do governo. Tinham a tarefa de traçar políticas de ação conjunta, num prazo de 180 dias, visando o aprimoramento da educação especial e a integração das pessoas portadoras de deficiência, com problemas de conduta e superdotadas (BRASIL, 1988). Embora tivessem traçado um plano, que se materializou na criação da Coordenadoria para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE via decreto 93.481 de 29 de outubro de 1986, com o objetivo de planejar, acompanhar e orientar políticas para as pessoas portadoras de deficiências, no ano seguinte a CORDE é transferida para a Secretaria de Planejamento e Administração Pública da Presidência da República – SEPLAN, pelo Decreto 94.431 de 11 de junho 1987, e fica subordinada ao ministro chefe de estado.

A CORDE detinha uma atividade importante para união do movimento social das pessoas com deficiência, como afirma Lucio David Coelho: “E a gente começou a valorizar a CORDE, a brigar por recursos. Para nos valorizarmos, temos de ter recursos; não adianta pedir coisas se não houver recursos” (COELHO, 2010, p.293). Para Cidinha Siqueira:

A partir do momento em que a pessoa com deficiência se conscientiza do seu papel de agente transformador da sociedade, ele começa a atuar de maneira diferente. A CORDE tem esse papel de ser um agente para levar subsídio de transformação para a sociedade por meio dos tantos programas que oferece, de tantos livros cuja edição ela se responsabilizou e com os quais eu aprendi e aprendo muito (SIQUEIRA, 2009, p.334).

De acordo com Lanna Júnior (2010), embora a CORDE tivesse passado por várias reestruturações na década de 1980 e 1990, o modelo constitucional vigente comportava apenas dois conselhos deliberativos: o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional. Assim, a CORDE só pôde contar com um Conselho consultivo. No mesmo ano, é criado um Conselho Consultivo da Coordenadoria para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência pelo Decreto nº 94.806, de 31 de agosto de 1987, formado por pessoas com deficiências, instituições e governo. A finalidade deste conselho era reconhecer a “opinião das pessoas e entidades envolvidas com o problema”.

¹² O Centro Nacional de Educação Especial –CENESP criado em 1973 considerado um marco na educação do deficiente; tinha como objetivo definir metas governamentais específicas para uma ação política na área da educação especial Jannuzzi (2012).

O Conselho Consultivo foi constituído por membros da Federação Brasileira dos Cegos - FEBEC, da Federação Nacional dos Surdos - FENEIS, da Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos - ONEDEF, representando as pessoas com deficiência, e da Federação Nacional da APAES - FENAPAES, Federação Nacional das Pestalozzis - FENASP e Federação Brasileira das Instituições de Excepcionais - FEBIEX, correspondentes às instituições *para* pessoas com deficiência (LANNA JR, 2010, p. 79). No ano seguinte, o Conselho passa a compor a Secretaria de Administração Pública da Presidência da República - SEDAP, a partir do decreto 95.816/1988. Conforme Lanna Júnior (2010),

Como a CORDE era, inicialmente, subordinada diretamente à Presidência da República, que comportava constitucionalmente apenas dois conselhos deliberativos (o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional), pôde contar apenas com um Conselho Consultivo. As atribuições do Conselho eram opinar sobre o desenvolvimento da Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, apresentar sugestões e responder a consultas.

A presidência deste colegiado ficou durante 15 anos sob responsabilidade de secretários ligados diretamente à presidência da república. Somente em 2002 já com o CONADE instituído, o qual detalharemos à frente; ocorreu a primeira eleição na qual as entidades do movimento puderam se candidatar ao cargo. Sobre isso, afirma Rosenfeld (2010),

Por muitos anos, a CORDE e o CONADE tiveram como presidentes pessoas sem nenhum tipo de deficiência. E era uma revolta nossa porque a gente acha que quem tem que estar lá em cima é um de nós. Não porque sabemos mais do que ninguém, mas sabemos da nossa realidade. Havia coisas que eram feitas pela CORDE, antigamente, de que a gente participava, mas com o pé atrás. Depois que Izabel Maior assumiu a CORDE, mudou. Mudou até nossa relação de aproximação com a CORDE (ROSENFELD, 2010, p.193).

Em 1999, este conselho foi abolido e, finalmente, criou-se um Conselho Deliberativo, o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência - CONADE (Decreto nº 3.076, de 1º de junho de 1999), dirigido por uma pessoa eleita dentre as pessoas com deficiência, o professor Adilson Ventura, da União Brasileira de Cegos - UBC. Adilson Ventura foi o primeiro presidente do CONADE. Era natural de

Florianópolis e o único cego entre 11 irmãos, adquiriu a deficiência aos 13 anos, por motivo desconhecido. Com a condição da cegueira, interrompeu os estudos até os 23 anos, quando começou a aprender Braille com um advogado do Serviço Social da Indústria (SESI) de Florianópolis, egresso do Instituto Benjamin Constant.

Para Ventura (2010),

Desde a criação. Eu era conselheiro do Conselho consultivo da CORDE e fui conselheiro do Conselho deliberativo que criou o CONADE. Fui o primeiro representante da sociedade civil eleito presidente do Conselho. Antes, os presidentes eram indicados pelo governo. O CONADE, reunido em 2001, reivindicou ao então ministro Paulo Cesar Sarmiento Pinheiro que o Conselho pudesse eleger o seu presidente entre os pares e que um representante da sociedade civil pudesse ser presidente do CONADE, não apenas o governo. Ele modificou o decreto, autorizou, e eu fui eleito o primeiro presidente da sociedade civil do CONADE e a primeira pessoa com deficiência a presidi-lo, de 2002 a 2006 (VENTURA, 2010, p.111).

Adilson Ventura afirma a importância da presidência do CONADE estar sob a responsabilidade de uma pessoa com deficiência, principalmente por causa da visibilidade nacional no cenário político e social das áreas das deficiências e pelo compromisso social que, na maioria das vezes, assumem as pessoas que vivem a condição da deficiência. É válido dizer que o Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência - CONADE não foi criado, mas sim que resultou de uma metamorfose do conselho consultivo da CORDE, a partir de muita mobilização e luta, como apontamos.

O objetivo do CONADE é promover a Política Nacional da Pessoa com Deficiência. Firmado pelo Decreto 3.076, de 01 de junho de 1999, e reafirmado pelo Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que instituiu a Política Nacional dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência, desde 2003 está vinculado à Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República (BRASIL, 1999).

O CONADE é um órgão superior composto paritariamente, de deliberação colegiada, cuja função é a de assessorar o Presidente da República na formulação da política nacional e nas diretrizes governamentais referentes aos direitos das pessoas com deficiências.

O Conselho Nacional de Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência - CONADE, órgão responsável pelo acompanhamento das políticas

referentes às pessoas portadoras de deficiência, tem a preocupação de estar, em primeiro lugar, a serviço da sociedade, estimulando e direcionando políticas que permitam a inserção das pessoas portadoras de deficiência como sujeito do seu próprio desenvolvimento e do país (BRASIL, 2006).

Confirmado esse compromisso com a sociedade, pela Resolução 35 de 06 de julho de 2005, suas competências são: zelar pela implementação da Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, acompanhar o planejamento e avaliar as políticas públicas intersetoriais, acompanhar a elaboração e a execução da proposta orçamentária da Secretaria dos Direitos Humanos, zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo, acompanhar e apoiar as políticas e ações dos Conselhos nas instâncias Estaduais e Municipais e do Distrito Federal, propor a elaboração de estudos e pesquisas que objetivem a melhoria de qualidade de vida da pessoa com deficiência, propor e incentivar a realização de campanhas visando a prevenção da deficiência e promoção dos direitos, aprovar o plano de ação anual da Coordenadoria Nacional para Integração da Portadora de Deficiência – CORDE, acompanhar, mediante relatórios de gestão, o desempenho e projetos da política para inclusão da pessoa com deficiência em âmbito nacional e elaborar o seu regimento interno (BRASIL, 1999). Estabelece também que o ministro do estado da Justiça disciplinará o funcionamento e os critérios de escolha dos respectivos representantes. Ainda, a resolução supracitada dispõe sobre o regimento interno do CONADE, sobre a natureza e finalidades, e apresenta a mudança da expressão “pessoa portadora de deficiência” para termo “pessoa com deficiência”. Com isso, cumpre a ratificação da Convenção sobre os direitos das Pessoas com Deficiências pela Organização das Nações Unidas (ONU), cuja medida provisória nº 483 altera a lei 10.683/2003 e atualiza o nome de Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência para Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Desta forma, cumpre sua função de órgão consultivo e deliberativo com a seguinte estrutura básica: Plenário, Presidência, Comissões Permanentes e Comissões temáticas, as quais são disciplinadas em Regime Interno. Os serviços de Coordenação Executiva do CONADE serão assegurados pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, a qual reunir-se-á mensalmente em caráter ordinário e, extraordinariamente, com a presença de 2/3 dos

membros por convocação do Presidente, ouvido o Plenário, ou por requerimento da maioria de seus membros, com o mínimo de dez dias de antecedência.

De acordo com o CONADE, um dos seus papéis é fortalecer a rede de Conselhos no Brasil, diante da necessidade da pessoa com deficiência terem vez e voz na implantação e no monitoramento das políticas públicas; nomeando este processo de protagonismo e participação direta. Para que isso ocorra, a composição do CONADE está dividida entre 50% de sociedade civil e 50% dos órgãos do governo, representados por seus membros, cuja função é atuar como conselheiros e conselheiras revestidos de ação pública. Os conselheiros são titulares e suplentes - membros com objetivo de formar um colegiado, com o objetivo de fortalecer ações e cumprir os princípios regimentais; passam por qualificação, formação e se organizam para construir planos de ações em conjunto; visando definir metas e estratégias pela efetivação da política nacional, abrangendo gestão, controle social e financiamento.

Além disso, está disposta a organização das Conferências Nacionais como responsabilidade do CONADE, com o apoio da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SDH-PR, que devem acontecer de 4 em 4 anos, sendo que “[...] excepcionalmente a primeira deverá ocorrer até 15 de junho de 2006, e a segunda deverá ocorrer até dezembro de 2008, seguindo as demais conforme o início deste artigo” (BRASIL, 2005, Art.45).

2.2 - A Composição do CONADE

Como afirmamos na introdução desta pesquisa, a partir da década de 1990, as políticas públicas orientadas pelo sistema Neoliberal engendraram ideologias para que o exercício pleno da cidadania passasse pelo estado mínimo. As políticas públicas são um campo de afirmação de direitos e conflitos.

É consenso de que as políticas públicas têm um significativo papel a desempenhar para o fortalecimento de nossa nação e o exercício pleno da cidadania de todos os cidadãos, sem distinção. Mas é fato constatado que o governo não pode agir sozinho, tem que haver um esforço conjunto Sociedade e Governo para avaliar, redesenhar e efetivar uma política eficiente e eficaz, atendendo todos os requisitos estruturais para o alcance dos dispositivos constitucionais (BRASIL, 2006).

Ressaltamos anteriormente a importância dos CONADE, fruto de luta histórica e abordaremos a seguir a sua composição, cujo objetivo é congrega as representações das diversas áreas das deficiências em nível nacional a fim de elaborar, avaliar e redirecionar as políticas públicas.

A composição do CONADE foi instituída por Nilmário de Miranda, secretário especial da Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República - SDHPR, no primeiro mandato do então presidente da república Luis Inácio Lula da Silva. A composição do CONADE foi estabelecida pela portaria SEDH nº 36, de 15 de Março de 2004, com base na lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que organiza a presidência da república e os ministérios, cumprindo o art. 12 do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Durante a gestão de Adilson Ventura, o CONADE organizou a 1ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência realizada no ano de 2006.

Para Ventura (2010),

Fui o primeiro representante da sociedade civil eleito presidente do Conselho. Antes, os presidentes eram indicados pelo governo. O CONADE, reunido em 2001, reivindicou ao então ministro Paulo Cesar Sarmiento Pinheiro que o Conselho pudesse eleger o seu presidente entre os pares e que um representante da sociedade civil pudesse ser presidente do CONADE, não apenas o governo. Ele modificou o decreto, autorizou, e eu fui eleito o primeiro presidente da sociedade civil do CONADE e a primeira pessoa com deficiência a presidi-lo, de 2002 a 2006 (VENTURA, 2010, p.111).

Adilson Ventura foi a primeira pessoa com deficiência a presidir o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE) - 2002 - 2004 -, cargo para o qual foi reconduzido a um segundo mandato (2004-2006). Durante sua gestão, o CONADE organizou a 1ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Conforme aponta Ventura, “O Conselho congrega representações, entidades, e não pessoas, dos diversos segmentos das áreas de deficiências. Ali é onde se discutem os assuntos de termos gerais e comuns, mas também específicos” (VENTURA, 2010, p.111).

A composição do CONADE é paritária: 19 representantes de instituições governamentais - Poder Público e 19 da Sociedade Civil, disciplinados pelo Ministro do Estado da Justiça, sendo a sua composição por representantes de efetiva atuação, em nível nacional, relativamente à defesa dos direitos da pessoa portadora de deficiência. A

seguir, elencaremos a composição do Poder Público no CONADE, que apareceu nos anais das três conferências pesquisadas.

Quadro 3 - Composição do Poder Público

I. Secretaria dos Direitos Humanos
II. Ministério da Ciência e Tecnologia
III. Ministério das Comunicações
IV. Ministério da Cultura
V. Ministério da Educação
VI. Ministério do Esporte
VII. Ministério da Previdência Social
VIII. Ministério das Relações Exteriores
IX. Ministério da Saúde
X. Ministério do Trabalho e Emprego
XI. Casa Civil da Presidência da República
XII. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
XIII. Ministério dos Transportes
XIV. Ministério das Cidades
XV. Ministério do Turismo
XVI. Ministério da Justiça
XVII. Secretaria de Políticas para as Mulheres
XVIII. Representantes dos conselhos estaduais
XIX. Representantes dos conselhos municipais

Fonte: Elaborado própria.

Poder Público

O Poder Público na composição do CONADE comparece com 14 representantes dos seguintes ministérios: Justiça, Turismo, Cidades, Transportes, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Trabalho e Emprego, Saúde, Previdência Social, Relações Exteriores, Esporte, Educação, Cultura, Comunicações, Ciência e Tecnologia; e mais duas secretarias: Secretaria de Políticas para as Mulheres e Secretaria dos Direitos Humanos, a Casa Civil, um representante dos Conselhos Municipais e outro representante dos Conselhos Estaduais em nível nacional. A presença destes órgãos tem como objetivo contribuir para elaborar, monitorar e implementar políticas sociais integradas, envolvendo todos os níveis de governo, que estimulem o controle social (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 1., 2006).

Sobre o poder público, concordamos com a definição de Saviani (1996), segundo a qual cabe a este, de certa maneira, *conceber, organizar e operar a administração da coisa pública* (SAVIANI, 1996). De acordo com o autor, a administração da sociedade é dividida em 4 grandes setores que, primordialmente, são os seguintes: o setor político, o econômico, o social e o militar, os quais se dividem em ministérios ou secretarias que constituem os governos federal, estaduais e municipais.

Com poucas exceções, via de regra o setor Econômico é composto pelos Ministérios do Planejamento, da Fazenda, da Indústria e Comércio, da Agricultura, das Minas e Energia, do Trabalho, dos Transportes e do Meio Ambiente. O setor social congrega os Ministérios da Saúde, da Previdência e Assistência Social, da Educação, da Cultura e das Comunicações. O setor militar inclui os Ministérios do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. O setor político compreende os Ministérios da Justiça e das Relações Exteriores e dois ministérios compreendem os setores econômicos e social: da Ciência e Tecnologia e da Reforma Agrária. Os ministérios elencados são de âmbito federal, atuam como instrumentos de execução das políticas pertinentes a cada um dos setores e expressam um projeto de governo.

Sociedade Civil,

A novidade da noção de sociedade civil esboçada por Gramsci consiste no fato de que não foi pensada em função do Estado, em direção ao qual tudo deve ser orientado (...). Para Gramsci, a sociedade civil é antes de tudo o extenso e complexo espaço público não estatal onde se estabelecem as iniciativas dos sujeitos modernos que com sua cultura, com seus valores ético-político e suas dinâmicas associativas chegam a formar as variáveis das identidades coletiva. É lugar, portanto, de grande importância política onde as classes subalternas são chamadas a desenvolver suas convicções e luta para um novo projeto hegemônico enraizado na gestão democrática e popular do poder (SEMERARO, 1999, p.212).

Neste trabalho, o conceito de Sociedade Civil está fundamentado em Gramsci. Conforme Semararo (1999), a noção de sociedade civil atribui responsabilidades aos sujeitos coletivos que lutam pela gestão democrática participativa e popular do poder, ou seja, conceber um novo projeto popular, não dirigido pelo Estado e contra-hegemônico acontece em dois campos: o da política e da ética. Agregam intersubjetividades coletivas dos diferentes segmentos, os quais são por si só distintos e ocupam diferentes posições, no interior da Sociedade Civil. Entretanto, a finalidade da Sociedade Civil como um espaço público de iniciativas e de variadas formas de associações espelha e reflete o Estado.

A Sociedade Civil comparece com 19 representantes, sendo 13 representantes de organizações nacionais, de e para, pessoas portadoras de deficiência, a entidade privada sem fins lucrativos e de âmbito nacional, com filiadas organizadas em pelo menos cinco Estados, distribuídas, no mínimo, por três regiões do país, um representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, um representante de organização nacional de empregadores, um representante de organização nacional de trabalhadores, um representante da comunidade científica, cuja atuação seja correlata aos objetivos da Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, um representante do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia e a Associação Nacional do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência. A seguir, a exposição dos representantes da Sociedade Civil.

Quadro 4 - Sociedade Civil na composição do CONADE

<p>SOCIEDADE CIVIL</p> <p>I. Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (FENEIS)</p> <p>II. Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB)</p> <p>III. Confederação Brasileira de Desporto de Deficientes Visuais (CBDDV)</p> <p>IV. Federação Nacional das APAES (FENAPAE)</p> <p>V. Federação Nacional das Associações Pestalozzi (FENASP)</p> <p>VI. Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down</p> <p>VII. Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade (APABB)</p> <p>VIII. Federação Brasileira de Associações Civas de Portadores de Esclerose Múltipla - FEBRAPEM</p> <p>XIX- Associação Brasileira de Ostomizados - ABRASO</p> <p>X. Federação das Fraternidades Cristãs das Pessoas com Deficiência do Brasil (FCD/BR)</p> <p>XI. Federação das Associações de Renais e Transplantados do Brasil (FARBRA)</p> <p>XII. Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (MORHAN)</p> <p>XIII. Associação Brasileira de Autismo (ABRA)</p> <p>XIV. Confederação Nacional do Comércio (CNC)</p> <p>XV. Organização Nacional de Trabalhadores da Central Única dos Trabalhadores (CUT)</p> <p>XVI. Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos - ONEDEF</p> <p>XVII. Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia- CONFEA</p> <p>XVIII. Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e com Deficiência (AMPID)</p> <p>XIX. Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)</p>

Fonte: Elaboração própria.

A sociedade civil conta com representantes de diversas associações, organizações, federações etc. de abrangência nacional, com diversas unidades espalhadas nas cinco regiões do país e envolvidas com as temáticas trabalho, educação, saúde, direito, medicina, esporte. Cabe aos membros que representam a sociedade civil na composição do CONADE dar visibilidade à conquista da inserção de diferentes sujeitos enquadrados nas

quatro áreas clássicas das deficiências em nível nacional, unidos pela luta por direitos sociais como educação, saúde, trabalho, acessibilidade, ajudas técnicas, habilitação, reabilitação, órteses e próteses, entre outros.

Isto demonstra a importância da organização das pessoas com deficiências em torno de instrumentos de participação social, que podem vir a cumprir direitos presentes nas políticas públicas e ganhar espaços para representatividade dentro do conselho nacional. Spósito (1999) nos ajuda a entender:

(...) a ideia de participação da sociedade civil, sobretudo dos grupos e movimentos organizados, na formulação, implantação e acompanhamento das políticas públicas, em especial na área social. Essa ideia teve sua tradução no âmbito mais amplo na defesa dos Conselhos, fortemente debatidos na esfera municipal (Doimo, 1990, 1995) e incorporados na legislação federal em setores diversos como saúde, assistência, direitos da criança e do adolescente e educação (SPÓSITO, 1999, p.74).

Os grupos e os movimentos sociais organizados a que a autora se refere, inseridos nos conselhos, são de diversas áreas sociais, dentre estes, a pessoa com deficiência. Descrita pelo Decreto 5296/2004, é considerada pessoa portadora de deficiência a que se enquadra nas seguintes categorias: deficiência física, deficiência auditiva, deficiência visual, deficiência mental e a deficiência múltipla. Detalharemos cada uma delas conforme a referida legislação, na íntegra:

A deficiência física, com alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano; condição que acarrete o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (BRASIL, 2004).

A deficiência auditiva com a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz (BRASIL, 2004).

A deficiência visual - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60o; ou a

ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores (BRASIL, 2004).

A deficiência mental, com a condição do funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais, utilização dos recursos da comunidade, saúde e segurança, habilidades acadêmicas, lazer e trabalho. E por último, a deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências (BRASIL, 2004).

Ao longo deste estudo, nos intrigou a presença da Associação Brasileira de Ostomizados (ABRASO) e o Movimento de Reintegração das Pessoas pela Hanseníase (MORHAN) como representantes da sociedade civil na composição do CONADE. Assim, buscamos conhecer a luta destes dois grupos:

a) O movimento social dos ostomizados, cuja luta iniciou-se a partir da década de 1980, após a Organização das Nações Unidas (ONU) instituir o ano de 1981 como ano internacional da Pessoa Portadora de Deficiência, que, como apontamos nesta pesquisa, gerou uma grande mobilização entre as pessoas com deficiência, que se reuniram para participar diretamente deste processo. Em busca de visibilizar as suas demandas, as demais pessoas em condição de impedimento e vulnerabilidade se organizaram em associações, objetivando a inserção na categoria de pessoa com deficiência para nortear as ações e tornar possíveis legislações específicas em sua defesa.

Assim, em 16 de novembro de 1985 foi fundada a Associação Brasileira dos Ostomizados (ABRASO), associação civil sem fins lucrativos de utilidade pública Federal, Estadual e municipal, voltada para a defesa da cidadania da pessoa com ostomia, desde bebês até idosos. Conforme afirma Santos (2003), a respeito dos ostomizados¹³, “a dificuldade de sua inserção na luta mais ampla dos portadores de deficiência com intuito de dar visibilidade às limitações de ordem socioeconômica por que passam e de lutar pela efetividade das políticas efetivas em seu favor”, ressaltando, ainda que,

¹³ A pessoa ostomizada está incluída no decreto supracitado, pois, de acordo com o artigo 3, foi submetido a amputação do ânus, ou seja, teve “ perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão normal do ser humano”.

“Portanto, cabe às organizações sociais de defesa da pessoa portadora de deficiência, à luta para tornar acessível às legislações específicas em defesa da PPD, bem como dar visibilidade a sua condição, bem como os profissionais da área a articulação com esse movimento, a fim de que possam o mobilizar para efetividade das leis, reivindicando as esferas responsáveis - Federal, Estadual e Municipal a execução imediata (SANTOS, 2013, p.13).

Em outubro de 1989, foi sancionada a lei 7853, que dispõe sobre a pessoa portadora de deficiência, mas foi regulamentada somente dez anos depois, com o decreto 3298 de 20 de dezembro de 1999. Esta é a lei que prevê dispositivos para uma Política Nacional que visa dar proteção e amparo às pessoas com deficiências, juntamente com Decreto 5296/2004.

A Sociedade Brasileira dos Ostimizados - SBO vem participando do processo de implantação e consolidação da referida lei, visto que, em 1990, Cândida Cavalheira, uma das representantes deste movimento social, foi eleita conselheiro titular da Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência - CORDE, participou como conselheira titular do CONADE e nas três conferências nacionais a SBO marcou presença.

O movimento ganhou força em 2009, quando o vice-presidente da república, José de Alencar Gomes da Silva, assumiu publicamente e por escrito a sua condição de pessoa ostomizada e, portanto, nos termos do Decreto 5296/2004, de pessoa com deficiência física (LANNA, 2010). José de Alencar, em ofício encaminhado ao ministro da saúde José Gomes Temporão, solicitando a assinatura da Política Nacional de Atendimento à Pessoa Ostomizada e o reconhecimento da Declaração Internacional dos Direitos dos Ostomizado, escreveu de próprio punho no documento citado: “Estimado e Eminente Amigo Temporão, sou um deles”.

A partir daí, foi incluída a pessoa ostomizada no artigo 4, do decreto 3298/1999 e o posterior 5296/04, os quais definem as categorias nas quais podem ser enquadradas as pessoas com deficiências: I - deficiência física, II - deficiência auditiva, III - deficiência visual, IV - deficiência mental e intelectual e V - deficiência múltipla. Entendeu-se que a pessoa ostomizada poderia se incluir na categoria de deficiência física, pois esta se define pela amputação ou ausência de membro, embora não cite explicitamente a condição da pessoa com a ostomia (BRASIL, 1999).

Cabe ressaltar que a falta de clareza do tipo de deficiência para o ostomizado gerou um processo de luta, pois o artigo 18 e 19 desta lei incluíram a assistência integral à pessoa com deficiência para os que fazem o uso de bolsas coletoras e materiais, bem como ajudas técnicas que tenham finalidade de compensação de uma ou mais limitações funcionais motoras, sensoriais, como se observa no inciso IX, que contempla “bolsas coletoras para os portadores de ostomia” (SANTOS 2003).

Atualmente, no Brasil, a pessoa ostomizada é considerada pessoa com deficiência física. Houve uma mudança no perfil dos ostomizados, já que antes predominavam os idosos e hoje muitos são crianças e jovens, que, em decorrência de doenças ou vítimas de violência urbana e acidentes, podem estar nesta condição e ter direito à bolsa coletora através do Sistema Único de Saúde (SUS), bem como a todos os direitos e ações afirmativas que couberem às pessoas com deficiência, tais como: Benefício de Prestação Continuada - BPC, passe livre, atendimento prioritário, reserva de vagas, entre outras. A Associação Brasileira de Ostomizados (ABRASO), grupo que há 25 anos está engajado em atividades políticas e sociais, diz que possui cerca de cem mil membros.

b) Os hansenianos são um grupo que tem presença na atual composição da sociedade civil, inserção conquistada por meio de luta via movimento social. As pessoas atingidas pela hanseníase foram submetidas a profunda exclusão em lugares próprios, conhecidos como leprosários, e abandonadas pela sociedade como um todo. Conforme afirma Lanna Júnior (2010),

No mundo, até a década de 1940, a profilaxia da hanseníase foi realizada por três atividades institucionais: leprosários, destinados a internar e isolar o paciente; dispensários, que se prestavam ao atendimento de casos suspeitos ou indeterminados; e preventórios, assim denominados porque recebiam os filhos dos doentes internados (LANNA JÚNIOR, 2010, p.55).

Historicamente, o governo brasileiro adotou uma política de atendimento baseada no isolamento em asilos-colônias, contemplando a internação compulsória destas pessoas, onde os pacientes e não-internados tinham uma vida semelhante.

Durante décadas, a única forma de tratamento para a hanseníase era o isolamento compulsório. As pessoas diagnosticadas com a doença eram obrigadas pela polícia sanitária a abandonar suas

casas, maridos, mulheres, filhos e amigos para viverem confinados em 33 colônias espalhadas por todo o Brasil (site MORHAN).

Em 1962, por meio do Decreto nº 968, de 7 de maio, termina o isolamento do paciente para o tratamento da doença, que só foi possível com a descoberta das sulfonas. Houve o controle da endemia e a consequente desativação das colônia.

No final de 1979, o líder Francisco Antunes Vieira Nunes, conhecido como Bacurau, nascido em Manicoré, no Amazonas, em 1939, e que contraiu hanseníase aos 5 anos de idade, redigiu uma carta programa que foi discutida durante todo o ano de 1980, que viria a servir de base ao futuro estatuto do Movimento de Reabilitação dos Hansenianos - MORHAN. Em 1995, o governo brasileiro proibiu a utilização do termo “lepra” em documentos oficiais, a partir de então, o termo designativo para a doença passou a ser “hanseníase” (LANNA JÚNIOR, 2010). Sobre isso, Bacurau afirmou, num congresso internacional sobre hanseníase em Orlando, EUA, em 1993:

Perder um dedo da mão numa guerra, por exemplo, pode trazer orgulho; mas se for por causa da hanseníase, marginaliza. Apertar a mão que perdeu um dedo na guerra é uma coisa; apertar a mão que perdeu um dedo por causa de uma doença contagiosa é outra. A mão de um “guerreiro” é diferente da mão de um “leproso”, mesmo que o trauma físico seja igual (LANNA JUNIOR, 2010, p.56).

Atualmente, organizadas por meio da entidade MORHAN, fundada em 06 de junho de 1981, essas pessoas conseguiram mobilizar parte da sociedade e avançar na construção de políticas que contemplassem suas reais necessidades, principalmente pela coragem do seu líder, o Bacurau. Tanto a luta das pessoas ostomizadas quanto dos hansenianos vem se firmando para sua inclusão na Política Nacional para Pessoa Portadora de Deficiência, como observamos na composição do CONADE. Embora não se tenha definido ainda que tipo de deficiência estes possuem, cada associação com sua luta histórica, demandas e debates vem buscando políticas concretas para promoção do seu bem estar social.

2.3 As Conferências Nacionais dos Direitos das Pessoas com Deficiências (2006, 2008 e 2012)

As Conferências aparecem ao longo dos períodos históricos em nosso país, em diversos contextos sociais e políticos. Foram instituídas pela lei 378 de 13 de janeiro de

1937, no primeiro governo do então presidente da república Getúlio Vargas, como parte da reorganização feita pelo então ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema. As pioneiras aconteceram em 1941: a Conferência Nacional da Educação, em 03 de novembro de 1941, e a Conferência Nacional da Saúde, em 10 de dezembro de 1941. Conforme Souza et al (2013), não há registro de fonte inspiradora na literatura sobre este processo em nosso país. Tinham como objetivo ampliar o conhecimento do governo federal sobre a saúde e a educação, bem como articular as administrações municipais, estaduais e a federal, aproximando os setores como espaços estritamente intergovernamentais de que participavam autoridades do Ministério da Educação e Saúde e autoridades setoriais dos estados e do território do Acre. As Conferências, à época Vargas, não podem ser reconhecidas como espaço de diálogo e descentralização, pois tinham exclusivamente por objetivo, conforme Souza et al.,

[...] construção de um aparato governamental voltado para coordenação e organização das ações em todo o país, fortalecendo o controle e o poder do governo federal. Esta característica era reforçada pelo caráter eminentemente técnico-administrativo dos encontros, os quais contavam com um número reduzido de participantes - em geral técnicos e representantes governamentais vinculados aos entes da Federação. As conferências organizadas neste momento integravam, desta forma, o projeto de fortalecimento do poder central e de aumento da racionalidade administrativa que era caro ao governo Vargas (SOUZA ET AL, 2013, p.28).

O caráter centralizador das políticas públicas na Era Vargas (1930-1945), possibilitava apenas a reorganização ministerial e privilegiava um número restrito de participantes - a primeira Conferência da Saúde contou com 70 participantes.

As Conferências realizadas até a década de 1980 mantiveram seu caráter técnico administrativo, *suas regras de funcionamento com um modelo organizacional que pode ser reconhecido nas análises de desenho institucional dos processos mais recentes* (Souza et al, 2013, p.25, grifo nosso). Isso embora as estruturas das Conferências apresentassem comissões organizadoras, regimentos, temas para o debate, formulação de propostas em plenárias, e os participantes fossem delegados estaduais e municipais com direito a voto, pessoas convidadas e representantes do governo federal. Ao final da década de 1980, a

partir da abertura política, as conferências tornaram-se objeto de construção teórica e análise para sua compreensão pelos pesquisadores.

Conforme a Secretaria Geral da Presidência da República- SGPR (2013) de 1941 a 2013 foram realizadas 138 Conferências nacionais, das quais 97 aconteceram entre 2003 a 2013, abrangendo 43 áreas setoriais nas esferas municipais, regional, estadual e nacional. Essas Conferências nacionais contaram com a participação de aproximadamente 9 milhões de pessoas, debatendo a elaboração, monitoramento e o aprimoramento das políticas públicas - desde as etapas municipais, livres, regionais, estaduais até a etapa federal.

As Conferências são espaços institucionalizados de interlocução entre sociedade civil e poder público. Conforme o Instituto Póllis (2005), têm as seguintes finalidades:

Definir princípios e diretrizes de políticas setoriais, pois cabe aos participantes traçar um plano estratégico para o setor, definindo prioridades da secretaria para os próximos anos;

Avaliar programas em andamento, identificar problemas e propor mudanças, para garantir o acesso universal aos direitos sociais;

Dar voto e voz aos vários segmentos que compõem a sociedade e que pensam o tema em questão;

Discutir e deliberar sobre os conselhos no que se refere às formas de participação, composição, proposição da natureza e de novas atribuições. Os delegados das conferências também podem indicar os membros titulares e suplentes, opinar sobre a sua estrutura e funcionamento e recomendar a formação de comitês técnicos e avaliar e propor instrumentos de participação popular na concretização de diretrizes e na discussão orçamentária (Póllis, 2005, p.1).

Corroborando com a finalidade das Conferências, conforme Magrini, (2012),

Pode-se destacar o aspecto de formulação e avaliação de ações estatais, bem como a intenção de ressaltar a participação de diversos sujeitos políticos na discussão do que acontece no espaço público e de conectar esse mecanismo de participação com outros de um sistema participativo, como no caso dos conselhos (MAGRINI, 2012, p.56).

Conforme Magrini (2012), aparece uma diversidade de temas tangenciais e invisibilizados historicamente, ganhando “novo status” e espaço para uma agenda política - temas como a promoção das mulheres, a promoção da igualdade racial, da juventude,

economia solidária, direito das pessoas com deficiência, da pessoa idosa, dentre outros (MAGRINI, 2012, p.57). As diversas Conferências organizadas pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) e ONU, regionais e mundiais, respectivamente, ampliam o debate das mais diversas questões e refletem nos países com o efeito de dar “ênfase na necessidade de participação efetiva no processo de formulação e monitoramento das políticas nacionais”, bem como estimular a criação de instituições no aparelho estatal que apoiem e “coordenem políticas específicas aos setores subalternizados” (MAGRINI, p.15, 2012).

Desta forma, o CONADE realizou três Conferências nacionais: 2006, 2008 e 2012, respectivamente, cujos objetivos eram dar maior projeção as suas demandas, além de visibilizar e constituir arenas para construção de políticas públicas sociais. Em comum, as Conferências nacionais tiveram a sua organização precedida por um texto-base, cujos objetivos eram organizar, planejar e formar tecnicamente os futuros delegados eleitos, os quais, num primeiro momento, vivem todo o processo de mobilização e debate em seu município ou região. Posteriormente, são inscritos pelo seu município para a etapa estadual, momento em que levam as propostas prioritárias e as demandas local-municipal, discutem coletivamente e elegem as propostas pertinentes ao estado a que pertencem.

Todo este processo visa promover a mobilização e a qualificação técnica, tanto dos delegados titulares quanto dos delegados suplentes eleitos nos municípios, regiões, estados e distrito federal para etapa nacional. Após a temática ser amplamente discutida e debatida, retorna com diversas propostas dos 26 estados brasileiros e o Distrito Federal, de acordo com suas necessidades e desejos de mudanças.

Iniciaremos a descrição das Conferências pelos cadernos/texto-base. Adotamos este método tendo por objetivo entender e conhecer o contexto histórico de discussão que subsidiou todo o movimento participativo, e concordar com o referencial teórico-metodológico desta pesquisa, o materialismo histórico dialético.

I Conferência Nacional da Pessoa com Deficiência de 2006

Essa Conferência não será a maior da história do movimento nacional, mas, com certeza, tem plenas condições de ser uma das mais importantes. Juntos, Pessoas com Deficiência, profissionais, prestadores de serviços e gestores terão a oportunidade de avaliar o que está dando certo e o que pode ser aperfeiçoado no atendimento às carências da população de pessoas com deficiência neste início de milênio (BRASIL, 2005).

O Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com deficiências, o CONADE com apoio da Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, organizou a I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que foi realizada em Brasília, entre os dias 12 a 15 de maio de 2006.

A temática central foi “Acessibilidade: você também tem compromisso”, com o objetivo de analisar os obstáculos e avanços da Política Nacional para a integração da Pessoa com Deficiência no quesito Acessibilidade. A Conferência procurou avaliar as leis nº 10.048, de 19 de dezembro 2000, e a lei nº 10.098, de 08 de novembro de 2000, regulamentadas pelo Decreto nº 5296 de 2 de dezembro de 2004, instituindo que toda a sociedade é responsável por promover e fiscalizar os espaços sociais para eliminação das barreiras, sejam arquitetônicas e urbanísticas, atitudinais ou comunicacionais, no que tange o direito à acessibilidade como condição para cidadania. Em seguida, a lei n. 10.436 de 24 de abril de 2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e está regulamentada no Decreto n. 5.626, de 08 de novembro de 2005.

Na composição desta conferência nacional estavam presentes os delegados representantes dos órgãos governamentais e sociedade civil, vindos dos 27 estados brasileiros. Participaram da I Conferência, aproximadamente, 1.500 pessoas, das quais 370 declararam ter alguma deficiência. Ao final, foram aprovadas 265 deliberações no tema.

Cadernos de textos

Visando a realização da I Conferência Nacional de 2006 foi elaborado um documento com 247 páginas, intitulado "caderno de texto", contendo 58¹⁴ textos indutivos e uma cartilha com orientações para criação de conselhos e legislações correlatas. Nesse documento, observamos a presença de diversos autores envolvidos com esta temática no cenário nacional, dentre estes, alguns sujeitos históricos protagonistas dos movimentos sociais das pessoas com deficiências das décadas de 1970 e 1980.

Ressaltamos a presença destes autores, cuja luta social contribuiu fortemente com o debate, pois evidenciaram a dinâmica histórica da organização e da luta dos movimentos sociais por políticas públicas sociais no contexto da Conferência. O critério utilizado para elencá-los foi conforme a presença destes tanto no livro a História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil¹⁵ (Lanna Junior, 2011) quanto no caderno de textos indutivos.

Listamos seus nomes juntamente com o título da produção:

- ✓ Izabel de Loureiro Maior apresentou o texto "Acessibilidade, Inclusão, Democracia: novos atores sociais";

¹⁴Elencamos a seguir os autores dos textos indutivos: s Elizabet Dias Sá; Gisele Pecchio Dias; Maryse Suplino; Aloizio Mercadante; Perly Cipriano e Herbert Borges Paes de Barros; Jurilza M^a B. de Mendonça; Prof^a. Dra. Maria Elisabete Rodrigues Freire Gasparetto; Escola de Gente; Ana Maria Bereohff; Marta Gil; Carta do Rio; Carta de Março; Eduardo José Manzini; Flávio Valentim de Oliveira; Sônia Maria Chadi de Paula Arruda e Zélia Zilda Lourenço de Camargo Bittercourt; Antonio Nunes Barbosa Filho; Ermelinda Christiane Anunciação de Paula; Marcos Túlio de Melo; Eduardo Barbosa; Tânia Amara Felipe de Souza; Márcia M. Muniz; Cândida Carvalheira e Beatriz F. Yamada Loni; Elisete Manica; Rosana Glat; Carmem Leite Ribeiro Bueno e Ana Rita de Paula; Claudia Pereira Dutra; Maria de Lourdes Canziani Lizair Guarino Maria Helena de Azeredo Roscoe Adriana Romeiro de Almeida Prado e Ricardo Moraes Marcos José da Silveira Mazzotta Guilherme Lira Erenice Natália Soares de Carvalho Andréa Santini Henriques e Cristiana Malfacini Melo Vera Andrade Renato Boareto Maurício Thesin e João Ernesto Toppan Nogueira.

¹⁵ Publicação do governo federal, do então, presidente do país, Luis Inácio Lula da Silva. O livro está dividido em duas partes, sendo a primeira parte com seis capítulos com temáticas sobre a organização e ações para a conquista de direitos a este segmento e a segunda parte contém 25 entrevistas de pessoas com deficiências, familiares e profissionais que atuaram na luta por políticas públicas sociais no cenário político do movimento social da pessoa com deficiência no Brasil.

- ✓ Cândida Carvalheira com o trabalho "Acessibilidade: Pessoa Com Ostomia";
- ✓ Eduardo Barbosa com os textos: "Acessibilidade: você tem compromisso - Legislação e Direitos Humanos" e "Acessibilidade: Você também tem compromisso";
- ✓ Niusarete Margarida de Lima: "Avanços e conquistas na área da acessibilidade no Brasil";
- ✓ Ethel Rosenfeld: "GEM: Um jeito novo de viver - Mito ou realidade?"
- ✓ Dorina Gouveia Nowill: "Na grande escada da vida, os degraus devem ser feitos de livros";
- ✓ Rosangela Berman Bieler: "Deficiência, pobreza e exclusão: a estratégia de desenvolvimento inclusivo ressignificando o conceito de acessibilidade".

É importante destacar que, dentro deste documento, além do arcabouço de textos, elencaram-se legislações correlatas. Estas eram a lei 7853 de 24 de outubro de 1989, decretada e sancionada no governo do ex-presidente José Sarney, que institui apoio às pessoas portadoras de deficiências, e a lei 10.436 de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, instituída no governo do então Presidente Luis Inácio Lula da Silva.

Os decretos foram os de número 3298/99 e 5298/04, que versam sobre acessibilidade e definem critérios para as áreas da deficiência. Quanto às resoluções, eram: CONADE n.º 10, de 10 de junho de 2002, que define os critérios básicos para implementação de Conselhos, a portaria SEDH de 15 de março de 2004, que institui a composição do CONADE, estrutura básica e deliberações via plenário, a resolução 35, de 6 de julho de 2005 que dispõe sobre o regimento interno do CONADE.

Solenidade de Abertura

O presidente do CONADE, Adilson Ventura, afirmou que a conferência, “[...] tem por finalidade criar mecanismos de defesa dos direitos que atendam aos anseios e reivindicações do movimento e de milhares de pessoas brasileiras com deficiência”. (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 1., 2006,p.3).

Adilson Ventura foi o responsável pela solenidade de Abertura, seguido pelo ator Marcos Frota que interpretou dois personagens com deficiência em duas novelas de uma emissora de televisão em rede nacional: o Tonho da Lua, que tinha deficiência mental, em Mulheres de Areia, e o Jatobá, que era cego, em América. O Sr. José Agenor Álvares da Silva, ministro de Estado da Saúde, Paulo Sérgio Passos, ministro do Estado dos Transportes, Wellington Dias, governador do Estado do Piauí e o secretário dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi. Disse o presidente do CONADE, Adilson Ventura, na solenidade de abertura:

Pretendemos que este 12 maio seja um marco importante, um marco histórico, mercê do trabalho, do empenho, da dedicação de todos nós, de toda sociedade brasileira em prol desta nossa causa, pois todos temos compromisso com essa questão de acessibilidade, todos, indistintamente (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 1., 2006,p.3).

Houve um empenho em envolver todas as instâncias de governos, instituições privadas e públicas, enfim, todas as pessoas ligadas com a causa e a sociedade brasileira sobre o tema acessibilidade. Cabe salientar que o documento dos anais da presente conferência nacional aponta para um movimento vitorioso como sentimento, o qual permitiu a discussão e deliberação para avançar nas políticas públicas para promoção dos direitos da pessoa com deficiência. A seguir, trataremos das mesas técnicas elencando-as e descrevendo-as com objetivo de observar a importância dada às temáticas.

Mesas Técnicas

Para subsidiar as discussões e deliberações entre os participantes, foram organizadas três mesas técnicas seguidas de debate com perguntas e respostas. A seguir,

abordaremos estas temáticas, com o intuito de compreendê-las e identificá-las nas propostas das futuras deliberações. As mesas eram compostas por uma pessoa com a função de moderadora e uma outra como palestrante, com três temáticas: Condições Gerais de Implementação da Acessibilidade, Implementação da Acessibilidade Arquitetônica e Urbanística e Transporte e Da acessibilidade, informação, comunicação e as ajudas técnicas. No quadro abaixo, estão distribuídas as 3 mesas técnicas por temas, palestrantes e moderadores,

Quadro 5 - Mesas técnicas - I Conferência Nacional da pessoa com deficiência de 2006

A-	Palestrante/moderadora	Tema
Condições Gerais da Implementação da Acessibilidade	<p><i>Sandra Oliveira Julião - Promotora Pública - DF</i></p> <p>Izabel Maria Madeira de Loureiro Maior- CORDE/CONADE</p>	Decreto 5296/04
B- Implementação da Acessibilidade, Arquitetura e Urbanismo e nos Transporte	<p><i>Ângela Carneiro da Cunha- Arquiteta e consultora da CORDE</i></p>	Decreto 5296/04
	<p><i>Ângela Costa Werneck de Carvalho - Rio trilhos</i></p> <p>Claudio Vereza - Deputado Estadual-ES</p>	Acessibilidade com ênfase nos transportes
C- Da Acessibilidade, informação, à comunicação e as ajudas técnicas	<p><i>José Antônio dos Santos Borges- UFRJ</i></p>	Tecnologias Assistivas: Deficiência Visual Deficiência Auditiva
	<p><i>Genézio Fernandez Vieira- CONADE</i></p>	Comunicação e Tecnologia
	<p><i>Marcos Pinotti-UFMG</i></p> <p>Omar Edson Varela-IBM Brasil</p>	Ajudas Técnicas

Fonte: Elaborado própria.

Contextualizaremos cada uma delas, iniciando pela mesa intitulada: Condições Gerais de Implementação da Acessibilidade. A moderadora foi a Dra. Izabel Maria

Madeira de Loureiro Maior, médica, docente da faculdade de medicina Universidade Federal do Rio de Janeiro, coordenadora geral da CORDE, do CONADE e liderança histórica dos movimentos social da pessoa com deficiência; a palestrante foi a Dra. Sandra Oliveira Julião, promotora de justiça do Ministério Público e defensora dos direitos dos idosos e pessoas portadoras de deficiência.

A Dra. Sandra Julião abordou a relevância do decreto 5296/2004, sobre os direitos sociais. Destacou que a educação é dever constitucional e garantia do estado, no entanto, se as escolas não forem acessíveis, haverá exclusão, e assim afirma:

As escolas não têm Acessibilidade já a partir de suas entradas, de seus portões, como também nas suas calçadas, além de buracos que tem dentro. E isso apenas para se falar minimamente de uma acessibilidade urbanística que deveria existir. Além disso, deveríamos falar também da acessibilidade do ensino propriamente dito. Nós estamos vendo aqui a tradução da Língua Brasileira de Sinais. Isso é impensável no ensino público de Brasília. Como é que nós podemos integrar a pessoa portadora de deficiência auditiva no padrão de ensino garantido na Constituição? Então, nós estamos vendo que a legislação está muito distante da realidade, apesar dos avanços que eu coloquei no início. E isso acontece com os demais direitos (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 1., 2006, p.25).

Sandra Julião apresentou o conceito de Acessibilidade de acordo com o decreto 5296/2004, como condição para utilização, com segurança e autonomia total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação para pessoa portadora de deficiência e com mobilidade reduzida. Trouxe para discussão o cenário de garantias legais da Constituição Federal de 1988, juntamente com a lei 7853 de 24 de outubro de 1989, regulamentada pelo Decreto 3298/99 sobre a responsabilização dos órgãos e as entidades do poder público em promover o pleno exercício dos direitos básicos a todos os cidadãos brasileiros - a educação, a saúde, o trabalho, o turismo, o desporto, o lazer etc.

A Dra. Izabel, para provocar o debate sobre a regra que estabelece o prazo de 10 anos para circulação de frota acessível no transporte público coletivo, afirmou que: “[...] fazer valer todas as regras da acessibilidade. Na verdade, essas regras não são apenas para as pessoas com deficiência, mas para uma camada, um grupo, uma população muito

grande, que são as pessoas com mobilidade reduzida” (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 1., 2006, p.33).

A segunda mesa técnica, intitulada "*Implementação da Acessibilidade Arquitetônica, Urbanística e Transporte*", teve como moderador o Sr. Claudio Vereza, deputado estadual, educador popular e estudante de jornalismo da Universidade Federal do Espírito Santo, (UFES) e duas palestrantes: primeiro a Sra. Ângela Carneiro da Cunha, consultora da CORDE, arquiteta e urbanista com especialização em acessibilidade e colaboradora do programa Brasil Acessível, e a Dra. Ângela Costa Werneck de Carvalho, arquiteta e mestre em transportes do programa Riotrilhos, coordenadora do Programa Acessibilidade e colaboradora do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia, (INMETRO) e da Associação de Normas Técnicas - (ABNT). A exposição abordou a acessibilidade como princípio fundamental para a inclusão social nos espaços urbanos, com responsabilidades de financiamento do poder público para o cumprimento do artigo 10 do decreto 5296/05, que versa sobre o desenho universal, conforme,

Os princípios do desenho universal dizem que os espaços devem ser projetados de maneira ampla e não para um pequeno grupo da população e Precisamos fazer cursos de capacitação e de orientação técnica para que as pessoas possam projetar os espaços acessíveis, para uma formação como diz no referido artigo, incluir o tema acessibilidade nas diretrizes curriculares, da formação profissional e tecnológica do ensino superior, como também nos cursos técnicos, enfatizando que é um tema muito novo no país e as pessoas não tem conhecimento sobre ele (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 1., 2006, p.36).

Desta forma, evidenciou que a acessibilidade referente às barreiras arquitetônicas e urbanísticas passa por diversos aspectos fundamentais, desde a construção, a reforma e a ampliação de espaços de uso público e coletivo, de acordo com as normas da ABNT, sendo a principal norma que trata da acessibilidade arquitetônica urbanística e a NBR da edificação, mobiliário, espaços e equipamentos.

A Sra. Ângela Werneck de Carvalho aprofundou sua exposição sobre Acessibilidade com ênfase nos transportes, falando da necessidade de reorganizar um sistema de transporte público, tornando-o acessível, integrado e autônomo. Deve existir uma cadeia de transporte desde a pré-viagem, acesso ao ponto de parada ou ao terminal,

espera do veículo, viagem e transferência entre modos e acesso ao destino. Em termos de transporte, para que sejam garantidos os deslocamentos, os pontos-chaves precisam ser acessíveis, tal como o entorno, o que é de responsabilidade do município e das comissões de acessibilidade. O entorno são as ruas, as travessias, o ponto de parada, o terminal ou a estação, o local de compras de bilhetes, os equipamentos de controle de acesso, distribuição de usuários em grandes desníveis, o local de espera, local de desembarque e o veículo. Isso tudo tem que ser acessível, pois a acessibilidade e mobilidade permitem o deslocamento contínuo de pessoas e agregam o conceito do desenho universal para toda a população, resultando em autonomia para as pessoas.

O moderador do debate, Claudio Vereza, afirma que na década de 1980 o tema acessibilidade era pensado apenas para os cadeirantes e no máximo os muletantes. Atualmente, o conceito de desenho universal expressa sinônimo de mudanças, pois com o avançar da sociedade os corpos dos indivíduos e as necessidades transformam-se, e, afirma,

A reflexão já feita aqui anteriormente sobre o desenho universal, o desenho arquitetônico e do transporte tem que abarcar todas as pessoas, independente da condição dela. Esse desenho é universal, portanto, é para todo o ser humano. É diferente daquele modelo anterior da arquitetura, onde a engenharia e a arquitetura trabalhavam sobre um padrão médio de ser humano. Tinha até o desenho antropométrico desse padrão, o modular. O homem padrão era macho, branco, de altura média, não era gordo nem muito magro. Esse era o padrão e os que fugiam dele estavam fora. O desenho tem de ser universal, para todos e todas (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 1., 2006, p.43).

A última mesa técnica, intitulada "*Da Acessibilidade à informação, à comunicação e ajudas técnicas*" teve três palestrantes: José Antônio dos Santos Borges, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), expôs sobre Tecnologias Assistivas em duas áreas: deficiência visual e auditiva; Genézio Fernandez Vieira, do CONADE, apresentou a temática da Comunicação e Tecnologia e Marcos Pinotti, professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), apresentou a palestra sobre as Ajudas Técnicas subsequentemente.

Primeiramente, sobre as Tecnologias Assistivas, o professor José Antônio dos Santos Borges afirma,

[...] tecnologias assistivas, são coisas que tornam a vida da pessoa mais eficiente ou menos deficiente, e elas facilitam a integração e a inclusão. Hoje em dia, praticamente todas as tecnologias assistivas envolvem algum tipo de computação e de eletrônica ou seus derivados. Essas tecnologias conseguem mudar tudo. Elas conseguem mudar as possibilidades de estudo, em todos os níveis, desde a alfabetização até a pós-graduação; conseguem mudar as oportunidades de trabalho, sejam de suportes às profissões usuais, sejam atividades com uso direto da tecnologia, como computação, *telemarketing* e tele-controle; e até as oportunidades de lazer, novas opções de diversão e com diversões usuais de não-deficientes, que são adaptadas mediante tecnologia para seu uso com deficientes (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 1., 2006, p.70).

Neste sentido, acreditamos serem as tecnologias assistivas um importante recurso para a acessibilidade a toda pessoa, independentemente da condição de deficiência. Embora existam em grande número, infelizmente não abrangem todos os casos e todas as pessoas. Entretanto, há um grande avanço nessa área, como, por exemplo, o livro digitalizado, que pode ser lido num computador, hoje é uma realidade, inclusive para uma pessoa com deficiência visual ou auditiva, se tornou bastante comum chegar a uma livraria, comprar um livro e ler esse livro em casa, sem a ajuda de ninguém.

No caso dos deficientes visuais, recursos como a síntese de voz e sistemas de leituras de tela DOSVOX e Virtual Vision, telefonia móvel falante e GPS, ganharam destaque na palestra por promover a democratização do conhecimento e uma revolução cultural. Há um computador que "fala" e substitui o ser humano, tornando a leitura e a escrita razoavelmente compatíveis para os deficientes visuais. Para a educação da pessoa com deficiência visual, essas tecnologias são fundamentais, como por exemplo, o DOSVOX, pois o estudante cego pode ter acesso aos mesmos conteúdos e atividades dos demais colegas sem deficiência. Afirma o palestrante: "Ele pode escrever e os colegas lerem. Ele pode fazer um trabalho em conjunto com esses colegas. Ele pode fazer uma prova e o professor conseguir ler e ele pode fazer com que os seus textos sejam publicados no jornal" (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 1., 2006, p.71). Há programas que adaptam o computador para visão

subnormal, desde equipamentos ampliadores de tela, equipamentos especializados e softwares, como o *Web Adaptation Technology*, que integra diversos produtos de tecnologia em um único produto. Todas são automatizadas em Braille, e também há o chamado Braille Fácil, no qual insere-se um texto em *Word* ou de um bloco de notas, aperta-se um botão e o texto sai impresso em Braille.

Quanto às tecnologias assistivas para a deficiência física, sempre serão necessárias adaptações, estas no ambiente, no tamanho das portas, banheiros, cuidados com desnível, sinalização etc. Há tecnologias inovadoras no Brasil sobre as órteses e próteses, como a incorporação da biorrobotização¹⁶ e a ciborguização¹⁷. A relação das tecnologias assistivas com os computadores é profunda, porque a partir deles utilizamos diversos dispositivos, como por exemplo, um sistema chamado MOTRIX, no qual a pessoa envia *e-mails*, acessa a internet, faz inúmeras coisas utilizando tecnologia de acionamento por voz - o que demanda uma certa precisão de dicção. A tecnologia de acionamento de equipamentos do uso cotidiano pelo sistema de reconhecimento de voz ainda é uma um tanto precária, mas representa um avanço muito grande no controle de ambientes para pessoa com deficiência física. Dentre estes programas, há o X-10, que existe há muitos anos nos Estados Unidos, embora seja um pouco difícil de encontrar no Brasil. Por meio dele, o computador pode controlar toda a casa, utilizando apenas a síntese de voz ou alguns botões instalados na própria cama da pessoa com deficiência. Desta forma, as três mesas técnicas cumpriram seu objetivo de informar conhecimentos novos, que estão sendo produzidos nacionalmente e internacionalmente. O próximo evento que apresentaremos são os painéis específicos.

¹⁶ Biorrobotização é a utilização um membro mecânico acoplado a um que esteja faltando e produz movimentos.

¹⁷ A ciborguização que é a pessoa utilizar um aparelho que a transforma num *ciborg* e aquele aparelho lhe proporcionar uma visão robotizada, é o desenvolvimento da medicina que provoca a substituição de partes do corpo.

Painéis Específicos

Os painéis específicos ligados a acessibilidade foram em um total de 15, com os seguintes títulos:

- Turismo e Acessibilidade: uma visão de mercado;
- Garantindo a Acessibilidade - Sistema Único de Assistência Social, SUAS;
- O Estatuto da Pessoa com Deficiência: a elaboração e o processo de participação da sociedade;
- Passe livre Interestadual;
- Educação Inclusiva;
- Atuação do Ministério Público na Garantia de Acessibilidade da Pessoa com Deficiência;
- Sistema Único de Saúde e a pessoa com deficiência;
- Apresentação prática e interativa das normas de acessibilidade da ABNT
- Trabalhando com as competências: Uma experiência de Inclusão escolar no Ensino Médio;
- Brasil acessível;
- Tecnologia Assistiva e a Construção de Política Pública;
- O Direito do Deficiente Auditivo de adquirir a linguagem oral de seu país;
- O advento da Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiências;
- A inclusão para pessoas portadoras de autismo e transtornos invasivos do desenvolvimento;

- Política Nacional para juventude específica para os jovens com deficiências no país.

Esses painéis específicos foram elaborados por pessoas envolvidas nesta temática, a grande maioria representando os órgãos do poder público. Ao final de cada exposição, a tribuna foi aberta para os delegados que tinham o direito a voz, que assim debateram e trouxeram a realidade de seu estado para a conferência. Podemos afirmar que esta conferência tentou olhar de forma conjunta a temática Acessibilidade, tendo em perspectiva todos os demais direitos sociais da pessoa com deficiência - saúde, trabalho, educação, turismo, justiça, lazer etc.

A metodologia escolhida para verticalizar o debate passou por 4 questões motivadoras, as quais destacamos na íntegra:

- I. Como os cidadãos e as entidades podem influenciar na caracterização do direito a acessibilidade?
- II. Quais as etapas em que a acessibilidade arquitetônica e urbanística pode ser controlada pelos gestores públicos e pela sociedade para o alcance de políticas setoriais inclusivas?
- III. Quais são os papéis do poder público, do setor privado e da sociedade para que os tipos de transportes coletivos se tornem acessíveis?
- IV. Como impulsionar a criação, a produção e a oferta de ajudas técnicas para melhorar a vida das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida?

As questões motivadoras para o debate foram elaboradas com o objetivo de comprometer toda a sociedade civil e poder público, ou seja, envolver os setores privado e público. Desta forma, a temática central da conferência faz jus ao seu título: "Acessibilidade: compromisso de todos", pois verificamos o esforço dos organizadores em tornar amplo o debate.

Destacaremos, a seguir, conforme o foco desta pesquisa, o painel sobre Educação Inclusiva, cujo objetivo foi subsidiar teoricamente o debate das deliberações que discutiremos com mais especificidade no capítulo 3.

Painel Educação Inclusiva

A temática da Educação das pessoas com deficiência apareceu com o título "Educação Inclusiva" e foi-lhe dedicado um painel próprio. Esse painel foi dirigido pela Sra. Cláudia Maffini Griboski¹⁸ a educação integradora trabalhava com o aluno de forma que ele estivesse apto a integrar um sistema de ensino. A educação inclusiva tem como premissa o planejamento e organização de serviços, recursos, preparação do ambiente, profissionais e toda comunidade escolar, a fim de que a criança com deficiência alcance o processo ensino-aprendizagem e seja conduzida à escolarização, como é direito fundamental de toda criança.

A política implementada pela educação integradora se organizou pelas classes especiais, dentro da escola comum, e nas instituições especiais. Nas classes especiais, dentro da escola comum, a criança ficava segregada dentro do próprio espaço escolar, no qual as demais crianças da sua idade e da sua faixa etária estavam juntas, menos ela, que estava em uma classe separada. Nas instituições especiais, organizadas para atender somente uma classe de pessoas conforme a especificidade da deficiência, ou seja, uma instituição somente para pessoas que têm deficiência mental, outra para quem tem deficiência auditiva, uma terceira instituição somente para pessoas com deficiência visual; eliminava-se o direito de convivência e participação, rotulando-se os indivíduos pela sua condição de deficiência.

¹⁸ Claudia Maffini Griboski é pedagoga com pós-graduação em nível de mestrado em gestão escolar e doutorado em Educação. Teve experiência na docência, direção e supervisão na escola de educação básica de 1988-2000 e gestão da secretaria de educação municipal de 2000-2003 na cidade de Santa Marina - Santa Catarina. No período de 2003-2008, atuou como diretora de Políticas de Educação Especial Secretaria de Educação Especial - Ministério da Educação (SEESP/MEC), onde, entre outras ações coordenou o Programa Direito a diversidade nos países do MERCOSUL (2003-2006) e o Programa Educação Inclusiva: Direito à diversidade nos municípios brasileiros (2004-2008). Atuou na implementação do Decreto de Acessibilidade, na construção da Lei de Libras e na construção da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI, 2008). Atualmente trabalha como professora universitária na Universidade de Brasília-UNB (<http://lattes.cnpq.br/8591794479271650>, LATTES, 2017).

Coube à palestrante salientar um fragmento de uma pesquisa, feita por uma professora em várias escolas, sobre a qualidade do ensino ofertado às crianças com deficiência e as barreiras encontradas. Os resultados mostraram que os professores não se sentem preparados, e os pais temem a inclusão de seus filhos por uma questão de cuidado e por entender que esse local (a escola regular) talvez não seja apropriado. O temor das famílias explica-se pela histórica invisibilidade deste grupo social na educação brasileira, todavia, isso não se justifica enquanto argumento para rejeitar a presença de crianças com deficiências nas escolas ou segregá-las em classes especiais e/ou instituições próprias.

Assim, afirmou a secretária, fundamentada pela Convenção de Guatemala e Declaração de Salamanca, sobre o direito de toda criança de aprender e não ser discriminada pela sua condição de deficiência, que:

[...] é comprovado, que todos têm condições de aprender, todos podemos aprender. Então não podemos rotular uma criança e dizer: *esta criança está fadada a não ter aprendizagem, porque ela não pode aprender*. Não somos nós que podemos destacar um limite de aprendizagem. A aprendizagem se dá, também, de acordo com o contexto, ela não se dá isoladamente, sem levar em consideração as condições que lhe são ofertadas. Então esse limite jamais poderá ser dado por quem organiza esse sistema, ou mesmo pelos professores, esse limite é dado pelo nosso aluno e, com certeza, é muito surpreendente quando deixamos que essa educação flua com naturalidade e a entendemos como um direito “CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 1., 2006, p.205).

O direito à educação, na perspectiva da educação inclusiva, considera a transformação da organização social, política e econômica do nosso país no contexto mundial. Então, a educação especial levanta um importante paradigma nas sociedades que se pensam inclusivas: o da Acessibilidade, que inverte completamente a lógica trabalhada antes, segundo a qual as pessoas deveriam se adaptar aos espaços educacionais - atualmente, é o espaço escolar que se organiza para receber, ensinar e escolarizar os alunos com deficiências. E ressalta:

Eu quero colocar para vocês a situação, hoje, no âmbito brasileiro, como é que se encontra a educação, até para a gente poder discutir a política de educação para as pessoas com deficiência. Educação para todos: o que é que entendemos por educação para todos? A universalização do acesso à

educação. Na busca por essa universalização, hoje, nós temos 96,4% das crianças e adolescentes em idade escolar que estão na escola. Então a universalização do acesso se faz presente hoje, com quase 100% das crianças tendo acesso à educação. São 56 milhões de alunos matriculados na educação básica, o que representa os 96,4%, 27% dos alunos repetem a mesma série, 50% das crianças não se alfabetizam ao final dos 04 anos iniciais do ensino fundamental (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 1., 2006, p.206).

O debate sobre o direito à educação é imanente ao da qualidade da educação: “Então esse debate da qualidade para todos, da qualidade da educação, se faz presente para todas as crianças” (grifo nosso). A interpretação feita pela secretária sobre os dados quantitativos do MEC conclui que existe um grande contingente de crianças com necessidades educativas especiais¹⁹ nas escolas, as quais não se apropriam da educação pelo viés da qualidade, ficando assim excluídas.

Desta forma, o conceito de educação de qualidade para as crianças com deficiência só pode ser debatido a partir da visão de uma escola acessível e sem barreiras. Entretanto, há crianças que não aprendem dentro do espaço escolar, demonstrando que as escolas atuais são frágeis para trabalhar as especificidades de aprendizagem da maioria das crianças sem deficiência, como mostram os dados. O ministério credita a responsabilidade à falta de preparação nas unidades de ensino dos sistemas e também a si mesmo, quando afirma: “Nós precisamos nos organizar, enquanto movimento lá no município, lá no estado e exigir essa organização do sistema educacional, exigir essa rede de apoio para, realmente, efetivar a inclusão de todos” (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 1., 2006, p.208).

Em 2003, o Ministério da Educação cria o programa *Educação Inclusiva: direito à diversidade*, visando transformar os sistemas de ensino em sistemas educacionais

¹⁹ O contexto político da palestra trouxe um conceito de deficiência mesclado com as crianças com necessidades educacionais especiais, vigente, no momento da I Conferência (2006), fortemente influenciado pela Declaração de Salamanca (BRASÍLIA,2008). Conforme a Resolução 2, de 2001 no artigo 5 Art. 5º: Consideram-se educandos com necessidades educacionais especiais os que, durante o processo educacional, apresentarem: I - dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos: a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica; b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências; II – dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis; III - altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes (BRASIL, 2001).

inclusivos, promovendo um amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios e estados brasileiros, para a garantia do direito de acesso de todos à escolarização, a organização do atendimento educacional especializado e a promoção da acessibilidade (BRASÍLIA, 2007). O Programa Educação Inclusiva, Direito à Diversidade envolveu inicialmente 144 municípios-pólos, distribuídos por todo o país. Com essa política inclusiva, em 2006 havia um total de 4.646 municípios, cujo objetivo era trabalhar com a gestão dos sistemas de ensino, porque entende-se o papel organizativo desta instância como primordial para uma cultura inclusiva (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 1., 2006, p.209).

Pontuamos aqui a estrutura de organização de uma Educação Inclusiva, conforme entendida pelo ministério, em 4 subtemas: 1- As Barreiras, Acessibilidade e Recursos; 2- Acesso a matrícula e Formação de Professores, 3- Financiamentos e 4 - Decreto 5626/2005- Lei da LIBRAS.

1 - As Barreiras, Acessibilidade e Recursos

Busca-se a eliminação de barreiras, tanto as atitudinais, urbanísticas, arquitetônicas e de comunicação, quanto de uma nova que se apresenta no âmbito escolar: a barreira que impede o acesso ao currículo escolar. Para isso, o MEC previu o Atendimento Educacional Especializado, de forma a contemplar o público alvo da educação especial²⁰, com aprofundamento curricular para os alunos com altas habilidades e superdotação (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 1., 2006).

De acordo com o MEC, para que o AEE efetive a gestão dos municípios, estados e a federação, precisa conhecer a demanda, e assim ampliar a oferta do atendimento educacional especializado visando o acesso ao currículo. A secretaria ressalta:

É aquela história que eu contei para vocês: a partir do momento em que a escola se organizou com sala de recursos para o atendimento à deficiência visual, apareceram mais seis alunos. Mas se eu tenho uma demanda de atendimento, eu faço uma pesquisa, é uma política pública e eu entendo

²⁰ O público-alvo da Educação Especial são aqueles com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2008).

que eu tenho que conhecer essa demanda, isto não aconteceria no momento da organização de uma sala. Quer dizer, precisamos conhecer essa demanda de atendimento, fazer uma organização com política de saúde e assistência social, para conhecer essa demanda e propiciar, então, esse atendimento (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 1., 2006, p.212).

Conforme a secretaria, aponta é preciso que os sistemas de ensino se organizem a partir da Resolução 2 de 11 de setembro de 2001, que institui as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (DNEEEB), artigo 3, parágrafo único: “Os sistemas de ensino devem constituir e fazer funcionar um setor responsável pela educação especial, dotado de recursos humanos, materiais e financeiros que viabilizem e deem sustentação ao processo de construção da educação inclusiva”. Desta forma, neste setor é importante haver uma pessoa com um perfil propositivo frente às demandas e inserções que são necessárias para a garantia de direitos, como afirma a painelistas: “*o da Acessibilidade nas comunicações, nas escolas, nos equipamentos, mobiliários e transportes escolares, atendendo ao decreto Nº 5.296/05, ter uma pessoa que é vigilante a essa garantia, a esses direitos que as pessoas têm*” (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 1., 2006, p.212, grifo nosso).

No que se refere aos recursos, destacou-se a proposta de transformação das classes especiais em Salas de Recursos Multifuncionais, cujo objetivo é atender a todas as necessidades dos alunos. Em 2005, houve a implementação de 250 salas, e no ano de 2006 foram entregues mais 300 salas de recursos em escolas que têm matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais. Além disso, houve a universalização da distribuição do livro didático em Braille para as escolas de educação básica e o livro acessível, e o Programa de Laboratórios de Informática - PROINESP, que de 2003 a 2006, vai distribuir mil laboratórios de informática em escolas que têm alunos com necessidades educacionais especiais.

2 - Acesso à Matrícula e A Formação De Professores

Em 2006, nos dados do Censo Escolar feito pelo MEC, apareceram 970 municípios sem nenhuma matrícula de criança com deficiência, demonstrando a exclusão. Conforme a pasta ministerial, o direito à educação não deve estar restrito à matrícula apenas: as políticas públicas educacionais devem garantir, sim, o acesso, mas também a

permanência e a qualidade desde a educação básica, educação profissional e tecnológica até o ensino superior. Assegurar a matrícula da criança com deficiência e o acesso às classes regulares, na idade obrigatória e com qualidade, possibilita o avanço na escolarização até os níveis mais elevados, concretizando assim, uma ação inclusiva.

Ao citar o acesso à Educação Profissional e Tecnológica, a secretaria ressaltou o programa TEC-NEP, implantado nos institutos federais, centros e escolas técnicas, visando promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais. Seu objetivo é reconhecer o potencial de empregabilidade das pessoas com deficiência, com qualificação profissional gratuita.

No que se refere à Formação de Professores, houve diversas ações do governo federal desde a educação básica até o ensino superior. O programa Interiorizando Libras e Braille, que forma os professores para o ensino destas duas línguas, desenvolvido em todas as capitais brasileiras, traz os professores do interior para promover a difusão da Libras/Braille em todo o sistema de ensino. Esses programas foram desenvolvidos em parceria com instituições não-governamentais, como Associação Brasileira de Desporto dos Deficientes Visuais (ABEDEV), a União dos Cegos do Brasil (UCB), a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos (APADAS) e a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS).

Destacaram-se quatro iniciativas inovadoras na Formação de Professores: os CAP's, os CAS, o Programa Núcleo de Desenvolvimento das Altas Atividades e Superdotação e o Material de Formação aos docentes que atuam em Salas de Recursos Multifuncionais (SRM). Os CAP's são os Centros de Formação de Professores e Produção Braille, os CAS são os Centro de Formação de Professores: Apoio e Atendimento ao Aluno Surdo; os Núcleos de Desenvolvimento das Altas Atividades e Superdotação são para contemplar o aprofundamento curricular necessário aos alunos com altas habilidades e superdotação, e o Material de Formação visa contemplar a mudança da prática educativa, já tendo atendido 600 escolas no ano de 2006.

Dentre os avanços da política proposta pelo MEC para Formação de Professores, foram apontados a obrigatoriedade do uso e ensino de Libras como componente curricular

nos cursos de formação docente, o curso de educação superior bilíngüe no INES e o curso de graduação em Libras na Universidade Federal de Santa Catarina, como exigências presentes na regulamentação da Lei de LIBRAS - Decreto 5626/05.

Ainda no âmbito do ensino superior, foram elencadas três ações: TV Escola, Incluir e Programa de Pesquisa na área de Educação Especial - PROESP. A TV Escola apresenta programas elaborados e direcionados aos professores, da educação básica até o ensino superior, que discutem a deficiência de forma ampla, à distância. O Programa Incluir tem o objetivo de contemplar as instituições de ensino superior com recursos para acessibilidade arquitetônica e aquisição de equipamentos e formação de professores neste nível. O PROESP é um programa de pesquisa na área de Educação Especial, desenvolvido em parceria com a CAPES, que destinava bolsas de mestrado e doutorado para a área da Educação Especial.

3 - Financiamento

A questão do financiamento: por meio do Decreto de 04 de janeiro de 2006, a partir daquele ano, todos os alunos incluídos em classes comuns do ensino regular passam a receber, também, o *per capita* diferencial da Educação Especial, que é de 7%. Até então, só recebiam esse coeficiente diferenciado os alunos que estavam matriculados em classes e escolas especializadas. Portanto o aluno que está incluído em classe comum também teria esse direito. E por quê? Porque esse diferencial é que permite a organização dos recursos de apoio que são necessários. Afirmou-se o compromisso com uma política de financiamento pelo ministério, que se traduz em percentual diferenciado para a Educação Especial.

4 - Decreto 5626/2005 - Lei da LIBRAS

Relativo à área de deficiência auditiva, o decreto 5626 de 22 de dezembro de 2005, que regulamentou a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como a segunda língua oficial do Brasil, ficou em consulta pública por 3 meses, e todos puderam contribuir. O decreto prevê a inclusão da LIBRAS em todos os cursos de Formação de Professores e de Fonoaudiologia, assim, exige que as instituições de ensino superior readequem seus currículos e ofereçam a graduação em LIBRAS. A secretaria enfatizou parcerias com três

instituições públicas, visando promover a graduação em Letras - LIBRAS no país: o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), respectivamente. O INES, pela primeira vez, ampliou o ensino superior e passou a oferecer o primeiro curso de educação superior bilíngüe, um curso que formará professores tendo como primeira língua a LIBRAS e como segunda língua, a língua portuguesa.

A Universidade Aberta do Brasil (UAB) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no ano de 2006, promoveriam a partir de agosto os cursos à distância de graduação em Letras/LIBRAS. Desta forma, nove estados inicialmente terão essa proposta de formação de professores especialistas em Letras/LIBRAS. A partir deste decreto, instituiu-se o Exame Nacional de Proficiência em LIBRAS (PROLIBRAS). Com isso, os vários cursos de formações de instrutores para LIBRAS passarão pela exigência de uma prova para certificação da competência da docência em LIBRAS em todo o país. Esse exame acontecerá anualmente, durante 10 anos, até que os cursos de graduação formem professores em nível superior para atuar nos sistemas de ensino, como professores, tradutores e intérpretes de LIBRAS. E ressaltou a secretária Claudia Mafini Grimboski,

Como eu falei para vocês, a Legislação garante; em termos de Legislação, nós estamos embasados para que, realmente, todos sejam incluídos na escola. No entanto, essa inclusão tem que garantir a igualdade de oportunidades. As mudanças devem se efetivar, então, nos processos de gestão e na estrutura organizacional das escolas, na formação inicial e continuada dos professores, nas práticas e no ambiente escolar (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 1., 2006, p.234).

Assim, concluímos que este painel se preocupou em destacar as diretrizes e os princípios norteadores das políticas nacionais para Educação Especial, como modalidade transversal em todos os níveis ensino. A atenção à diversidade, como pressuposto e forma de valorização das diferenças na escola, inclui o acesso, a formação de professores, acessibilidade e oferta do atendimento educacional especializado, de forma a atender às peculiaridades de cada aluno. Pretende-se quebrar o ciclo de invisibilidade, da discriminação e da diferença, a favor do enriquecimento de uma inclusão mais ampla nos diversos aspectos da vida em sociedade, tanto na educação como na saúde, trabalho, lazer, assistência, em todas as áreas gerais das políticas públicas.

As Moções

Na I Conferência (2006), foram aprovadas 49 moções, distribuídas em: Apoio, Recomendações, Solicitações e Proposituras e de Repúdio. As moções são propostas dos participantes e caracterizam um fundamental exercício democrático, pois precisam de assinatura para posterior votação em plenária. Este exercício promove a aproximação das pessoas ao conhecerem temas pontuais e específicos, ou seja, partilhar situações novas, repetidas e vivenciadas, podendo vir a gerar o entendimento entre as pessoas que pensam a temática, resultando na aprovação ou reprovação da proposição.

A seguir, apresentamos as 49 moções distribuídas em Moções de Apoio (1 a 6), Moções de Recomendações (7 a 13), Moções de Solicitações e Proposituras (14 a 36) e Moções de Repúdio (37 a 49). E, com intuito de conhecer a conferência dentro da conferência, ao final elencamos 5 moções sobre educação que apareceram dentre as 49.

As Moções Apoio: nº 01 A 06

As proposituras apoiaram a possibilidade do período de 2007 a 2016 ser considerado como a Década Americana da Pessoa com Deficiência, a implantação do passe livre no município de Fortaleza – CE, a Lei de Indenização aos exilados sanitários nas colônias de hanseníase das décadas de 1930 a 1980, o Projeto de Lei nº 3.557-A, de 2004, sobre redação deficiência orgânica, o apoio à aprovação do texto da Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e apoio à Secretaria de Vigilância em Saúde do Mato Grosso do Sul, pelo cadastramento de todas as pessoas com deficiências provocadas pela hanseníase nos últimos 10 anos (em torno de 45 mil casos).

Moções de Recomendações: nº07 a 13

A continuidade do programa TEC-NEP, a criação de cargos públicos municipais para instrutores e professores surdos e intérpretes da LIBRAS/Língua Portuguesa, inclusão na grade curricular dos cursos de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo de disciplina sobre Acessibilidade Universal, com fiscalização do CONADE, a criação um fundo para Acessibilidade Universal vinculado ao CONADE e aos conselhos estaduais, municipais e distrital dos direitos das pessoas com deficiência. Criação de um E-GROUP para

acompanhamento das propostas pelo provedor Yahoo, criação, pelo Ministério da Saúde, de estudos aprofundados para diagnosticar as distrofias musculares, deficiências progressivas e a recomendação de que somente sejam custeados com recursos públicos as ações que promovam a acessibilidade mediante a garantia de efetividade.

As Moções de Solicitação/Propositura: nº 14 a 36

Solicitou-se medidas técnicas (subtitulação por meio de legenda oculta, janela com intérprete de LIBRAS, descrição e narração em voz de cenas e imagens), a reinserção da questão das barreiras, no caso da TV a cabo, no âmbito do Ministério das Comunicações; implantação da TV digital, a obrigatoriedade de legendas em filmes nacionais, inserção do albinismo como na categoria de pessoas com deficiência, isenção do IPVA para pessoas com deficiência, independente de serem motoristas ou não; garantia do retorno aos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), após a rescisão do respectivo contrato, e que a habilitação e reabilitação não constituam motivos para a cessação ou suspensão do benefício; apressar a regulamentação pelo INMETRO - (Instituto Nacional de Metrologia e Qualidade Industrial) da fabricação adequada dos veículos de transporte coletivo, a implantação de conselhos municipais juntamente com fundo-recurso financeiro a fim de promover autonomia, confecção de cédulas acessíveis à pessoa com deficiência visual, convênios trabalhistas nos cursos de LIBRAS, garantia de medicamentos específicos para pessoas com autismo, capacitação profissionalmente da pessoa com deficiência de baixa renda gratuitamente, Carteira de Habilitação para surdos emitida após curso específico com professor/profissional qualificado em LIBRAS/Português, tecnologia visual, prova com tradução/interpretação com intérprete credenciado pela FENEIS, instituição de comitê de vigilância e monitoramento de discriminação, avaliação dos intérpretes de LIBRAS, emissão de documento único em âmbito nacional para utilização de vagas reservadas em estacionamento, reversão dos recursos financeira de multas de trânsito aos setores públicos, em benefício dos acidentados de trânsito, especialmente na construção e melhoria de hospitais, compra de tecnologias e equipamentos novos, implantação de sistemas de reabilitação, custeio de universidade pública de medicina e contratação de serviços e remédios para as pessoas carentes acidentadas; garantir acompanhante à pessoa com dependência funcional e transtornos invasivos do

desenvolvimento em hospitais, assegurar a todas as crianças autistas o direito de receber medicamentos e terapias específicas, inclusive equoterapia e musicoterapia; abatimento no Imposto de Renda das despesas mensais com medicamentos e alimentação especial para a família de pessoa com deficiência e inclusão da pessoa com deficiência mental no mercado de trabalho, mediante programas e/ou parcerias com entidades.

As Moções de Repúdio: nº 37 A 49

À acessibilidade na presente conferência aos pontos de Internet sem softwares leitores de telas, ao código internacional de doenças, à ausência dos delegados, pois somente houve presença maciça destes na abertura e no encerramento; à decisão do Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, sobre os transportes e hospedagem dos delegados eleitos, que foram transferidas para os próprios delegados; ausência de discussão e votação de um verdadeiro e legítimo documento nacional que defina diretrizes sobre acessibilidade, às perguntas formuladas que não contemplaram detalhadamente especificidades da educação e a saúde, à cobrança do ICMS e de IPVA a pessoas com patologias crônicas, como espondilite anquilosante ou similares; à classificação da fissura labiopalatal como deficiência, à ANVISA pela flexibilização do controle da talidomida, droga utilizada atualmente como coagulante no tratamento de hanseníase, AIDS e câncer, a mães representantes da Sociedade Pestalozzi e da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, APAE, que foram barradas pelo Regimento desta Conferência, à venda de cadeiras de rodas contendo assento de “lonita”, ao governo de Minas Gerais, que não se responsabilizou pelo transporte de seus 70 delegados.

Moções em Educação

As moções relevantes para a Educação foram encontradas em Recomendações e Solicitação. Destacamos integralmente seu teor:

- ✓ Garantir centros de apoio com interface com a educação para autismo;
- ✓ Implementar equipes interdisciplinares para apoio à inclusão escolar de alunos com deficiência, a serem compostas por profissionais da educação especial, pedagogos,

psicólogos, fonoaudiólogos e assistentes sociais, bem como instrutores e intérpretes de LIBRAS;

- ✓ Solicitar livros didáticos e de literatura (em geral) acessíveis;
- ✓ Implantação de uma equipe multidisciplinar (fonoaudiólogos, psicopedagogos, musicoterapeutas, equoterapeutas, psicólogos, psiquiatras infantis, assistentes sociais e fisioterapeutas), via contratação direta e assegurar a educação bilíngue para surdos (língua portuguesa e LIBRAS);
- ✓ Garantir o transporte aos estudantes “PCD’s” que ganharam bolsa integral do PROUNI - (Programa Universidade para Todos).

Escolhemos sintetizar as moções de Apoio, Recomendação, Solicitação e Propositura e Repúdio, e destacar o teor integral das Moções em Educação supracitadas, primeiro porque sua quantidade é expressiva - são cinco moções dentre o total de 49 - e segundo, por serem o foco desta pesquisa. A seguir, trataremos da solenidade de encerramento, momento que contou com a presença e discurso do então presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva.

Solenidade de Encerramento

Estiveram presentes na composição da mesa da solenidade de encerramento o então presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, sua esposa, Maria Letícia Lula da Silva, Paulo Vannuchi, secretário especial dos Direitos Humanos, Adilson Ventura, presidente do CONADE, Izabel Maria Madeira de Loureiro Maior, coordenadora geral do CORDE e Cândida Carvalheira, coordenadora geral da comissão organizadora da I Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

Adilson Ventura abriu a mesa destacando a importância histórica daquele momento, enquanto espaço de interlocução entre poder público e Sociedade Civil, que reuniu cerca de 1000 delegados, dentre estes, pessoas com deficiências que se deslocaram de seus locais de origens enfrentando longas distâncias e precariedades. Foram incentivados pelo compromisso assumido pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando assinou, em 2004, o Decreto 5.296, dizendo que “*no país tem lei que pega e outras*

que não”, cabendo a luta para que acontecesse o direito à acessibilidade, e repetindo outra afirmação de Lula: “*que tudo que se gasta com o social não é gasto, é investimento*”.

O presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva (2003,06 - 2007,10), em seu discurso, consagrou os espaços das conferências como mudança no padrão de relacionamento entre estado e população, pois as parcerias com os movimentos sociais para debater as propostas eram reivindicações históricas. Ressaltou a legitimidade deste espaço de interlocução, com o exemplo das conferências da saúde, as pioneiras, e que seguem avançando independentemente de o governo ser de esquerda ou de direita. E, por fim, deu sua posição quanto ao paradigma da acessibilidade:

O Decreto da Acessibilidade, que assinei no final de 2004, depois de amplos debates com os setores diretamente interessados, representa importante avanço no reconhecimento dos direitos de todos os brasileiros e brasileiras portadores de algum tipo de deficiência: direito ao atendimento prioritário de qualidade; direito a acessibilidade arquitetônica e urbanística; direito ao sistema de transporte adaptado por necessidades; direito a uma educação inclusiva; direito, enfim, a uma vida digna (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 1., 2006, p.121).

A acessibilidade, em seu discurso, está relacionada com a dignidade das pessoas brasileiras com deficiência, e precisa se tornar compromisso dos estados, municípios e do país. Igualmente, as pessoas precisam compreender a importância da acessibilidade, que às vezes se concretiza por meio de medidas simples, e que poderiam proporcionar o acesso à cidade, o direito de ir e vir e a cidadania, retirando muitas pessoas do isolamento. Também destacou, por estatísticas, o crescimento do acesso à educação da pessoa com deficiência:

Nos três primeiros anos de governo, mais 190.000 novos alunos com necessidades educacionais especiais foram matriculados no sistema de ensino. Houve um crescimento de quarenta e três por cento (43%) em relação a 2002. Dado igualmente importante: dos 641.317 alunos com necessidades especiais matriculados no sistema de ensino, nada menos que quarenta e um por cento (41%) estudam hoje em escolas comuns contra apenas vinte e quatro vírgula seis por cento (24,6%) nos anos anteriores (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 1., 2006, p.123).

Demonstrou, em seu discurso, o quanto a implementação de políticas educacionais para as pessoas com deficiências surte efeitos para o acesso à educação,

elencando os impactos nos aspectos da acessibilidade pela comunicação, legitimando a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como segunda língua oficial do Brasil. Destacou também a inserção obrigatória da LIBRAS nos currículos de formação inicial dos professores de nível médio, superior e cursos de fonoaudiologia.

Quanto às barreiras físicas, o presidente Lula afirmou seriam feitas adaptações em escolas e laboratórios de informática e investimentos na formação continuada dos professores, para receber os alunos com deficiência. Assim, afirma que “Quando incluimos essas crianças em turmas convencionais, ensinamos e aprendemos uma importante lição - “o respeito pela diversidade” (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 1., 2006,p.123).

Anunciou investimentos financeiros na área de Artes, para estimular empresas a veicular em seus produtos imagens de pessoas com deficiências e a renovação do patrocínio para os atletas paraolímpicos, visando os Jogos Pan-Americanos de 2007 e o Jogos Paraolímpicos de 2008, em Pequim.

Desta forma, Cândida Cavalheira deu por encerrada a solenidade da I Conferência Nacional da Pessoa com Deficiência de 2006, a qual reuniu pessoas mobilizadas historicamente, muitas das quais iniciaram sua militância nas décadas de 1970 e 1980, e que seguiram firme na conquista deste espaço de debate, consenso e luta.

II CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DS PESSOAS COM DEFICIENCIAS - 2008

A II Conferência Nacional dos direitos da pessoa com deficiência foi realizada em Brasília, entre 1 e 4 de dezembro de 2008. O tema central foi “Inclusão, Participação e Desenvolvimento - um novo jeito de avançar”, com três eixos temáticos: 1) Saúde e reabilitação profissional, 2) Educação e trabalho, 3) Acessibilidade. Na composição da II Conferência Nacional estavam presentes delegados representantes dos órgãos governamentais e da sociedade civil, vindos de todo território nacional. Participaram da II Conferência 1.740 pessoas. Dentre os 930 delegados, 854 eram delegados eleitos nas

conferências estaduais e 76 delegados natos. Todos os 810 participantes tinham direito a voz durante os debates. Ao final, foram aprovadas 51 deliberações nos eixos propostos.

De acordo com o regulamento desta Conferência, publicado em 29 de abril de 2008, no capítulo 3 - Da Programação, o artigo 4 instituiu a II Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, cujo desenvolvimento aconteceria em mesas-redondas sobre a temática central e por grupos de trabalho, seguindo a programação, a saber: credenciamento, aprovação do regimento interno, abertura oficial, mesas-redondas, grupos de trabalho - painéis com temas específicos, plenária final e solenidade de encerramento

O documento (anais) da II Conferência (2008) compreendeu um total de 224 páginas, diferenciando-se do da I Conferência (2006), com 402 páginas, por substituir as palestras dos painéis temáticos pelas mesas redondas. Escolhemos apresentar esta conferência com a seguinte ordem descritiva: apresentar, dentre os autores do Caderno de Texto, os que tinham envolvimento com o movimento social das pessoas com deficiências; comentar a Solenidade de Abertura, as apresentações e pronunciamentos, com destaque à fala do presidente do CONADE e dos atores do poder público, elencar as temáticas e coordenadores dos painéis, que tiveram status de evento paralelo, as temáticas e os atores das mesas redondas com foco em Educação, as Moções e a Solenidade de Encerramento.

Caderno de Textos

Nesta conferência, o caderno de textos constou no apêndice dos anais. Damos destaque a esse elemento enquanto produtor de conhecimento fonte de embasamento para as futuras discussões e propostas nas etapas iniciadas no município, estado, regiões e esfera nacional. O documento é uma coletânea de textos, que reúne pensamentos de diversos profissionais e atores sociais ligados à área da pessoa com deficiência. Tem por objetivo subsidiar os conferencistas para as atividades a serem desenvolvidas no decorrer da Conferência, podendo ajudar nos propósitos almejados.

O caderno é composto por 27²¹ textos que abrangem diversas áreas, temáticas e direitos das pessoas com deficiências, totalizando 91 páginas. Destacamos a presença de dois atores sociais envolvidos com o movimento social das pessoas com deficiências nas décadas de 1970-1980: Izabel de Loureiro Maior, com "Pessoas com deficiência e Direitos Constitucionais", e Jorge Márcio Pereira de Andrade, com "A saúde como um direito humano e sua promoção no processo de inclusão da pessoa com deficiência". A Sr^a Izabel de Loureiro Maior é professora aposentada do ensino superior, presente já na Conferência anterior na escrita dos textos e na coordenação dos painéis temáticos, e o Sr. Marcio Pereira de Andrade é médico psiquiatra e pai de dois filhos com deficiência.

Solenidade de Abertura

A apresentação e pronunciamento da solenidade de abertura contaram com a presença do presidente do CONADE, Sr. Alexandre Baroni, os ministros das pastas de Previdência Social e dos Direitos Humanos, e o Sr. Paulo Octávio, vice-governador do Distrito Federal.

Destacaremos o pronunciamento do Sr. Alexandre Baroni²², presidente do CONADE, que ressaltou o enorme desafio que representava a organização de uma grande conferência, desde o alojamento, o transporte e, sobretudo, a acessibilidade para os 383 delegados com deficiência. E afirmou que “As pessoas com deficiência desse país jamais tiveram a visibilidade e, mais do que isso, jamais tiveram a condição de estarem no mesmo espaço, dizendo aquilo que querem, e não mais sendo representadas por outros (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 2., 2008, p.15)”. Apresentou-se como uma pessoa com deficiência, que julga necessária a mobilização e participação social para a conscientização da sociedade brasileira, “*ou nós*

²¹ Ricardo Shimosakai. Loni Elisete Manica. Eduardo C. B. Bittar. Luiz Antônio Miguel Ferreira. Maria Aparecida Gugel. Clélia Regina Ramos. Ivana de Siqueira. Adriana Romero de Almeida Prado e Maria Beatriz Barbosa. 10-Maria Elisabete R.F.Gasparetto. Rosita Edler Carvalho. Claudia Pereira Dutra e Martinha Clarete Dutra dos Santos. Leila Silva Cannalonga. Demétrio Praxedes Araújo. Maria Lucia Lopes da Silva Erenice Natalia Soares de Carvalho. Liliane Garcez. Marluvia Gomes Evaristo Almeida. Cristiana Erthal e Sandra Lúcia Amorim. Shirley Rodrigues Maia. Fábio Adiron, Liliane Garcez. Maria Helena Alcântara de Oliveira e Erenice Natalia S. de Carvalho. Luci Mary Gonzalez Gullo. Erenice Natalia Soares de Carvalho. João Ribas. Érika Pisaneschi. Linamara Rizzo Battistella e Magdo Soares.

²² Alexandre Baroni presidente do CONADE no biênio de 2006-2008; presidente do Centro de Vida Independente, (CVI). Tem formação em engenharia química com pós-graduação em Educação Especial Infantil. É cadeirante.

fazemos exatamente o que nós estamos fazendo em todos os lugares onde nós estamos ou então absolutamente nada muda em lugar nenhum desse mundo” (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 2., 2008, p.15, grifo nosso). Mencionou seu apoio à construção de uma política nacional de inclusão social das pessoas com deficiência e, de forma rápida, despediu-se dando por aberta a Conferência.

A seguir, elencaremos os Painéis, descreveremos a Mesa Redonda sobre Educação e as Moções - não falaremos sobre a Solenidade de Encerramento, pois não aparece nos anais desta Conferência.

Os Painéis

Em complementação aos três eixos temáticos estabelecidos e tratados nas mesas redondas, os painéis se constituíram em espaços de reflexão e debate para os participantes, que se inscreveram voluntariamente, de acordo com. questões de interesse pessoal ou institucional. Apenas elencaremos os 10 painéis, que foram coordenados por especialistas e apresentaram os seguintes temas:

- Direito ao trabalho, emprego competitivo e apoiado - Maria Aparecida Gurgel;
- Acessibilidade como condição de cidadania - Rebecca Montes N. Bezerra;
- Criança e Adolescente com deficiência intelectual: Direitos de Cidadania - Isabel de Francischi Maria Isabel da Silva;
- Envelhecimento e Pessoas com deficiência - Naira Rodrigues e Lilia Pinto Martins
- Bioética e Direitos Humanos e Educação em Direitos Humanos - Dr. Jorge Márcio Pereira de Andrade e Shirley Silva;
- Políticas Públicas de Juventude - Fábio Meirelles e Danilo Moreira;
- Direitos Sexuais e Reprodutivos da Pessoa com Deficiência - Mina Ragem;
- Residências Inclusivas - Maria Amélia Vampré e Tuca Munhoz;

- Controle Social: Uma abordagem prática - Geraldo Gonçalves Oliveira Filho e Heloisa Mesquita;
- Uma reflexão do Estatuto à luz da Convenção da ONU - Ana Paula Crosara, Izabel Maior e Flávia Vital.

Mesas Redondas

As mesas redondas contemplaram três eixos temáticos: 1) Saúde e reabilitação profissional, 2) Educação e Trabalho e 3) Acessibilidade. Destacaremos a mesa que versou sobre Educação e Trabalho, coordenada por Claudia Pereira Dutra, Secretária de Educação Especial do Ministério da Educação e Cultura (MEC), cujo regulamento definiu que a exposição duraria 20 minutos e 50 minutos seriam destinados para plenária aberta, com o limite de 3 minutos para cada intervenção. Foram expositores João Baptista Cintra Ribas e Rita Vieira Figueiredo, com a facilitadora Shirley Vilhalva.

Mesa Redonda: Educação e Trabalho

De acordo com a secretária, a inclusão, participação e desenvolvimento, e a educação e o trabalho são temas-chave para que se efetive uma sociedade inclusiva, a qual requer mudanças de concepções.

O expositor João Baptista Cintra Ribas, antropólogo, doutor em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP) e coordenador do programa de empregabilidade de pessoas com deficiência da SERASA, é consultor da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo. É ainda professor universitário, consultor da Secretaria de Educação Especial, e da Secretaria de Ensino Médio e Tecnológico do Ministério da Educação e do Departamento Nacional do SENAI e da Fundação do Banco do Brasil. Iniciou sua exposição colocando sua condição de pessoa com deficiência (cadeirante), e ampliando o foco para pessoas que têm deficiência visual, auditiva, e intelectual, pois está envolvido diretamente com este segmento nos últimos sete anos de trabalho no setor privado, com a qualificação profissional e a empregabilidade de pessoas com deficiência. Empregabilidade significa dar à pessoa uma possibilidade de maior competitividade no mercado de trabalho, ou seja, tentar elevá-la à condição de uma pessoa

que não tem deficiência, para que todos possam competir em termos razoáveis de igualdade, frente às propostas de emprego. Segundo o professor, é preciso fomentar o crescimento da empregabilidade, fazer as empresas entenderem que contratar uma pessoa com deficiência significa um investimento humano e social. Mesmo porque, tudo aquilo que elas precisariam adquirir em termos de adaptações - dos prédios, o *software*, os intérpretes da língua de sinais, algum tipo de assessoria no caso de contratação de pessoa com deficiência intelectual - significa um investimento e não gasto, pois ganha-se um profissional competitivo, que pode ser mandado embora como qualquer um outro.

A expositora Rita Vieira Figueiredo é professora da Universidade Federal do Ceará (UFC) na área da educação especial, doutora em Psicopedagogia pela Universidade de Quebec, no Canadá, com pós-doutorado em leitura e escrita de alunos com deficiência intelectual, na Universidade de Barcelona, Espanha. Desenvolve pesquisas no campo da inclusão escolar e deficiência intelectual, coordena um curso em âmbito nacional para formação de professores para o atendimento educacional especializado, atendendo cerca de 600 municípios nas cinco regiões do país. Iniciou sua exposição com três conceitos principais: educação como direito universal, a inclusão enquanto conquista social e o conceito de diversidade, direito posto. *"Nós não precisamos brigar pelo direito à diversidade porque ela está posta pela sociedade e pela própria natureza humana. Então, é antes de tudo reconhecer que ela existe e assumir enquanto dado da realidade social. E a educação só é possível quando ela reconhece esse princípio da diversidade (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 2., 2008, p.50, grifo nosso).*

A Educação compreende processos de ensino-aprendizagem inseridos no contexto social coletivo, no qual o ser humano é sujeito/objeto deste fenômeno e se diferencia pela sua singularidade e especificidade. Assim, a semelhança e a diferença são inerentes ao homem, e, conseqüentemente, esses dois conceitos caracterizam a diversidade. Em um contexto de inclusão, que é luta, é preciso ter consciência dos limites que as desigualdades impõem ao contexto educacional, porque essas desigualdades geram a exclusão e poucas possibilidades de acesso ao conhecimento, por barreiras construídas pelo próprio ambiente social. Para a pesquisadora, a exclusão se dá dentro da escola e no direito à educação, pela

negação do acesso à matrícula, e redimensiona o conceito de escola a partir de 6 figuras que problematizam causas da exclusão. Destacamos, na íntegra:

1 - uma professora que tem uma sala de aula com alunos enfileirados, onde o aluno não olha para o rosto do colega, mas para a nuca do colega que está na sua frente. Essa sala de aula é uma sala de aula que comporta em torno de 40 alunos, já está super lotada, tem agora 45 alunos e chega mais um aluno muito feliz porque foi incluído na escola, é um aluno cego, “bom dia professora”, com grande sorriso e a professora fica apavorada porque certamente ela pensa, “onde é que eu vou colocar mais um aluno quando o espaço físico da escola já está saturado” (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 2., 2008, p.51).

2 - E aí eu trago uma outra imagem também, para a gente pensar e discutir sobre práticas pedagógicas. Porque nós temos aí uma imagem de uma professora que está se esforçando, dando tudo de si para falar determinado conteúdo, os alunos demonstram pouco interesse porque o modelo pedagógico é aquele em que o professor fala e o aluno escuta, então, alguns estão pensando em outras coisas enquanto a professora fala, tem um aluno dormindo e a professora tem a sensação que ela está falando por códigos, porque o que ela fala os alunos não estão interessados ou não estão compreendendo. Então, esse modelo de escola é um modelo excludente, é um modelo onde a gestão da aula não prioriza a participação dos alunos, e esse modelo não é bom nem para os alunos com e nem para os alunos sem deficiência (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 2., 2008, p.51).

3- Nós temos, agora, um outro modelo, em que a professora tenta fazer um atendimento individualizado. Ela coloca todos os alunos em torno dela e fica se virando para um lado, para outro tentando atender as individualidades dos alunos, e essa professora também não está dando conta de fazer um ensino de qualidade. Porque ela está privilegiando a individualidade e não a diferenciação do ensino. A diferenciação do ensino deveria estar privilegiando os agrupamentos, as atividades diversificadas, a sequência didática com diferentes níveis de complexidade e assim por diante (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 2., 2008, p.51).

4 - Então, a gente traz uma outra imagem, onde nós temos dois modelos de sala de aula, acima na figura vocês vão ver uma professora que está trabalhando com agrupamentos diferentes onde os alunos estão participando ativamente do processo de construção do conhecimento com autonomia, emancipação. Abaixo vocês vão ver a professora que trabalha, sem trabalhar na perspectiva dos agrupamentos, onde ela é a única responsável pela transmissão do conhecimento e, além do mais, com uma sala de aula sem as condições de infraestrutura, sem essas condições necessárias para promover um ensino de qualidade

(CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 2., 2008, p.51).

5- E, em seguida, nós encontramos o professor que se sente completamente desencorajado diante das dificuldades que ele enfrenta para desenvolver um ensino que atenda a todos os alunos. E normalmente os professores se sentem desencorajados e, sem muita perspectiva de onde ir buscar as possibilidades de transformação da prática pedagógica (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 2., 2008, p.51).

6 - Aqui eu estou trazendo, mais uma vez, uma imagem de um grupo de professores que tenta compartilhar os saberes, as possibilidades de transformação da prática pedagogia para a construção de uma escola que seja capaz de atender a todos os alunos (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 2., 2008, p.51).

De acordo com a professora Rita Vieira Figueiredo, a construção de uma escola inclusiva passa por três elementos principais: a construção de uma cultura inclusiva, a construção de uma política de inclusão e a construção de práticas de inclusão.

A cultura inclusiva se refere especialmente à possibilidade de desenvolvimento de valores no espaço da escola como possibilidades de inclusão de todos os alunos, em como a escola pode se organizar para recebê-los. A política de inclusão se expressa pela capacidade da escola de dar respostas eficazes à diversidade dos alunos, considerando as repostas e alocação de recursos em benefício dos processos de aprendizagens, dos espaços, dos conhecimentos e das relações que se estabelecem no interior da escola. A prática de inclusão se reflete especialmente pelo ensino e os apoios que se integram e promovem a gestão da diversidade, com uma didática diversificada, refletida na cooperação e colaboração de toda a comunidade escolar. Assim, elencou dois princípios fundamentais da educação inclusiva, o primeiro construído a partir da atividade do sujeito diante das solicitações e dos desequilíbrios causados no próprio meio, e o segundo significando que o sujeito de conhecimento é um sujeito autônomo, ou seja, “Esse sujeito não é um sujeito passivo que depende unicamente do professor para construir conhecimento. Ele tem autonomia. E a cooperação é o elemento central desse processo (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 2., 2008, p.51). Completou a professora que o enorme desafio da escola contemporânea é o desenvolvimento das

práticas cotidianas, a transformação pela acessibilidade e a permanência de todas as crianças no esforço da escolarização.

Citou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que no art. 24 garante a inclusão total de todos os alunos no sistema escolar, sem nenhum tipo de discriminação, desde o Ensino Fundamental até o ensino superior; a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (PNEEPEI/2008), que prevê a escolarização dos alunos no espaço da escola regular, assegurando-lhes o atendimento educacional especializado (AEE) e o Decreto 6.571, que reestrutura a questão da educação especial e o atendimento educacional especializado, cujo objetivo é dar apoio complementar à formação de alunos com deficiência. Ressaltou, ao final de sua exposição que “A inclusão é especialmente uma mudança de mentalidade e de atitude, e, principalmente, é uma ruptura com os preconceitos e com a discriminação” (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 2., 2008, p.52).

A facilitadora Shirley Vilhalva é mestranda em Linguística na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), coordenadora do sistema de acompanhamento do estudante do curso de LETRAS-LIBRAS. É professora e técnica pedagógica do CAS (Centro de Atendimento dos Surdos) da secretaria de educação do estado do Mato Grosso do Sul, diretora administrativa e delegada da Fundação Nacional de Educação e Integração dos Surdos - FENEIS, na Secretaria Regional da América do Sul, Federação Mundial dos Surdos e conselheira do CONADE. Shirley Vilhalva é surda e sinalizou sua fala com uma intérprete de língua de sinais, que disponibilizava em *notebook* a gravação com a legenda em tempo real. Sintetizou a fala dos dois expositores, dando destaque à questão do investimento na pessoa com deficiência para além do emprego e a educação como um direito universal.

Plenárias

Conforme o regulamento da Conferência, após a exposição das mesas temáticas foram formados Grupos de Trabalho - GTs, cujo objetivo seria debater as propostas provenientes das Conferências Estaduais, para posterior votação em plenária final. Os Grupos de Trabalho tiveram a seguinte organização: reuniram-se delegados, convidados e

observadores, conforme distribuição prévia feita pela comissão organizadora, acompanhados de um ou mais conselheiros do CONADE, indicados pela comissão organizadora, com a finalidade de acompanhar e auxiliar a discussão.

Exigia-se um quórum mínimo de qualificação para votação de 70% dos delegados presentes, sendo a mesa de coordenação composta por um facilitador, conselheiro do CONADE, com as funções de conduzir as discussões, controlar o tempo e estimular a participação, de acordo com o roteiro previamente recebido; um relator técnico, designado pela comissão organizadora, e um coordenador, indicado pelo próprio grupo, eram encarregados de sintetizar as conclusões do grupo, participar da consolidação dos relatórios e colaborar com a comissão relatora.

A síntese dos relatórios das conferências estaduais, os documentos técnicos, os textos de apoio e os debates ocorridos durante as mesas redondas subsidiaram as pautas das discussões dos grupos de trabalhos. Ao final das atividades, foi entregue à Comissão Relatora o produto das discussões ocorridas no âmbito de cada grupo, com as propostas organizadas por ordem de prioridade.

As Moções

As moções são propostas de todos os envolvidos e presentes na Conferência, uma forma de exercício democrático. Estas foram apresentadas bem organizadas e de modo distinto da I Conferência, pois acusavam a quantidade de votos que cada uma delas recebeu e a aprovação.

Na II Conferência (2008) foram aprovadas 50 moções, distribuídas em 25 (nº 1 a 25) de Apoio, 12 (nº 26 a 37) de Recomendações, 13 (nº 38 a 50) de Repúdio. Destacamos, na íntegra, a moção nº 35, aprovada com 70 votos:

Nós, participantes da II Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, reunidos em Brasília no período de 01 a 04 de dezembro de 2008, viemos propor o apoio à criação da Federação Nacional da pessoa com deficiência auditiva oralizada, agregando as instituições que atuam com os deficientes auditivos implementados e aqueles que usam próteses auditivas ou não, com a finalidade de sua integração e inclusão sócio-econômica, de acordo com o Programa Nacional de Integração da Pessoa com Deficiência (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 2., 2008, p.106).

De acordo com o texto da moção, a criação de uma federação nacional da pessoa com deficiência auditiva oralizada, com o objetivo de congregar as pessoas com deficiência auditiva implantada, que fizeram implante coclear, e as que usam próteses ou não, demonstra a intenção de participarem efetivamente nas políticas que visam a integração socioeconômica deste segmento.

Concluindo, notamos que a organização dos anais desta conferência, em comparação com a I Conferência, priorizou outros elementos que a compuseram, elaborando um anexo muito bem organizado, com dados importantes. Dentre estes, citamos a programação, o regimento interno, instituído pela portaria 311 de 14 de maio de 2008, uma tabela que contemplou o total de delegados por unidade federativa, modelos dos relatórios das Conferências Estaduais, contendo a identificação, histórico do evento, a delegação, os representantes do conselho municipal e estadual e demais representantes; o regulamento da etapa nacional, mobilização nacional, tabela com o quantitativo de participantes da conferência, fóruns estaduais e distritais, divididos pelas 5 regiões brasileiras.

III CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS - 2012

A III Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência ocorreu entre os dias 3 e 6 de dezembro de 2012. O tema central foi “Um olhar através da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências da ONU: novas perspectivas e desafios”. O presidente do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiências - CONADE, era então o Sr. Antônio José Ferreira, eleito para o biênio 2013-2015. Estiveram presentes 888 delegados eleitos nas conferências estaduais, dos quais 64 delegados natos. Entre delegados e participantes, reuniram-se 1.551 pessoas, sendo 492 pessoas com deficiência. Ao final, foram aprovadas 404 propostas e 49 deliberações sobre a educação, as quais contemplavam o conceito de acessibilidade de forma abrangente.

Vale ressaltar a importância do tema desta Conferência, pois o momento vivido era de discussão e afirmação sobre os direitos da pessoa com deficiência como direitos humanos em nível mundial. O Brasil tornou-se signatário, assumindo o compromisso de

cumprir todos os dispositivos com força de lei, inclusive como emenda constitucional, a qual ficou conhecida como a Constituição dos direitos da pessoa com deficiência.

Para esta Conferência de 2012 foi elaborado um texto único, com 35 páginas, e nosso próximo passo será tentar trazer os pontos principais deste importante conteúdo. Primeiro, porque trata-se de um documento que tem por função subsidiar os debates no município, estado e região, e segundo, porque foram formuladas propostas a partir dos eixos que norteiam a temática. Observe-se a simplicidade e objetividade deste texto, em comparação com as Conferências anteriores, a de 2006 com caderno de textos, 358 páginas e 58 artigos acadêmicos, e a de 2008, com 91 páginas e 27 artigos.

Texto Base

A introdução destaca o processo histórico, a partir da organização social e política do movimento social da pessoa com deficiência na década de 1970, até a conquista por meio de luta da Convenção, ratificada pelo país com status de emenda constitucional. O texto orientador foi elaborado a partir de questões relevantes, que expressam debates e preocupações diversas em todo país. Outro aspecto importante deste documento diz respeito à organização e o desenvolvimento das etapas preparatórias, nas instâncias municipais, regionais, territoriais, estaduais, distrital e fóruns regionais e Estaduais.

A III Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, visando debater as novas perspectivas e desafios da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, definiu os seguintes eixos, divididos em dez grupos de trabalho, tendo como referência os artigos da Convenção:

Eixo I - Agrega o direito à Educação de qualidade e inclusiva como direito inalienável de todo ser humano (artigo 24), o Esporte, Cultura e Lazer, como garantias de igualdade para o convívio social (artigo 30), Trabalho e Reabilitação Profissional, promovendo equiparação de oportunidades (artigo 27). Desta forma, são garantias que promovem autonomia e transformação social para a pessoa com deficiência.

Eixo II - Abrange o direito à Acessibilidade como o acesso em condições de igualdade (artigo 9), Comunicação visando expressar ideias, opiniões e posições políticas das pessoas com deficiência (artigo 9 e 21) e Transporte e Moradia, garantindo o direito à vida independente e na comunidade (artigo 19 e 20). Desta forma, promovem o acesso a direitos universais.

Eixo - III Saúde e prevenção são condições primordiais de atenção e cuidados para a pessoa com deficiência (artigo. 25) e Reabilitação, Órteses e Próteses promovem o processo de inclusão efetiva da pessoa com deficiência (artigo 26). Com esse eixo, procura-se garantir condições de igualdade, passando por diferentes e complexos processos para promover o bem-estar da pessoa com deficiência.

Eixo IV - Segurança, acesso à justiça, remetendo ao reconhecimento da capacidade legal das pessoas com deficiência (artigo 12 e 13) e Padrão de vida e Proteção social adequados, artigo que prevê as garantias de alimentação, mobilidade, moradia e inclusão na comunidade (artigo 28). Conforme as questões levantadas neste eixo, entendemos que são aspectos complexos no campo dos direitos humanos e que envolvem ações preventivas de combate à violência e à tortura e medidas legais dos Estados Parte para efetivar a proteção social em condições de igualdade.

Por fim, os anexos do texto-base apresentam as resoluções de convocação e os prazos das etapas municipais e estaduais, o quadro de delegados por estado e regimento interno. O texto base recomenda a leitura minuciosa e atenta da Convenção, e discussão visando dar condições de construir e encaminhar propostas para que, na etapa nacional, seja elaborado um conjunto de deliberações voltadas a uma sociedade com menos desigualdades sociais.

Solenidade de Abertura

A saudação da ministra de Estado, chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDHPR), ressaltou o empenho do governo brasileiro em estabelecer um amplo debate sobre os impactos e desafios provocados pela Convenção da ONU dos Direitos da Pessoa com Deficiência na sociedade. A conferência teve por objetivo reforçar a importância da superação de barreiras, não apenas físicas, mas

sobretudo os preconceitos, que impedem a inserção plena, com autonomia, das pessoas com deficiência na sociedade.

A Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência significa, em seu ponto de vista, o primeiro tratado de Direitos Humanos e instrumento internacional de direitos humanos ratificado no Brasil, com força de emenda constitucional. Ressaltou que os aspectos de negociação e de ratificação promoveram a incorporação de elementos e paradigmas inovadores, e acrescentou que,

Esse novo paradigma merece ser destacado acima de todos os outros e constitui o maior desafio proposto pela convenção à sociedade global: promover e garantir a participação plena e efetiva das pessoas com deficiência na sociedade, estabelecer uma sociedade mais justa e mais humana para todos e criar uma sociedade inclusiva (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 3., 2013, p.10).

A fala da ministra foi coletada após a conclusão da Conferência, no ano de 2013, e expressou o enorme desafio em torno das 400 propostas aprovadas.

Os anais da III Conferência (2012) compreendem um total de 84 páginas e foram publicados em 2013, diferenciando-se da I Conferência (2006) e da II Conferência pelo processo metodológico, organizado e já anunciado de início, a saber: a) Plenária inicial, com discussão e votação do regulamento interno; b) Painéis e Grupos de Trabalhos Temáticos e c) Plenária Final.

A Plenária Inicial teve por finalidade aprovar o regulamento, um conjunto de normas que versou sobre o funcionamento da Conferência, a dinâmica dos trabalhos, distribuídos em painéis e grupos de trabalho, debates, as Moções e a votação das deliberações finais.

Os painéis temáticos foram elaborados visando o aprofundamento da discussão dos 4 temas-eixos da Conferência; divididos em 10 painéis/Grupos de Trabalho (GTs) para discussão e aprovação das propostas sistematizadas das Conferências/Fóruns Estaduais e do Distrito Federal. Cabe destacar o painel sobre Educação, composto por Rosita Edler Carvalho, Maria Teresa Égler Mantoan, Martinha Clarete Dutra dos Santos e Patrícia

Cunha. O painel sobre Educação contemplou o debate pelo artigo 24 da Convenção, e citamos na íntegra,

Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação. Para efetivar esse direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Partes assegurarão o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 3., 2013, p.12).

A exposição dos painéis, na íntegra, não foi contemplada nos anais desta conferência, que apenas referem o painel e o apresentam, conforme o artigo da Convenção que o subsidia, elencando as propostas aprovadas em plenária final.

As Moções

Escolhemos elencar objetivamente as moções aprovadas, e as consideramos um importante espaço de emergência de novas inquietações para as futuras Conferências. Nesta Conferência, houve um total de 35 moções aprovadas, assim divididas: 13 Moções de Apoio, 07 Moções de Repúdio, 04 Moções de Solicitação, 01 Moção de Aplauso, 01 Moção de Aplauso e Louvor, 01 Moção de Reconhecimento, 01 de Sugestão, 01 de Revisão, 01 de Reivindicação, 01 de Apelo, 01 de Esclarecimento e Reparo, 01 de Veto, 01 de Recomendação e 01 de Acessibilidade.

Finalizando a descrição do documento, os anexos elencaram a comissão organizadora, dados da participação, as fontes documentais e a programação. No próximo capítulo, trataremos das deliberações em Educação das três Conferências, aprovadas em plenária, e cujo teor é o objeto desta pesquisa.

CAPÍTULO 3 - ANÁLISE E DISCUSSÃO SOBRE AS DELIBERAÇÕES EM EDUCAÇÃO

3.1- Deliberações sobre Educação

A Educação da pessoa com deficiência é compreendida, nesta pesquisa, como uma luta e um direito a ser construído, permeado de interesses. Assim, nos interessa conhecer qual educação as pessoas com deficiência debateram e deliberaram nas três conferências nacionais. Para iniciar a análise, examinei o conjunto dos textos que compuseram os anais das 3 conferências nacionais de 2006, 2008 e 2012, publicados pela Secretaria Nacional da Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiências (SNPDPD), disponibilizadas pelo Conselho Nacional das Pessoas com Deficiências (CONADE). Listei quantas vezes apareceram os termos acessibilidade, escola, educação especial e educação inclusiva, conforme tabela abaixo:

Quadro 6 - Quadro de termos

Termo	I Conferência	II Conferência	III Conferência	Total
Acessibilidade	69	17	5	91
Escola	11	12	23	46
Educação Especial	0	0	20	20
Educação Inclusiva	64	24	3	91

Fonte: Elaboração própria.

Observando dois desses termos, "Educação Especial" e "Educação Inclusiva", notamos que o primeiro, "Educação Especial", não apareceu nas I e II Conferências (2006 e 2008), entretanto, apareceu 20 vezes na III Conferência (2012). O termo "Educação Inclusiva" apareceu 64 vezes na I Conferência (2006), 24 vezes na II Conferência (2008) e 3 vezes na III Conferência (2012), somando o total de 91 vezes, coincidindo com o termo "Acessibilidade", que também somou 91 vezes. Desta forma, associamos os dois termos num primeiro eixo, *Acessibilidade e Educação*. O segundo eixo foi *Formação de Professores* e teve relação direta com o termo "Escola", que apareceu 46 vezes, e que nos inquietou.

Educação e Acessibilidade

O conceito de *acessibilidade* conferido nos objetivos das deliberações gira em torno do Decreto 5296/04, que afirma que Acessibilidade é:

Condição para utilização com segurança e autonomia total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida (BRASIL, 2005).

As deliberações reivindicam implantar e implementar disciplinas obrigatórias nas grades curriculares de cursos superiores, contemplando a pessoa com deficiência e suas acessibilidades, nos seguintes componentes curriculares: desenho universal, tecnologias assistivas, ajudas técnicas, formas de comunicação suplementar e alternativa, por meio de softwares no currículo escolar, e informações gerais sobre a pessoa com deficiência, desde o ensino fundamental, dos cursos profissionalizantes à universidade.

As deliberações evidenciam a importância da língua e do material didático para utilizar e acessar a comunicação, ou seja, este é um direito fundamental para a pessoa com deficiência. Portanto, para fazer cumprir a lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que instituiu o intérprete de LIBRAS, o sistema Braille e as várias formas de comunicação utilizadas pelas pessoas surdo-cegas e o uso do material didático ampliado e acessível, que contemple Braille e LIBRAS, cabe aos conselhos fiscalizar e penalizar a sociedade. A língua é um requisito indispensável para transpor as possíveis barreiras à comunicação, à educação e ao acesso ao currículo escolar até aos níveis mais avançados, e para o respeito à cultura surda.

Especificamente na II Conferência, a luta dos surdos é muito forte, trazendo a demanda pela acessibilidade comunicacional, a necessidade de tradutor/intérprete de LIBRAS, professor de LIBRAS e instrutor de LIBRAS (prioritariamente surdo), ou seja, vai se aprofundar a especificidade da língua. Ainda nessa questão, são mencionados os professores brailistas (prioritariamente cegos), guias-intérpretes para surdo-cegos e revisores de Braille (prioritariamente cegos), a fim de compor os quadros das instituições de ensino nas três esferas, além da implementação e transformação das escolas de surdos em escolas bilíngues.

De acordo com Brito (2013), foi na década de 1990 que o movimento surdo se organizou, com objetivo de promover uma campanha para oficialização da língua chamada de *linguagem mímica* (grifo nosso). O grupo, Surdo Venceremos, liderado pelo ator, líder e ativista surdo Nelson Pimenta de Castro, fez uma passeata, cujo objetivo era o acesso à comunicação pela língua e a cidadania plena, mobilizando cerca de 2 mil pessoas surdas e ouvintes na orla da Praia de Copacabana, na cidade do Rio de Janeiro, no dia 25 de setembro de 1994. Esta passeata é considerada o marco da ascensão do movimento surdo no Brasil, por conta do número de participantes e pela sua enorme produção cultural, como cartazes, faixas, vídeos, slogans, símbolos relacionados à defesa dos direitos dos surdos e a valorização da língua de sinais.

Assim, foi sendo construída a luta do movimento social da pessoa surda pela oficialização da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, por meio de dois polos inter-relacionados: latência a visibilidade. O primeiro diz respeito a uma identidade cultural, que confere sentidos, a uma nova ideologia, que a língua produz ao ser veiculada nos espaços sociais, e o segundo, às manifestações populares em luta, através de passeatas e petições entregues a autoridades políticas. Esse esforço resultou na aprovação da Lei 10432 em 24 de abril de 2002, decretada pelo nº5626 de 22 de dezembro de 2005 (BRITO 2013).

Cabe destacar, conforme Barros (2015) outro importante movimento, o *Movimento Surdo em favor da Educação e Cultura Surda* (grifo nosso), criado em 2011. Este surgiu com o intuito de reivindicar uma escola, como prevê o direito constitucional, com garantias de acessibilidade. Reuniram-se em Brasília, nos dias 19 e 20 de maio de 2011, visando chamar a atenção do Ministério da Educação, *questionando o método da escola inclusiva e propondo alternativas que consideram as idiossincrasias que envolvem as metodologias de ensino as crianças surdas* (grifo nosso). Neste cenário, o país discutia o projeto de lei do Plano Nacional de Educação (PNE). O movimento se posicionou contra a escola inclusiva e propôs a implementação das escolas bilíngues.

As escolas bilíngues, de acordo com o projeto político pedagógico da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), se constituem como um ambiente linguístico natural para as crianças e jovens surdos falantes da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), como L1, primeira língua, e como L2, a Língua Portuguesa escrita. O

ensino conforme esta proposta seria em tempo integral, com dois turnos para realização das atividades, pois o ensino da língua portuguesa e os demais conteúdos curriculares exige mais tempo, reforço e acompanhamento escolar. Este modelo de escola também agregaria alunos ouvintes nascidos em contexto familiar de surdez, ou seja, em ambiente bilíngue. De acordo com o que foi exposto, notamos a organização e os objetivos claros no corpo das deliberações que o movimento surdo reivindica, fazendo com que a LIBRAS seja valorizada no campo da educação das crianças surdas.

A acessibilidade aparece como um recurso na escola e em todas as etapas da educação, como adequação arquitetônica e urbanística, comunicacional e atitudinal, até a universidade. Estes recursos, denominados educacionais, devem propiciar a acessibilidade, começando pela elaboração, produção e distribuição para as escolas urbanas ou do campo.

Para alcançar essas demandas, as deliberações pedem uma política de inclusão educacional ampla, que assegure o cumprimento das legislações de acessibilidade vigente, na perspectiva do desenho universal, com dotação orçamentária própria, responsabilizando as redes de ensino municipal, estadual e federal, públicas e privadas, pela aquisição, manutenção e desenvolvimento de tecnologias assistivas e outros recursos de acessibilidade, de acordo com as particularidades educacionais da pessoa com deficiência.

As formas elencadas pelas deliberações para alcançar essas necessidades são as políticas inclusivas, com campanhas educativas de sensibilização quanto aos direitos da pessoa com deficiência, combatendo o preconceito e a discriminação, com o objetivo de conscientizar a sociedade para o respeito às leis de acessibilidade existentes. Significa que qualquer diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência (BRASIL, 2012) ou a recusa de adaptação razoável, é discriminação, infringindo direitos sociais, políticos, culturais e econômicos enquanto direitos humanos.

Reconhece-se a deficiência como um conceito em evolução, que se apresenta de acordo com determinado contexto histórico, cultural, social e econômico. Assim, acessibilidade é um princípio que rege as interações entre as pessoas na vida social. Os movimentos sociais das pessoas com deficiência acreditam que, ao se eliminar as barreiras de atitude e ambiente, as de comunicação e as educacionais/pedagógicas, pode-se propiciar a participação em igualdade de oportunidades com as demais pessoas (BRASIL, 2008).

Pedem ainda que a acessibilidade tenha suporte, e se materialize pelos centros de atendimento e apoio especializados, nas três esferas, para o atendimento e suporte aos alunos com deficiências, Transtorno Global de Desenvolvimento - TGD e altas habilidades/superdotação, com equipe multiprofissional com formação educacional, abrangendo os seguintes profissionais: fisioterapeuta, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, psicólogo, psicopedagogo, pedagogo, professor itinerante, intérprete de LIBRAS, guia-intérprete e assistente social, constituindo-se como estrutura de suporte às escolas regulares.

Na II Conferência surgiram conteúdos mais específicos, que devem constar para Acessibilidade e a Educação como uma política de inclusão, o que abrangeu o desenho universal. Reitera-se a necessidade centros de atendimento e apoio especializados, com equipes multiprofissionais com formação na área educacional, as tecnologias assistivas e outros recursos de acessibilidade (arquitetônica, comunicacional, tecnológica e digital), para eliminação das barreiras que possam existir e que impedem o público alvo de ter acesso aos conteúdos escolares em todas as etapas, níveis e modalidades da educação.

No que diz respeito ao desenho universal, pede-se que seja contemplado como componente na grade curricular da educação profissional e tecnológica e no ensino superior dos cursos de Engenharia, Arquitetura e correlatos. Pede-se também a inclusão da LIBRAS e do Braille, de tecnologias digitais para pessoa com deficiência visual, auditiva, surdo-cegueira, deficiências físicas e comunicação alternativa. A iniciativa de parceria público-privada, inclusive de ONGs, universidades, centros de pesquisas, empresas, escolas técnicas etc, surgiu como forma de democratizar o desenvolvimento e o acesso às tecnologias, possibilitando a inclusão educacional e profissional, bem como à independência e inclusão social.

3.2 - Educação e Formação de Professores

Educação e Formação de Professores aparecem como um enorme desafio nas deliberações sobre educação, tanto para o movimento social das pessoas com deficiências, quanto para o Ministério da Educação e Cultura - MEC e poder público.

Do ponto de vista histórico, Bueno (2011) discute a formação de professores generalistas ou especialistas voltados a este segmento, que vem atravessando décadas, a partir de 1970, quando se preparava professores para educação primária em nível superior, em Pedagogia. Concordava-se que, para a educação dos excepcionais, eram necessários professores altamente preparados. Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 de 20 de dezembro de 1996, o inciso II, do artigo 59, admite que para a docência de atendimento especializado, os professores de nível médio ou superior estão habilitados desde que tenham formação adequada. Bueno (2011) afirma que, no que diz respeito à formação de professores para Educação Especial, aparecem divergências entre as metas no Plano Nacional de Educação (PNE, 2001-2010), onde o docente da educação especial não está inserido na meta sobre Formação de Professores e Valorização do Magistério, e sim na meta de Educação Especial, ou seja, fica implícita a diferenciação das bases na formação do professor especializado do professor da classe comum.

Notamos, na I Conferência, o investimento em diversos programas para contemplar a docência voltada à pessoa com deficiência. Apesar das recomendações da Declaração de Salamanca sobre o lugar de toda e qualquer criança ser a escola, o cenário atual das deliberações parece estar muito distante da realidade de atingir todas as escolas do país.

O tema da formação de professores e profissionais de educação apareceu de forma ampla, mas já anunciando a pauta de luta por ações de formação inicial e continuada que tratem de todos os níveis e modalidades da educação, a partir das temáticas alusivas ao processo de ensino/aprendizagem de alunos com deficiência, em todos os níveis e modalidades da Educação Básica e do Ensino Médio, Profissional e Tecnológico e Superior. O destaque para a formação de professores e profissionais na área da surdez mostrou a organização do movimento dos surdos. O movimento social das pessoas surdas deliberou que os professores, para trabalhar com este público, devem ter acesso a formação e capacitação de forma continuada, sugerindo uma parceria entre a Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (FENEIS), Ministério da Educação (MEC), Instituições de Ensino Superior (IES), Secretaria de Educação Especial (SEESP) e associações de surdos, intérpretes de libras e guias intérpretes; para difusão das comunicações nos setores da educação, saúde, cultura, comércio, etc. (Lei nº 10.436/2002 e Decreto 5296/2004).

Na II Conferência, a análise das deliberações sobre Formação de Professores salientou dois pontos: o primeiro é a obrigatoriedade do ensino das línguas LIBRAS e BRAILLE constar nas matrizes curriculares da formação de professores de nível médio, licenciaturas e bacharelados, públicos e privados; o segundo é o pedido de implantação e implementação de centros de atendimento e apoio especializado, com equipe multiprofissional com formação educacional. Traz intrínseca a necessidade de formação pedagógica aos profissionais que devem dar suporte às escolas regulares, como fisioterapeuta, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, psicólogo, psicopedagogo, pedagogo, professor itinerante, intérprete de LIBRAS, guia-intérprete e assistente social. Reitera-se a deliberação de criação de Centro de Atendimento com profissionais com formação educacional, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, psicólogo, psicopedagogo, pedagogo, professor itinerante, intérprete de LIBRAS, guia-intérprete e assistente social, constituindo-se como estrutura de suporte às escolas regulares.

Entendemos que na II Conferência apareceram conteúdos mais específicos que devem constar na Formação dos Professores, como a obrigatoriedade do ensino de LIBRAS e BRAILLE, assim como a proposta da criação de centros de atendimento e apoio especializados ao público alvo da educação especial, com equipe multiprofissional com formação educacional.

Na III Conferência Nacional, a temática deu destaque ao ensino superior, evidenciando a necessidade de ampliar e implantar nas universidades públicas e privadas o curso de graduação em Letras LIBRAS - Língua Portuguesa, Curso de Pedagogia Bilíngue na perspectiva da educação de surdos e a obrigatoriedade da disciplina de práticas de atendimento educacional especializada em todos os cursos de Licenciatura e Bacharelado.

Com a finalidade de criar uma identidade do professor na educação das pessoas com deficiência, deliberou-se sobre a valorização dos profissionais da educação que atuam na educação especial, garantindo as mesmas condições de trabalho, direitos e bonificações dos demais trabalhadores da educação.

O ponto inédito nesta temática são as escolas do campo. Deliberou-se sobre a garantia e fortalecimento de políticas educacionais inclusivas, proporcionando condições de escolaridade aos estudantes público alvo da educação especial, condições de trabalho e

formação continuada para os profissionais da educação do campo - zona rural, escolas indígenas, quilombolas, populações ribeirinhas, ciganos e tradicional.

Os representantes da sociedade civil e do poder público de forma ampla deliberou sobre a inclusão de disciplinas obrigatórias na matriz curricular do curso de Pedagogia e licenciaturas que contribuam para a formação inicial de professores. Dentre outros componentes curriculares devem ser obrigatoriamente incluídos a LIBRAS; o Braille; tecnologias digitais para pessoa com deficiência visual; auditiva; surdo cegueira; deficiências físicas e comunicação alternativa.

Por fim, deliberou-se pela garantia de carga horária específica de estágio supervisionado para os cursos de pedagogia, licenciaturas e outras graduações com participação colaborativa dos estagiários, sendo incluído o uso de tecnologias assistidas visando à formação inicial de profissionais destinados a práticas junto às pessoas com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades e superdotação. Determinou-se incluir na matriz curricular do curso de Pedagogia a disciplina de estimulação essencial para crianças de 0 a 5 anos, estudantes público alvo da educação especial. Entendemos o grande desafio que constitui esta deliberação, e o quanto pode contribuir para a formação docente, pois quanto mais cedo o aluno da licenciatura estiver em contato com a deficiência, certamente, mais apto estará a lidar com ela ao exercer a docência.

A III Conferência Nacional (2012) versou principalmente sobre a formação inicial de professores nos cursos de Pedagogia e nas licenciaturas, e as propostas se ampliaram para incluir a obrigatoriedade da disciplina de Práticas de Atendimento Educacional Especializada, bem como disciplinas obrigatórias em todos os períodos dos cursos, a garantia de carga horária específica de estágio supervisionado, a inclusão de disciplina sobre educação infantil para crianças com deficiência, na faixa de 0 a 5 anos de idade. Para os cursos de bacharelado, também se exige obrigatoriedade da disciplina de Práticas de Atendimento Educacional Especializada.

Sobre a educação do campo, destaca-se a necessidade de formação continuada dos professores que atuam nessas escolas. Sem dúvida, há aqui um grande

avanço na perspectiva de ações para toda a população, porque a pessoa com deficiência que vive no campo esteve por muito tempo invisível, seja nas políticas públicas, seja na produção do conhecimento na área da educação especial (CAIADO, MELETTI, 2011).

Merece especial destaque a proposta sobre de valorização dos profissionais da educação que atuam na educação especial, com as mesmas condições de trabalho, direitos e bonificações dos demais trabalhadores da educação. A marca histórica da caridade e da filantropia na área do atendimento às pessoas com deficiência imprimiu um caráter informal e voluntário a esses profissionais. Essa representação social de benfeitor e assistencialista impede, inclusive, que os profissionais da educação participem das lutas da categoria, com baixa adesão aos sindicatos e organizações de trabalhadores.

Em 2011, foi lançado o Plano Viver sem Limites, elaborado com a participação de mais de 15 ministérios e do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, CONADE. Entendemos que este contribuiu no conhecimento dos desejos e necessidades dos representantes da sociedade civil das federações, entidades, associações e movimentos sociais das pessoas com deficiências, a partir das deliberações das conferências nacionais. O Plano Viver sem Limites, lei 7612 de 17 de novembro de 2011, divide-se em quatro grandes áreas: Acesso à Educação, Inclusão Social, Acessibilidade e Atenção à Saúde, cujos objetivos são envolver o cidadão e o gestor para conhecer e se informar sobre o que precisam. O Acesso à Educação prevê a implantação de salas de recursos multifuncionais, promoção de acessibilidade nas escolas, formação de professores para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e aquisição de ônibus escolares, demandas que apareceram nas deliberações das Conferências.

Por outro lado, ainda são motivo de luta social as demandas de criação de centros multidisciplinares numa perspectiva educacional, a inserção de componentes curriculares como desenho universal, comunicação alternativa, tecnologias assistivas, inclusão, práticas de atendimento nas grades escolares, de nível médio, tecnológico e superior, a universalização da LIBRAS e do Braille.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mobilização das pessoas com deficiências nos movimentos sociais na luta por direitos, por si só, já é gloriosa e merece ser destacada na história. Foram homens e mulheres que nasceram inconformados frente à opressão do homem pelo homem e às desigualdades sociais. Empunharam a sua única arma, a luta social, a qual denominamos uma luta num duplo ringue, em que sobe ao primeiro ringue a pessoa que luta ao vivenciar a delicadeza da sua condição, e sobe ao segundo ringue a pessoa que luta com bravura, força, coerência e discernimento, como qualquer pessoa, em busca de vida digna.

A vida digna passa pela participação social, pelo exercício político da democracia e no conhecimento sobre nossos direitos sociais, que a vida em sociedade exige - dentre estes, a educação. Os consensos que se estabelece, pela via do debate proporcionado pela inserção de pessoas com deficiências nos Conselhos de direitos, são determinantes para elaboração e proposição de políticas públicas educativas no sistema Capitalista. A educação neste sistema econômico deverá ser fruto de luta política e social, pois pode emancipar ou reificar o status quo dos sujeitos.

Apoiamo-nos no conceito de resistência ativa de Saviani, ao afirmar que a mobilização de forças em torno de um objetivo central pode vir a compor um núcleo de interesses e demandas diversas, dentre as especificidades educativas pertinentes às áreas das deficiências. Saviani afirma que “Há que romper o círculo vicioso por algum ponto. E o ponto básico é os investimentos. É necessário, pois, tomar a decisão histórica de definir a educação com prioridade política e social número 1, passando a investir imediata e fortemente na construção e consolidação de um amplo sistema nacional de educação” (SAVIANI, p.5, 1996).

A educação das pessoas com deficiência traz questões bastantes polêmicas, relevantes e discutidas, sobre Educação e Acessibilidade e Educação e Formação de Professores no teor das deliberações das três conferências (2006, 2008 e 2012), confrontando tanto sociedade civil quanto poder público, e fortalecendo o diálogo entre as áreas das deficiências. Ainda que a educação, na perspectiva inclusiva, constitua-se como referência significativa no

total das deliberações, dentre os eixos escolhidos, as dificuldades que surgem na implantação de políticas públicas, num país com a dimensão do Brasil, são enormes, como traduzem os textos das deliberações, que se repetem conferência após conferência.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. C.M. **Cidadania das pessoas com deficiência visual no Estado de Goiás ADVEG: trajetória, organização e discurso.** 2009. 158 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A Educação como política pública.** Campinas: Autores Associados, 2001. (Capítulo I - A abordagem marxista) p. 39-55.

BARROS, Eudenia M. **Ações Coletivas, identidade e mobilizações políticas: Movimento Social Surdo e a luta por reconhecimento.** 2015. 169 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

BELARMINO, Joana. **O movimento associativista dos cegos brasileiros: 50 anos de uma história por descobrir.** Cadernos GESTA. 2001, Ano I. Disponível em <<http://www.gesta.org/gesta01/indice.htm>>. Acesso em: 19 jan. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, Senado.

_____. **Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: e seu Protocolo Facultativo.** Nova York, EUA: ONU, 30 de março de 2007.

_____. **Decreto-Lei n. 464, de 11 de fevereiro de 1969.** Estabelece normas complementares à Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, e dá outras providências. Brasília, 1969. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0464.htm>. Acesso em: 20 jan. 2016.

_____. **Decreto 6949 de 25 de agosto de 2009.** Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março DE 2007.

BRASIL. **Decreto 72.425 de 03 de julho de 1973.** Cria o Centro Nacional de Educação Especial, CENESP e dá outras providências.

_____. **Decreto nº 3076 de 01 de junho de 2005.** Regulamenta a Lei nº 7853 de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm>. Acesso em: 12 jan. 2016.

_____. **Decreto 5296 de 02 de dezembro de 2004.** Regulamenta a lei nº 10.048 de 19 de dezembro de 2000 que estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência e mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 12 jan. 2016.

_____. **Decreto 5626 de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a lei 10.436 de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 12 jan 2016.

_____. **Decreto 7612 de 17 de novembro de 2011.** Institui o Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiências - Plano Viver sem Limites. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/civil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm>. Acesso em: 18 jan. 2016.

_____. **Decreto nº 93.481 de 29 de outubro de 1986,** institui a criação da Coordenadoria Nacional para Integração dos deficientes. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1985-1987/D93481.htm>. Acesso em: 22 abr. 2016.

_____. **Decreto nº 8243 de 23 de maio de 2014.** Regulamenta a Política Nacional de Participação Social - PNPS. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8243.htm> Acesso em: 12 agos. 2016.

_____. **Decreto nº 3076 de 01 de junho de 2005.** Regulamenta a Lei nº 7853 de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm>. Acesso em: 12 jan. 2016.

_____. **Lei 10.436 de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm>. Acesso em: 13 jan. 2016.

_____. **Lei 10.048 de 8 de novembro de 2000.** Dá prioridade de atendimento de pessoas que especifica e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10048.htm. Acesso em: 10 mar. 2015.

_____. **Lei 10.098 de 10 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiências ou com mobilidade reduzida e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm>. Acesso em: 10 jan. 2015.

_____. **Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, 1971. Disponível em <<http://www.educacao.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco-legislacao/EDUCACIONAL/NACIONAL/ldb%20n%C2%BA%205692-1971.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Helena Antipoff. **Coleção Educadores.** 2010.

_____. **Plano Nacional da Educação.** 2001-2011. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em: 15 jan. 2015.

_____. **Plano Nacional da Educação.** 2014-2024. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras Providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 22 mar. 2016.

_____. **Resolução nº 35, de 06 de julho de 2005.** Dispões sobre o Regime interno do CONADE. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 jul. 2005, Seção I, parte 1. Disponível em <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/conade/sobre-oconade/regimento-interno>>. Acesso em: 25 ago. 2015.

_____. **Resolução nº 35, de 06 de julho de 2005.** Dispões sobre o Regime interno do CONADE. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 jul. 2005, Seção I, parte 1. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/conade/sobre-o-conade/regimento-interno>>>. Acesso em: 05 jan. 2016.

_____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Avanços das Políticas públicas para as Pessoas com Deficiências:** uma análise a partir das Conferências Nacionais, 2012.

_____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Texto Base e Orientações Gerais para IV Conferencia Nacional dos Direitos das pessoas com Deficiências, 2015.**

BRASÍLIA. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. **Agenda Social dos Direitos das Pessoas com Deficiências,** 2007.

BRASÍLIA. **Estatuto da Pessoa com Deficiência.** Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146 de julho de 2015. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em 10 de out. 2015.

BRASÍLIA. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Avanços das Políticas públicas para as Pessoas com Deficiências:** uma análise a partir das Conferências Nacionais, 2012.

BREGAIN, G. **L'internationalisation imparfaite d'une modernité nord-atlantique:** essai d'histoire croisée des politiques... publiques Du handicapes em Argentina, o Brasil e na Espanha (1956-1982). 2014. 1.165 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

BRITO F. B. **O movimento social surdo e a campanha pela oficialização da língua brasileira de sinais.** 2011. 276 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

BUENO, J.G.S. Deficiência e ensino superior: balanço das dissertações e teses brasileiras (1987/2006). In: VICTOR, S.L. **Anais do XI Seminário Capixaba de Educação Inclusiva**. Vitória: UFES, Centro de Educação, 2008, p.100-112.

BUENO, J.G.S. Crianças com necessidades educativas, especiais, Política Educacional e Formação de Professores: Generalistas ou Especialistas?
http://www.abpee.net/homepageabpee04_06/artigos_em_pdf/revista5numero1pdf/r5_art01.pdf, Acesso em 10 abr 2017.

CAIADO, Kátia Regina Moreno; MELETTI, Silvia Márcia Ferreira. Educação especial na educação do campo: 20 anos de silêncio no GT 15. Revista **Brasileira de Educação Especial**, v.17, p.93-104, 2011.

CARLI, R. de. Deficiente versus pessoa portadora de deficiência: uma análise discursiva dos jornais Zero Hora e Correio do Povo. 2003. f.134. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

COELHO, Lúcio David. **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiências no Brasil**/ compilado por Mario Cléber Martins Lanna Júnior. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. Entrevista concedida em 01 de junho de 2009 a Deivison Gonçalves Amaral e Evaristo Caixeta Pimenta. Disponível em <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/publicacoes/historia-do-movimento-politicodas-pessoas-com-deficiencia-no-brasil>>. Acesso em: 01 dez. 2016.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 1., 2006, Brasília. Anais eletrônicos... Brasília: CONADE, 2006. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/conferenciasdh/4a-conferencia-nacional-dos-direitos-da-pessoa-com-deficiencia/documentos/anais-da-1a-cndpd>>. Acesso em: 27 mar. 2015.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 2., 2008, Brasília. Anais eletrônicos... Brasília: CONADE, 2008. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/conferenciasdh/4a-conferencia-nacional-dos-direitos-da-pessoa-com-deficiencia/documentos/anais-da-1a-cndpd>>. Acesso em: 28 mar. 2015.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 3., 2012, Brasília. Anais eletrônicos... Brasília: CONADE, 2012. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/conferenciasdh/4a-conferencia-nacional-dos-direitos-da-pessoa-com-deficiencia/documentos/anais-da-1a-cndpd>>. Acesso em: 29 mar. 2015.

CRESPO, A. M. M. **Da invisibilidade à construção da própria cidadania**: os obstáculos, as estratégias e as conquistas do movimento social das pessoas com deficiência no Brasil, através das histórias de vida de seus líderes. 2010. 399 f. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

DAGNINO, Evelina. Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil. São Paulo, Paz e Terra/Unicamp, 2002.364 p.

DANTAS, T. C. **Estudo da autoadvocacia e do empoderamento de pessoas com deficiência no Brasil e no Canadá.** 2014. 237 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014

DANTAS, T. C. **Jovens com deficiência como sujeitos de direitos:** O exercício da autoadvocacia como caminho para o empoderamento e participação social. 2011. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

ESPÍRITO SANTO, 2012. **Agenda Cariacica** - Planejamento Sustentável da Cidade, 2010 e 2030. Disponível em <www.cariacica.es.gov.br>. Acesso em: 07 mai 2016.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e a crise do capitalismo real. São Paulo: Cortez, 1995.

GOHN, Maria da Glória. **Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina.** Caderno CRH. v.21. n°54. Set/dez. 2008. p. 439 - 455. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792008000300003>. Acesso em: 10 jul. 2016.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos Gestores e Gestão Pública.** Revista Ciências Sociais Unisinos. Jan/abril de 2006.

_____. **Conselhos Gestores e a participação sociopolítica.** - 4ª edição, - São Paulo: Cortez. 2011 - (Coleção questões da nossa época; v.32).

_____. Demandas sociais pela educação no Brasil nos anos 80. In: GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação.** 8º edição. São Paulo: Cortez, 2012, capítulo 04, p. 62-82.

GOMES, E. G. M. **Conselhos Gestores de Políticas Públicas:** Democracia, Controle Social e Instituições. São Paulo: EAESP/FGV, 2003, 110 p. Dissertação de Mestrado.

JANNUZZI, G. M. **Educação do Deficiente no Brasil:** dos primórdios ao início do século XXI. Editora Autores Associados. 2012. 224 p.

JANNUZZI, G. de M. CAIADO, K. R. M. **APAE: 1954 a 2011:** Algumas Reflexões. Editora Autores Associados. 2013.

KASSAR, Mônica de C. M. Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva desafios na implantação de uma política nacional. Disponível em <www.scielo.br/pdf/er/n41/05.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2016.

LANNA JÚNIOR, M. C. M. (Comp.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiências no Brasil** - Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. 443p.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a Filantropia e a Assistência Social.** Editora Cortez, 2001.320 p.

NASCIMENTO, E. C. **Movimentos Sociais e Instituições Participativas: Efeitos Organizacionais, Relacionais e Discursivos**. 2012. 399 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

NUNES, F. C. F. **Atuação política de grupos de pais de autistas no Rio de Janeiro: perspectivas para o campo da saúde**. 2014. 149 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

PAIM ET AL. **O sistema de saúde brasileiro: história, avanços e desafios**. Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/artigos/artigo_saude_brasil_1.pdf. Acesso em 12 fev 2017.

PÓLIS, Instituto. **Conferências Municipais**. Boletim Dicas nº 230, 2005.

RAFANTE, H.C; AMORIM, J. F; DUARTE, L. N. A organização política das pessoas com deficiências no Brasil nas décadas de 1970 e 1980 e suas reivindicações na área da educação. X Congresso Luso Brasileiro de História da Educação, COLUBHE. 2014.

RIBAS, N. D. **Teorias da ação coletiva para além dos movimentos sociais; Conselhos gestores de Limeira, São Paulo**. 2010. 123 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

ROCHA, E. A. A Constituição Cidadã e a institucionalização dos espaços de participação social avanços e desafios. Disponível em www.ipea.gov.br. Acesso em: 11 ago. 2016.

ROSENFELD, Ethel. **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiências no Brasil/** compilado por Mario Cléber Martins Lanna Júnior. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. Entrevista concedida em 19 e 20 de janeiro de 2009, a Deivison Gonçalves Amaral e Corina Maria Rodrigues Moreira. Disponível em <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/publicacoes/historia-do-movimento-politicodas-pessoas-com-deficiencia-no-brasil>. Acesso em 01 de outubro de 2014.

SANTOS, M. I. **A organização dos ostromizados e sua constituição como sujeito coletivo**. 2003. 97 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal da Pernambuco, Recife, 2003.

SÃO PAULO (Estado). Memorial da Inclusão. **1º Encontro Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes**. Disponível em: www.memorialdainclusao.sp.gov.br/br/home/mov27.shtml. Acesso em: 10 out. 2014.

SÃO PAULO (Estado). Memorial da Inclusão. **Movimento pelo Direito das Pessoas deficientes (MDPD). Um pouco de sua história, seus princípios, sua Carta Programa e como dele participar**. São Paulo: Acervo Lia Crespo, s/d.

SÃO PAULO (Estado). **Relatório mundial sobre a deficiência**. São Paulo: SEDPCD, 2012. 334 p. Disponível em www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/usr/share/documents/pdf. Acesso em 30 jan 2016.

SASSAKI, Romeu Kasumi. **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiências no Brasil/** compilado por Mario Cléber Martins Lanna Júnior. Brasília:

Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. Entrevista concedida em 5 de fevereiro de 2009 a Deivison Gonçalves Amaral e Corina Maria Rodrigues Moreira. Disponível em <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/publicacoes/historia-do-movimento-politicodas-pessoas-com-deficiencia-no-brasil>>. Acesso em: 01 out. 2014.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 3ª ed. Campinas: Autores Associados, 2010.

SAVIANI, D. **Da Nova LDB ao Novo Plano Nacional de Educação: Por Uma Outra Política Educacional**. Editora Autores Associados. 2 ed.1999.170 p.

SEMERARO, Giovanni. **Da sociedade de massa à sociedade civil: A concepção da subjetividade em Gramsci**. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v20n66/v20n66a3.pdf> em >. Acesso em: 20 jan 2017.

SHIROMA, E. O. MORAES. M. C. M. EVANGELISTA. **O. Política Educacional** - Rio de Janeiro: Lamparina, 2007, 4. ed. 128 p.

SHIROMA, E. O. , CAMPOS, R. F., GARCIA, R. M. C. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teóricos metodológicos para análise de documentos. Disponível em <www.periodicos.ufsc.br v. 23.n.2. 2005>. Acesso em: 11 ago. 2016.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23ª edição. São Paulo: Cortez. 2000.

SILVA, I. A. **Construindo a cidadania: uma análise introdutória sobre o direito à diferença**. 2002. 116 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

SIQUEIRA, Maria Aparecida. **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiências no Brasil/** compilado por Mario Cléber Martins Lanna Júnior. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. Entrevista concedida em 20 e 21 de março de 2009 a Deivison Gonçalves Amaral e Evaristo Caixeta Pimenta. Disponível em <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/publicacoes/historia-do-movimento-politicodas-pessoas-com-deficiencia-no-brasil>>. Acesso em: 01 out. 2014.

SOARES, A. M. M. **Nada sobre nós sem nós: estudo sobre a formação de jovens com deficiência para o exercício da autoadvocacia em uma ação de extensão universitária**. 2010. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Paraíba, João Pessoa, 2010.

SOLERA, M. de C. O. G. **É possível a inclusão?** Um estudo sobre as dificuldades da relação sujeito com a diferença. 2008. 119 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SOUZA ET AL. **Conferências Típicas e Atípicas: Um Esforço de Caracterização do Fenômeno Político**. IN AVRITZER, Leonardo e SOUZA, Claudio Henrique Leite.

Conferências Nacionais: atores, dinâmicas participativas e efetividade. Brasília, IPEA, 2013.

TAVARES, Messias **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiências no Brasil/** compilado por Mario Cléber Martins Lanna Júnior. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. Entrevista concedida em 13 de março de 2009 a Deivison Gonçalves Amaral e Corina Maria Rodrigues Moreira. Disponível em <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/publicacoes/historia-do-movimento-politicodas-pessoas-com-deficiencia-no-brasil>>. Acesso em: 01 out. 2014.

TEIXEIRA, M. C. D. **Políticas públicas para pessoas com deficiência no Brasil.** 2010.131f. Dissertação (Mestrado em Ética, Sustentabilidade e Saúde) - Faculdade Getúlio Vargas, São Paulo, 2010.

TEIXEIRA, Ana Claudia; SERAFIM, Lizandra. Controle social das Políticas Públicas. **Repente**, São PAULO, n.29, ago.2008.

UMAN, J. M. B. **O controle Social e Público da Gestão Financeira da Educação Através dos Conselhos Municipais Em Triunfo.** 2008. 168 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

VENTURA, Adilson. **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiências no Brasil/** compilado por Mario Cléber Martins Lanna Júnior. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. Entrevista concedida em 9 e 10 de março de 2009 a Deivison Gonçalves Amaral e Corina Maria Rodrigues Moreira. Disponível em <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/publicacoes/historia-do-movimento-politicodas-pessoas-com-deficiencia-no-brasil>>. Acesso em: 01 out. 2014.